



DE COMPROMISSO COM A ENGENHARIA E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SE
ESP

SE SINDICATO DOS ENGENHEIROS
ESP NO ESTADO DE SÃO PAULO



DE COMPROMISSO COM
A ENGENHARIA E O
DESENVOLVIMENTO SOCIAL



São Paulo - SP
2024



OURO



PRATA





PREFÁCIO

CELEBRAR 90 ANOS E SEGUIR CONSTRUINDO UMA HISTÓRIA VITORIOSA

MURILO PINHEIRO

Presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (SEESP)

É certamente um feito e motivo de alegria e orgulho para os engenheiros paulistas comemorar os 90 anos do seu sindicato, que se completam em 21 de setembro de 2024. Este marco notável nos remete à longa trajetória de trabalho, conquistas e superação de desafios no esforço permanente de representar e defender a categoria como trabalhadores, profissionais qualificados e cidadãos.

A esta missão precípua, razão de ser do SEESP, soma-se o empenho no atendimento de qualidade e prestação de serviços exclusivos aos associados, além da participação de alto nível na formulação de propostas ao desenvolvimento e às políticas públicas que dizem respeito à engenharia.

Essa tripla vertente de atuação acaba por se multiplicar em dezenas de frentes de atividades e iniciativas nas mais diversas áreas, passando por todas as modalidades da profissão e envolvendo os variados segmentos econômicos, em parcerias com o conjunto do movimento sindical, o setor produtivo, a academia e os poderes públicos. Ou seja, opera-se um amplo e complexo universo em busca de avanço socioeconômico e tecnológico para todos, com valorização da engenharia e de seus profissionais.

Tal tarefa, em nada simples, tem sido cumprida com total dedicação e resultados significativos, como retrata a presente obra comemorativa às nove décadas de existência do nosso sindicato. Porém, ao render homenagens ao passado, o que é fundamental, voltamos nossos olhos também ao futuro e à necessidade de seguir construindo a história dos engenheiros no Estado de São Paulo.

A luta por remuneração justa, condições adequadas de trabalho, reconhecimento e respeito ao saber técnico segue na pauta prioritária do SEESP, levando em conta as rápidas transformações que afetam a sociedade como um todo e a profissão em particular.

A digitalização da economia e de inúmeros aspectos da vida, as diversas formas de atuação no mercado de trabalho, a crescente demanda por atualização e os desafios ambientais são questões cruciais que não escapam à agenda da entidade.

Essa inclui ainda a necessidade extrema de atrair a juventude para a mobilização solidária do movimento sindical, assim como ampliar a diversidade de gênero e racial na profissão e na sua representação laboral.

Seguimos, portanto, com inúmeras e significativas empreitadas pela frente. Por isso mesmo, aos 90 anos, nosso sindicato segue jovem e disposto. Vida longa ao SEESP!



SU MÁ RIO

**SE
ESP**

**SE SINDICATO DOS ENGENHEIROS
ESP NO ESTADO DE SÃO PAULO**

APRESENTAÇÃO **09**
PROFISSÃO ENGENHEIRO

ENTREVISTA COM MURILO PINHEIRO
"UM SINDICATO COM ATUAÇÃO FORTE E
EFETIVA EM DEFESA DO ENGENHEIRO" **23**

CAPÍTULO 1 **31**
HISTÓRIA DE LUTA E OLHOS ABERTOS
PARA O FUTURO

CAPÍTULO 2 **43**
O SEESP NO SÉCULO XXI

CAPÍTULO 3 **65**
EM PROL DOS ENGENHEIROS

CAPÍTULO 4 **79**
90 ANOS A SERVIÇO DA
ENGENHARIA E DO BRASIL

LINHA DO TEMPO **103**

GALERIA DOS PRESIDENTES **109**

DEPOIMENTOS **113**

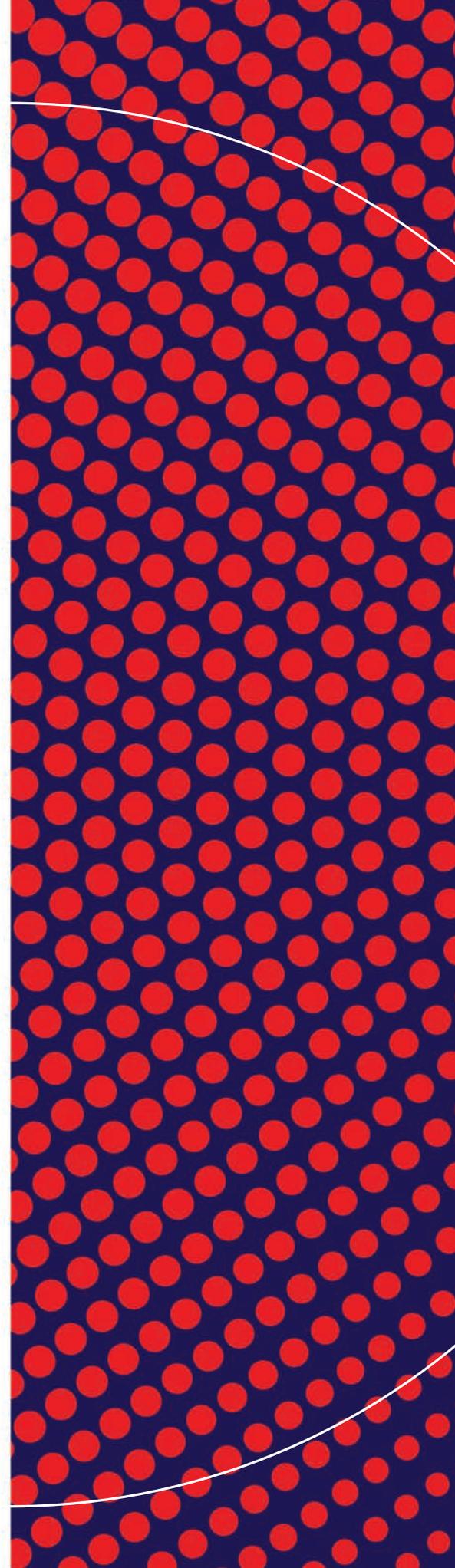
DIRETORIAS **133**

PATROCINADORES **149**



**SE
ESP**

SE SINDICATO DOS ENGENHEIROS
ESP NO ESTADO DE SÃO PAULO



APRESENTAÇÃO

PROFISSÃO ENGENHEIRO

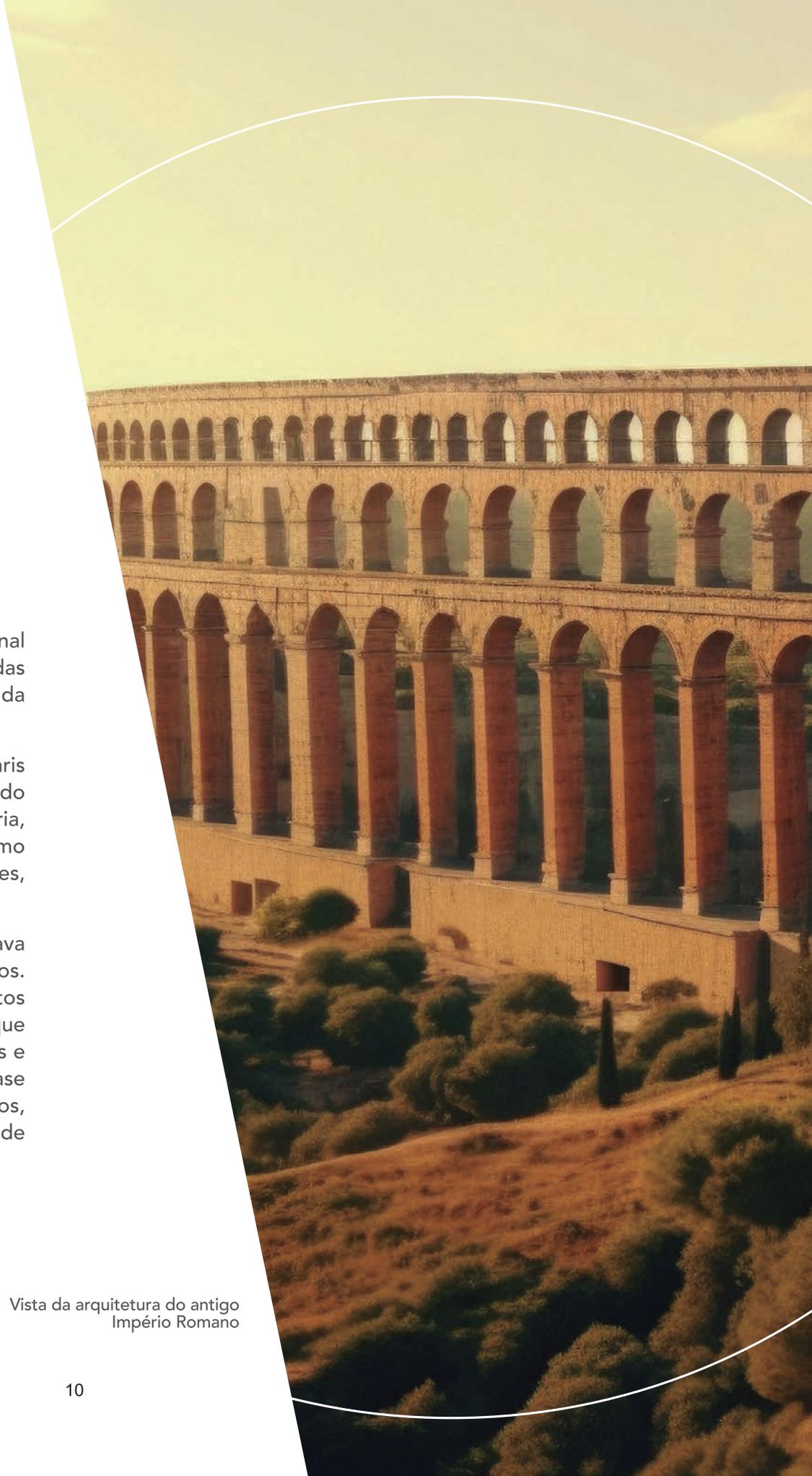
Texto baseado no livro "História da Engenharia no Brasil", de Pedro Carlos da Silva Telles, Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1984.

O conceito que conhecemos de engenheiro, o profissional diplomado e legalmente habilitado a exercer alguma das múltiplas atividades da área, é relativamente recente, da segunda metade do século XVIII.

A École Nationale des Ponts et Chaussées, fundada em Paris em 1747, foi o primeiro estabelecimento de ensino, em todo o mundo, onde se ministrou um curso regular de engenharia, e que diplomou profissionais com esse título. No mesmo período se instituiu a École Nationale Supérieure des Mines, também de Paris, que formava engenheiros de minas.

Antes do surgimento dessas escolas, muita gente já se ocupava de diversas tarefas que hoje são atribuições dos engenheiros. Prova são os belíssimos templos ou os intrincados aquedutos construídos desde a Idade Antiga. O que os diferenciava é que os construtores de até então realizavam suas obras difíceis e audaciosas baseados em regras práticas e empíricas, sem base teórica, embora tivessem evidentemente, em muitos casos, exata noção de estabilidade, equilíbrio de forças, centro de gravidade etc..

Vista da arquitetura do antigo Império Romano





É correto afirmar que a engenharia científica teve início quando se começou a chegar a um consenso de que tudo aquilo que se fazia em bases empíricas e intuitivas era, na realidade, regido por leis físicas e matemáticas, as quais importava descobrir e estudar.

Leonardo da Vinci e Galileu Galilei, nos séculos XV e XVII, podem ser considerados como os precursores da engenharia científica. Leonardo fez a primeira tentativa de aplicar a estática para determinação das forças atuando em uma estrutura simples, ou seja, a primeira aplicação da matemática à engenharia estrutural. Seus estudos, entretanto, nunca foram publicados e permaneceram ignorados por séculos. Galileu publicou, em 1638, o famoso livro "Duas novas ciências", que trata, entre outros assuntos, da resistência de vigas e de colunas, sendo assim o primeiro livro, em todo o mundo, no campo da resistência dos materiais.

Daí por diante, aos poucos, a engenharia foi se estruturando, à medida que também se desenvolviam as ciências matemáticas, até que se constituíram as bases teóricas da engenharia, como a Lei de Hooke, princípio básico da resistência dos materiais, e o cálculo infinitesimal, descoberto por Gottfried Wilhelm Leibniz e por Isaac Newton.

No ano de 1729 foi publicada a primeira edição do livro "La science des ingénieurs", do engenheiro militar francês General Belidor, que teve muitas edições e foi um texto clássico, durante muito tempo. Esse livro foi o primeiro em que se sistematizou o que havia até então na ciência do engenheiro.

A engenharia moderna nasceu dentro dos exércitos; a descoberta da pólvora e depois o progresso da artilharia obrigaram a uma completa modificação nas obras de fortificação, que, principalmente a partir do século XVII, passaram a exigir profissionais habilitados para o seu planejamento e execução. A necessidade de realizar obras que fossem ao mesmo tempo sólidas e econômicas e, também, estradas, pontes e portos para fins militares forçou o surgimento dos oficiais engenheiros e a criação de corpos especializados de engenharia nos exércitos.

Em Portugal, desde o início do século XVIII, já havia começado um surto de progresso da engenharia e ciências afins (astronomia, cartografia etc.), por iniciativa do Rei D. João V, que queria recuperar o atraso em que o país se encontrava em relação a outras nações.

Foram fundamentais nesse processo o engenheiro-mor do reino, Manoel de Azevedo Fortes, e o Colégio de Santo Antão, dirigido pelos padres jesuítas, onde se ensinava matemática aplicada à navegação e às fortificações, e de onde provieram muitos dos engenheiros militares que atuaram no Brasil-Colônia.



Relógio de sol usado
como instrumento de
navegação

Nesse colégio, o Rei D. João V mandou instalar, em 1739, um observatório astronômico que era tido como um dos melhores da Europa no seu tempo. Azevedo Fortes nunca esteve no Brasil, mas a sua influência foi grande na nossa engenharia, pelos projetos que fez e pelos muitos engenheiros que formou e que vieram trabalhar aqui e, principalmente, pelo seu livro clássico "O engenheiro português", verdadeira enciclopédia de todos os conhecimentos de engenharia de sua época. No Brasil-Colônia esses engenheiros construíram não só fortificações como também palácios, igrejas, conventos, aquedutos e outras obras importantes no processo de colonização.

Em 1795 foi fundada a famosa École Polytechnique, que se tornou o modelo de outras escolas de engenharia pelo mundo afora. Essa escola tinha o curso em três anos, período em que professores de alto nível ensinavam as matérias básicas da engenharia e depois os alunos eram encaminhados a outras escolas especializadas, como a Ponts et Chaussées e a École des Mines.





O nascimento da engenharia moderna coincide com (ou é consequência de) dois grandes acontecimentos da história: a Revolução Industrial e o Iluminismo. A Revolução Industrial, com o aparecimento da máquina a vapor e de uma série de outras máquinas, forçou o desenvolvimento tecnológico e o estudo e pesquisa das ciências físicas e matemáticas, tendo em vista as suas aplicações práticas, isto é, da própria engenharia. O movimento do Iluminismo, dos enciclopedistas e de outros filósofos de época, consequência do Renascimento e das ideias de René Descartes, libertou o espírito humano dos estreitos limites da escolástica tradicional e valorizou a observação da natureza, da experimentação, do estudo das ciências físicas e naturais e suas aplicações.

É importante frisar que, desde o final do século XVII, o aparecimento e desenvolvimento da indústria siderúrgica e o início da utilização do ferro como material de construção causaram uma revolução na arte de construir, até então inteiramente baseada na pedra como material fundamental.

Devido às distâncias, dificuldades de comunicação, bem como ao isolamento político, todos esses efeitos só se fizeram sentir em Portugal e, principalmente, no Brasil, bastante tempo depois do seu surgimento nos países mais avançados da Europa.

ENGENHEIRO OU MESTRES-PEDREIROS?

O profissional capaz de fazer fortificações e engenhos bélicos já era denominado engenheiro desde o século XVII, tanto em português como em algumas outras línguas. Aqueles que projetavam e construía as edificações em geral eram os mestres-pedreiros, ou mestres de risco, denominações que ainda guardavam uma lembrança das antigas corporações medievais. Confundia-se, também, a função do engenheiro com a do arquiteto e a do construtor, sendo, às vezes, difícil distinguir-se o artista do projetista e do empreiteiro de obras, não havendo em geral diferença entre o responsável pelo aspecto mecânico-estrutural da obra, que seria o engenheiro, e o responsável pela concepção artístico-arquitetônica, que seria

o arquiteto. Tanto no Brasil como em Portugal, até princípios do século XIX, a palavra engenheiro designava propriamente os engenheiros militares.

O Código Civil Brasileiro de 1900 refere-se apenas ao empreiteiro, ao construtor e ao arquiteto, quando trata dos direitos, obrigações e responsabilidades de quem faz uma obra; diante da lei, a figura do engenheiro, como hoje a entendemos, ainda não existia.

A ENGENHARIA BRASILEIRA

As primeiras casas feitas pelos colonizadores quando aqui chegaram eram simples abrigos cobertos de palha. Elas serviam como moradias, capelas ou armazéns. As primeiras obras de defesa, muros e fortins, eram também muito primitivas, consistindo simplesmente em paliçadas de troncos de árvores justapostos, de que havia grande abundância na época.

A história da arquitetura e da engenharia no Brasil começou efetivamente em 1549, com a fundação do Governo-Geral e da cidade de Salvador por Tomé de Souza; as construções anteriores eram muito precárias.

O primeiro governador-geral trouxe consigo um grupo de profissionais construtores e a ordem do Rei D. João III para que fizessem uma "fortaleza de pedra e cal e uma cidade grande e forte... como melhor puder ser". Com Tomé de Souza vieram Luiz Dias, "mestre das obras da fortaleza", Diogo Peres, "mestre-pedreiro", e Pedro de Góis, "mestre-pedreiro-arquiteto", e mais pedreiros, carpinteiros e outros artífices. Luiz Dias voltou para Portugal em 1551; seu sucessor foi Pedro de Carvalhais, nomeado "mestre de obras de Salvador" em julho de 1552.

A engenharia entrou no Brasil através das atividades de duas categorias de profissionais: os oficiais-engenheiros e os então chamados mestres de risco, construtores da edificação civil e religiosa, antepassados dos atuais arquitetos, e que foram os responsáveis por garantir que os brasileiros da época tivessem teto, repartições e templos.



Casa em estilo barroco - Ouro Preto (MG)/ amanderson2 (Flickr)

Quanto aos oficiais-engenheiros do período colonial, estudos indicam que a missão desses profissionais abrangia as seguintes funções:

- obras de defesa, no litoral, contra os ataques de outras nações e de piratas e, ao longo das fronteiras, acompanhando e consolidando a expansão territorial promovida pelos bandeirantes;
- demarcação de fronteiras, levantamentos geográficos e topográficos, mapeamento e levantamento de itinerários;
- ensino para a formação de engenheiros no Brasil;
- obras civis diversas: construções civis e religiosas, estradas, serviços públicos etc..

O "patriarca da classe dos engenheiros em terra paulistana" foi Pedro Roiz, um tal "homem do mar", que "entendia do rumo da agulha", e que foi contratado em 1630 pela Câmara Municipal de São Paulo para corrigir alinhamentos de ruas. Como era comum a falta de engenheiros e arquitetos, a construção da torre da Igreja Matriz da Sé foi entregue a um escravizado conhecido por Tebas.

Os mestres de risco, que foram os responsáveis pela maioria das construções até o século XIX, eram os artífices legalmente licenciados para projetar e construir, cujos conhecimentos haviam sido adquiridos diretamente de outro "mestre", como aprendizes, e cuja capacidade profissional tinha de ser comprovada por exames minuciosamente descritos no Regimento dos Oficiais Mecânicos – compilado pelo "licenciado" Duarte Leão em 1572 – que regulamentou as Corporações de Ofícios em Portugal e suas colônias. Essa legislação prevaleceu no Brasil por mais de 250 anos, tendo sido revogada pela Constituição do Império de 1824, que extinguiu as antigas "Corporações de Ofícios", de origem medieval.

Os mestres de risco eram capazes de projetar e construir obras verdadeiramente grandiosas, dotadas de equilíbrio,

solidez e estabilidade. São deles os templos barrocos e a primeira obra urbanística feita no Rio de Janeiro, o Passeio Público, de autoria do Mestre Valentim.

Religiosos de diversas ordens realizaram também muitos projetos e obras, principalmente de igrejas e de conventos, como foi o caso do beneditino Frei Macário de São João, construtor, entre outros, do Mosteiro de São Bento, da Santa Casa de Misericórdia e do Convento de Santa Teresa (Museu de Arte Sacra), todos em Salvador.

Quem fez as primeiras construções em São Paulo foi o Padre Afonso Braz, a quem o Padre Serafim Leite, ilustre historiador da ordem dos jesuítas no Brasil, chama de primeiro arquiteto paulista. Esse mesmo historiador informa que os jesuítas mandaram muitos naturais da terra estudarem na Europa, para se tornar hábeis em diversas profissões.

Durante todo o tempo colonial, a maioria das casas particulares era feita artesanalmente, sem nenhum plano formal, às vezes pelo próprio morador, com ajuda de vizinhos e amigos, situação que ainda existe entre as populações de baixa renda, tanto nas cidades como em regiões rurais.

Como não existia regulamentação da atividade do engenheiro (o primeiro passo para tanto só veio no tempo de D. Pedro I, com a lei de 28 de agosto de 1828), muita gente exercia a profissão sem o ser.

A primeira escola de engenharia propriamente dita foi a Academia Real Militar, criada em dezembro de 1810, pelo príncipe regente (futuro Rei D. João VI), vindo a substituir a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho.

Em 25 de abril de 1874, através do Decreto nº 5.600, foi criada a Escola Politécnica do Rio de Janeiro; em 1876, a Escola de Minas de Ouro Preto; em 1893, a Politécnica de São Paulo; em 1896, a Politécnica do Mackenzie College e a Escola de Engenharia do Recife; e, em 1897, a Politécnica da Bahia e a Escola de Engenharia de Porto Alegre.



Fachada da Escola Politécnica de S. Paulo, início do século XX/Acervo IPT

Em 11 de dezembro de 1933¹, o presidente Getúlio Vargas (1930-1945) publicou o Decreto Federal nº 23.569, que inaugurou a regulamentação do exercício profissional da engenharia no Brasil e instituiu o Sistema Confea/Crea, conjunto de autarquias federal e regionais responsáveis pela verificação, controle e fiscalização dos engenheiros e empresas de engenharia no território nacional. Por essa razão, comemora-se no dia 11 de dezembro o Dia do Engenheiro.

Entretanto, logo após a criação do Sistema Confea/Crea, verificou-se a falta de lastro financeiro para cumprimento de suas atribuições, razão pela qual foi instituída a obrigação tributária de pagamento de anuidade pelos profissionais registrados nos conselhos regionais, através do Decreto-Lei nº 3.995, de 31 de dezembro de 1941. Por sua vez, o Decreto-Lei nº 8.620/1946 estabeleceu a natureza jurídica autárquica dos mencionados conselhos de fiscalização profissional.

Com a vigência da Constituição de 1934, sobreveio a determinação de que somente a lei formal – e não mais decretos regulamentares autônomos – poderia estabelecer restrições à liberdade de exercício de qualquer profissão, situação que não estaria contemplada com os efeitos jurídicos dos decretos federais nºs 23.569/1933 e 23.196/1933. Assim, em 24 de dezembro de 1966, foi publicada a Lei Federal nº 5.194 destinada a disciplinar o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro agrônomo, instituindo regra de transição para salvaguarda de direitos adquiridos, ao preconizar que os profissionais já em exercício laboral e os estudantes matriculados em instituições de ensino na data de publicação da lei não seriam prejudicados pelas novas disposições normativas.

De acordo com uma pesquisa² realizada pela Google for Startups para a América Latina em conjunto com a consultoria Box 1824, entre 2021 e 2025, cerca de 53 mil engenheiros seriam formados anualmente no Brasil, totalizando aproximadamente 265 mil profissionais no período.

¹<https://www.creama.org.br/2024/03/13/genese-da-regulamentacao-da-engenharia-no-brasil/>

²<https://istoe.com.br/brasil-precisa-de-engenheiros-e-o-problema-esta-longo-de-uma-solucao/>

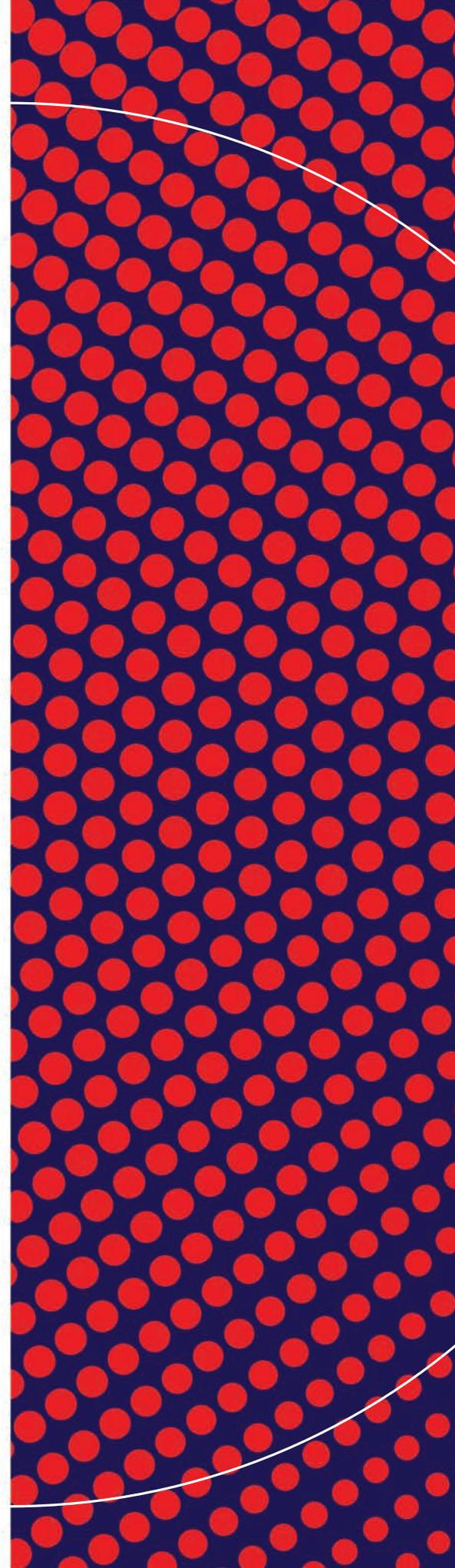






SE
ESP

SE SINDICATO DOS ENGENHEIROS
ESP NO ESTADO DE SÃO PAULO



ENTREVISTA COM
MURILO PINHEIRO

**“UM SINDICATO COM
ATUAÇÃO FORTE E
EFETIVA EM DEFESA
DO ENGENHEIRO”**

Presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (SEESP), Murilo Pinheiro vem trabalhando pelo seu crescimento em número de associados, que já passam dos 65 mil, na capacidade de negociação com as empresas e na inserção política e institucional da entidade. Sob sua gestão, foram aprimorados o sistema de prestação de serviços aos filiados e a estrutura da organização, com a modernização da sede em São Paulo e aquisições no interior do estado.

À frente da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), entidade que também preside, idealizou o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”.

Engenheiro eletricitista, ingressou em 1980 na Companhia Energética de São Paulo (Cesp), onde atuou por muitos anos, exercendo cargos técnicos e gerenciais relevantes. Após a cisão da empresa, passou a atuar na Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (Cteep), na qual exerce o cargo de assessor da Presidência, estando atualmente licenciado para cumprir o mandato sindical.

O SEESP representa todas as habilitações da engenharia?

Sim, o SEESP é o legítimo representante de todos os engenheiros no estado de São Paulo, o que abrange todas as modalidades, segmentos econômicos, setores público e privado. É um universo de cerca de 350 mil profissionais, entre os quais 65 mil são associados ao sindicato.

Qual a principal missão do SEESP?

Nossa principal missão é atuar em defesa do engenheiro, da profissão e do desenvolvimento nacional, visando a melhoria das condições de vida da população brasileira. Nesse contexto, pontos fundamentais são a recuperação da indústria nacional e o avanço científico e tecnológico.



Qual a proposta para a recuperação da indústria brasileira na atualidade?

A nossa proposta é não a mera reindustrialização, mas uma nova indústria, como consta da edição de 2023 do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, intitulada “Hora de avançar”: assentada na inovação e na sustentabilidade ambiental, competitiva globalmente e que gere empregos de qualidade internamente.

E o Brasil terá como suprir a mão de obra necessária para essa indústria?

Sim, porque há profissionais de alto nível para fazer frente a esse desafio, mas é necessário que haja um projeto articulado de qualificação da mão de obra brasileira, assegurando sua capacitação para os desafios da indústria 4.0, das novas tecnologias, locais e globais. Obviamente, é preciso investir em treinamentos, aprimoramentos, cursos.

O SEESP havia criado o Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec). Qual era a ideia do projeto e por que foi descontinuado?

Nós montamos uma faculdade de Engenharia de Inovação, a primeira do País, integralmente financiada pela entidade. Os alunos não pagavam nada e, em determinado momento, eles tinham até uma bolsa de estudos. Era uma faculdade exemplar, que servia de modelo para o Brasil, onde os estudantes encontravam um ensino moderno, com muita discussão técnica. Quando a reforma trabalhista foi aprovada em 2017, os sindicatos foram estrangulados financeiramente e nós perdemos cerca de 90% dos recursos que se destinavam a custear as atividades do SEESP. Com isso, não foi mais possível sustentar a faculdade.

Mas o SEESP ainda se preocupa com a formação acadêmica do profissional de engenharia?

Sim, apesar desse desfecho lamentável, essa experiência do Isitec deixou um importante legado de atuação na área de qualificação, hoje levado adiante pelo SEESP Educação, que oferece cursos de pós-graduação e extensão, em diversas áreas, visando oferecer aos profissionais uma forma de adquirir competências que o mercado demanda.

O que é o Núcleo Jovem Engenheiro?

O Núcleo Jovem visa trazer para o SEESP as novas gerações, levar a importância do trabalho da entidade para os estudantes e recém-formados e também atrair novos quadros para atuação no sindicato. Essa participação, juntamente com os dirigentes e militantes mais experientes, é muito rica e importante, uma grande ferramenta de troca de informações, de ideias e aprendizado mútuo.

Qual a visão do sindicato sobre a crise climática?

Essa é uma grande preocupação, e temos debatido o assunto intensamente, com a participação do conjunto da nossa entidade e contribuição fundamental dos engenheiros ambientais, agrônomos, florestais, entre outros especialistas. Na verdade, o conjunto da categoria está voltado a esse tema porque a sustentabilidade e a preservação ambiental precisam ser centrais em tudo. A crise climática é uma realidade inegável, que já interfere no nosso cotidiano e que exige ainda ações de mitigação e de adaptação. A tragédia no Rio Grande do Sul é um triste exemplo desse quadro.



A questão energética também está no radar do sindicato?

Sem dúvida alguma. O Brasil é o país com mais fontes alternativas de energia, e aqui dentro do sindicato temos muitas pessoas trabalhando nessa direção. A questão energética é fundamental para tudo, e nós precisamos pensar em energia limpa, em energia sustentável. Nós temos muita coisa para desenvolver, porque o Brasil é pioneiro nesse tema.

E como estão as negociações de acordos e convenções coletivas? Estão mais difíceis do que no passado?

As negociações são complicadas, mas no final sempre dá certo. Porque é luta, é trabalho, é uma coisa bem constante. O sindicato se empenha muito em cada uma das negociações e muitas vezes não é muito reconhecido pelo próprio profissional que foi defendido. É comum o sindicato participar de uma negociação duríssima, que pode durar um ou dois meses com discussões quase que diárias, e o engenheiro que foi beneficiado muitas vezes não reconhecer. Esse é um desafio ao qual precisamos fazer frente: demonstrar ao profissional a importância da sua entidade representativa.

O senhor acredita que ainda é preciso melhorar a formação sindical dos trabalhadores?

A gente vem corrigindo, mostrando nosso trabalho, indo nessa direção. Só que enfrentamos adversários mais fortes, com maior poder de comunicação, que são as próprias empresas. Não estou dizendo que empresa é ruim não, até porque a saúde do trabalhador depende da saúde da empresa, mas, muitas vezes, ela não percebe o quanto o sindicato, um agente de equilíbrio na relação capital-trabalho, é importante para ela também. O sindicato reúne os profissionais e passa para a empresa o que eles pensam. O sindicato apresenta e discute com a empresa propostas que são factíveis. Como seria para a empresa discutir com cada um dos empregados?

Então é um parceiro?

Sim, é um parceiro. Até porque o sindicato pode falar o que o empregado está sentindo e a empresa, com isso, corrigir algumas questões. A própria empresa pode nos corrigir, ajudar em muitas questões, caso estejamos errados. Então, esse processo é um jogo de ganha-ganha e, no final, dá certo. Por isso que eu disse que a negociação no final dá certo, porque nós vamos brigando até o limite, o limite de cada um.

Como o sindicato tem avaliado a questão dos profissionais de engenharia que são contratados por empresas como pessoa jurídica?

Esse é um problema que, sem dúvida, torna as relações muito individuais e atrapalha muito. Mas eu penso que nós estamos passando por uma fase que vai ter que ser superada mais para frente. Talvez o contrato de trabalho para frente mude um pouco.

Quais conselhos o senhor dá para os estudantes de engenharia?

Primeiro eu digo o seguinte: "Você está no caminho correto, não podia ter feito escolha melhor, pois a engenharia está presente em tudo." Depois eu digo: "Estude, participe, discuta; venha para o seu sindicato, acompanhe as questões dos sindicatos, porque, na verdade, nós temos que pensar no conjunto." Não dá para a gente pensar individualmente, e esse é o erro, muitas vezes, dos alunos e dos jovens, não entender que somente em conjunto a gente faz a diferença.

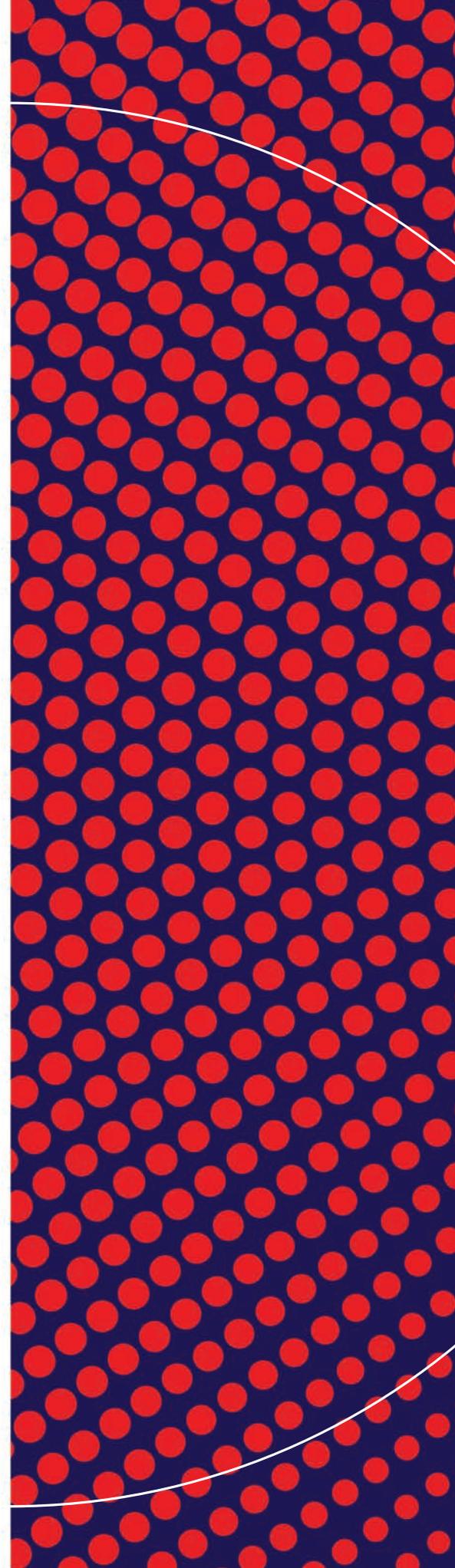


E para o engenheiro que não sabe se deve se associar ao SEESP, o que senhor aconselha?

Além de nós oferecermos muitos serviços e benefícios, tem a integração entre os engenheiros, em que ele pode trocar informações, ver qual o melhor caminho, pegar experiências. Isso sem falar na defesa que fazemos dos engenheiros, da qualidade no ensino e da oportunidade de trabalho. Tudo isso faz parte do sindicato.

O que o senhor enxerga para o futuro do Sindicato dos Engenheiros?

Um superfuturo. Como eu disse, tudo o que tem aqui tem engenharia. Então, se a engenharia é valorizada, conseqüentemente, o sindicato também é. Sobre o futuro do sindicato, eu penso que será bom, mas está na hora de as pessoas enxergarem o sindicato como um lugar de debate, que discute o desenvolvimento do País, o avanço tecnológico e as questões da sociedade, tanto paulista como brasileira. Este sindicato participa efetivamente e apresenta propostas.



**SE
ESP**

SE SINDICATO DOS ENGENHEIROS
ESP NO ESTADO DE SÃO PAULO



**HISTÓRIA DE
LUTA E OLHOS
ABERTOS PARA
O FUTURO**

Sem qualquer exagero, é possível dizer que a engenharia está presente em todos os aspectos da vida contemporânea. Da produção de alimentos às tecnologias de ponta da atualidade, passando pela infraestrutura essencial de bem-estar público e garantia de funcionamento da economia, como saneamento, energia, telecomunicações, além de um sem-fim de exemplos, a profissão se faz presente no dia a dia de todos.

Todo esse universo é planejado, projetado, produzido ou construído por engenheiros das mais diversas modalidades, servidores públicos ou atuantes na iniciativa privada em todos os segmentos econômicos, como empregados, autônomos ou empresários.

Esse contingente altamente qualificado e essencial ao desenvolvimento e ao bem-estar da população tem como sua legítima representante uma entidade à altura de tal desafio: o Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (SEESP).

Fundada na capital paulista, no dia 21 de setembro de 1934, a instituição chega aos 90 anos após percorrer uma profícua trajetória de trabalho, luta, crescimento e, especialmente, de compromisso com o enfrentamento dos desafios de hoje e do futuro, fazendo jus à categoria.

Com uma base de cerca de 350 mil profissionais, aproximadamente 100 mil incluídos nas negociações coletivas junto às empresas e em torno de 65 mil associados, o SEESP está pronto para, a partir do aprendizado das nove décadas de história, seguir com agenda tripla que marca suas atividades ao longo desse período: defender os profissionais coletivamente, prestar serviços cada vez melhores aos associados e participar ativamente do debate sobre desenvolvimento e políticas públicas, com a elaboração de propostas factíveis.



Fachada da sede do SEESP, em São Paulo



DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR DA SOCIEDADE

Entre as questões na pauta da entidade, estão a crise climática e a necessidade de transformação do modelo de desenvolvimento, buscando alternativas radicalmente menos poluentes e que preservem os recursos naturais. O sindicato defende que o Brasil seja líder na busca de se atingir a meta estabelecida na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 28), realizada no final de 2023, em Dubai. A tarefa é alcançar a neutralidade de carbono até 2050, assim como triplicar a capacidade mundial de uso de energia renovável até 2030. Com matriz majoritariamente limpa, o Brasil pode se destacar no processo de transição.

“A CRISE CLIMÁTICA É UMA PREOCUPAÇÃO MUITO GRANDE DO NOSSO SINDICATO, POR ISSO FAZEMOS PARTE DO COMFROTA, UM PROJETO ENCABEÇADO PELA PREFEITURA DE SÃO PAULO QUE SUBSTITUI OS ÔNIBUS MOVIDOS A DIESEL PELOS MOVIDOS A BATERIA. TAMBÉM REALIZAMOS SEMINÁRIOS SOBRE O HIDROGÊNIO VERDE, QUE É O COMBUSTÍVEL DO FUTURO E QUE PODE COLOCAR O BRASIL NA DIANTEIRA DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA.”

EDILSON REIS
Engenheiro mecânico e diretor do SEESP

Tal debate está na pauta do sindicato paulista, juntamente com os demais filiados à Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), em várias iniciativas, entre elas a parceria com a GIZ, agência alemã de cooperação para o desenvolvimento sustentável, que promove a produção do hidrogênio verde no Brasil. O tema já foi discutido em seminários nas cidades de São Paulo, Porto Alegre e Belém.

Urgente também é a questão da indústria brasileira, precocemente encolhida e com graves vulnerabilidades, como ficou demonstrado durante a pandemia de Covid-19, com a dependência externa de insumos para vacinas e equipamentos médico-hospitalares, por exemplo.

Além de ser essencial à soberania nacional, a indústria tem papel potencialmente crucial na melhoria das condições de vida da população, gerando melhores postos de trabalho, com vínculos formais e salários mais elevados, e dinamizando a economia com a produção de inovação, pesquisa e desenvolvimento tecnológico.





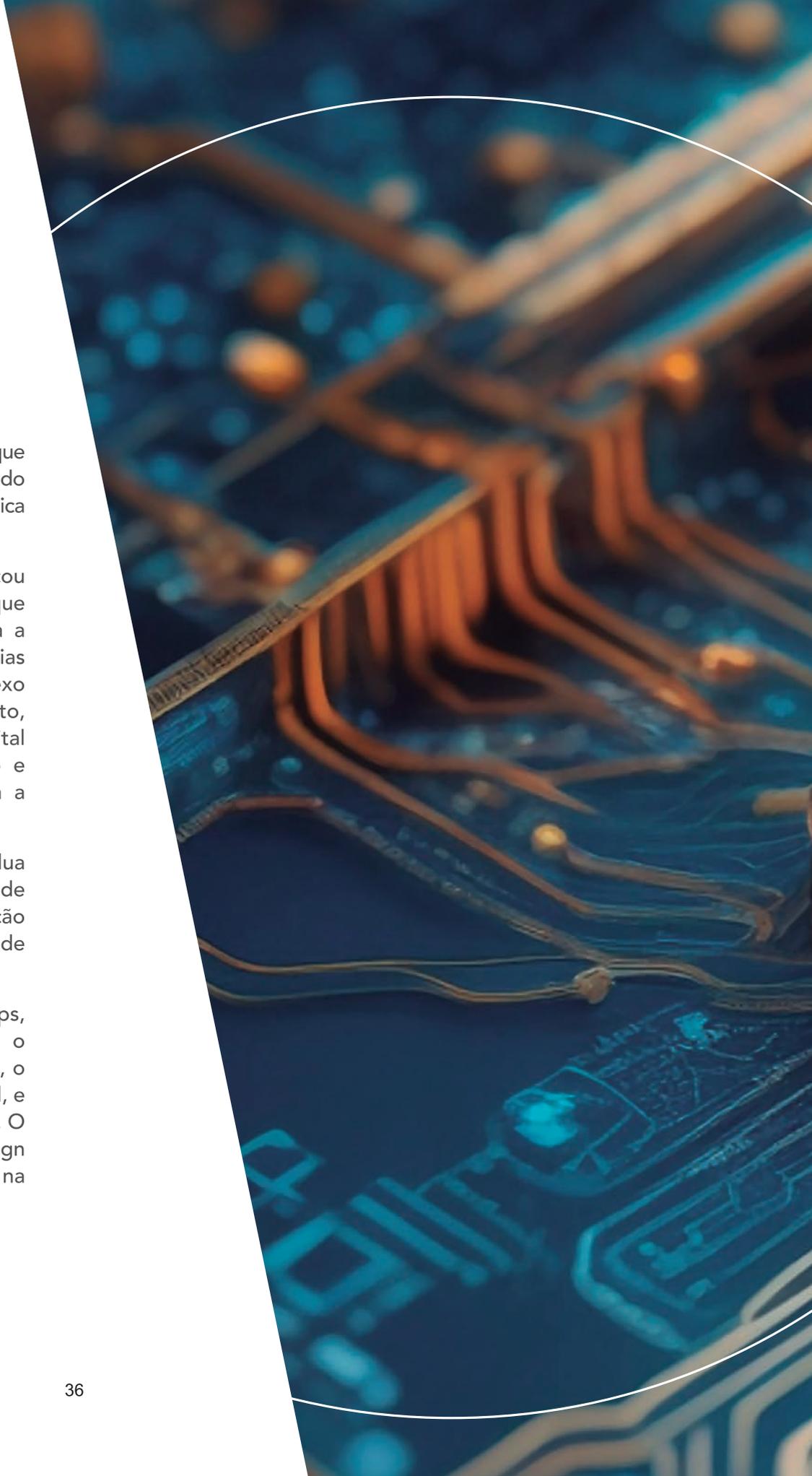
Mas, para que isso se confirme, é essencial recuperar o setor, que já respondeu, durante a década de 1980, por cerca de 30% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, mas experimentou drástica queda nas últimas décadas, chegando em 2020 a 11,30%¹.

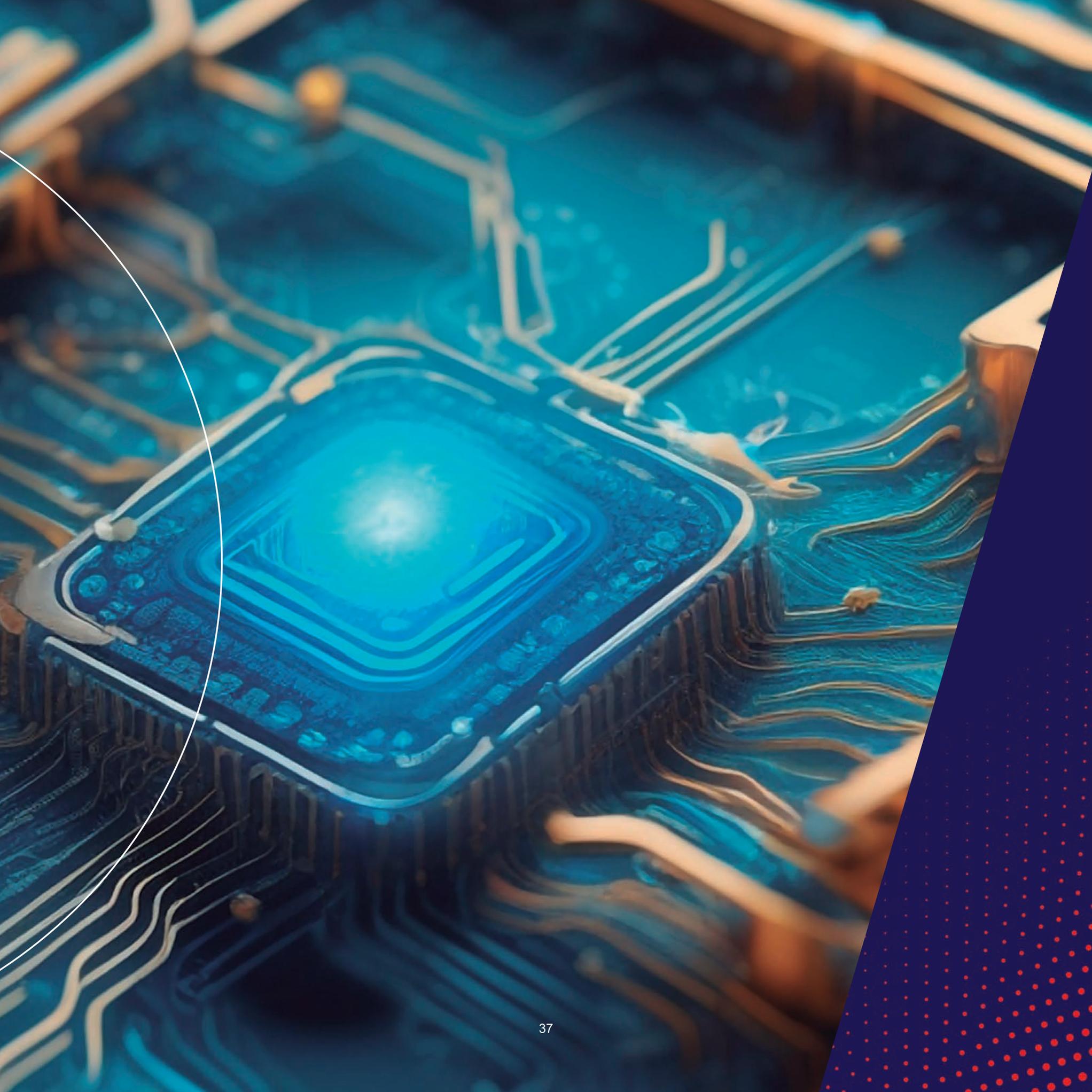
Para fazer frente a esse quadro, o governo federal lançou no início de 2024 o programa “Nova Indústria Brasil”, que foi considerado pelo SEESP uma excelente notícia para a engenharia. O pacote é formado por seis missões: cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais; forte complexo econômico e industrial da saúde; infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade sustentáveis; transformação digital da indústria; bioeconomia, descarbonização e transição e segurança energéticas; e tecnologias de interesse para a soberania e a defesa nacionais.

Para o sindicato, é fundamental que tal processo inclua a iniciativa estratégica de estabelecer uma indústria de semicondutores no Brasil, imprescindível à transformação digital em curso e para possibilitar ganhos de produtividade e competitividade.

Fortemente dependente de importações de chips, considerados por especialistas o motor da inovação e o catalisador para o desenvolvimento de outras tecnologias, o País precisa ser capaz de desenvolver e produzir o material, e não apenas fazer o seu encapsulamento como ocorre hoje. O desafio é se inserir de forma relevante nas etapas de design do semicondutor e fabricação do *wafer* (circuito montado na base de silício).

¹ Fundação Getúlio Vargas.





CRESCE BRASIL

A visão se coaduna perfeitamente com o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”², que tem entre suas principais premissas justamente a reindustrialização sustentável do País. A iniciativa foi lançada pela FNE e seus sindicatos filiados, incluindo o SEESP, em 2006. Trata-se de uma contribuição dos engenheiros brasileiros, a partir do debate com milhares de profissionais em seminários realizados em todo o País, para um plano nacional de desenvolvimento sustentável e com inclusão social.

Sempre pensando em como melhorar a vida da população através da engenharia, o projeto coloca em pauta temas cruciais à expansão econômica e à sustentabilidade, como energia, ciência e tecnologia, meio ambiente, recursos hídricos e saneamento, comunicações, mobilidade, transporte de cargas e agricultura.

São fios condutores de tais preocupações a ciência, a tecnologia e a inovação, essenciais para que haja avanços e que precisam, portanto, de investimentos públicos e privados. O Brasil possui universidades e institutos de pesquisa de ponta, além de profissionais de excelência que se dedicam a produzir conhecimento. Porém, estes enfrentam problemas como estruturas precárias e baixa remuneração, o que tem provocado a fuga de cérebros do País.

Por isso mesmo, o SEESP, engajado ao “Cresce Brasil”, defende a ampliação da destinação de verbas ao setor, que precisa alcançar, pelo menos, o patamar de 2% do PIB. Há ainda que se articular de forma competente os esforços da academia, das empresas e do poder público para gerar sinergia e fazer com que a chamada “hélice tríplice” gire mais rapidamente com ganhos para a sociedade brasileira. Tal estratégia é fundamental, inclusive para que a pesquisa científica se transforme em inovação com aplicação prática, gerando riqueza e qualidade de vida à sociedade.



² Leia mais sobre o “Cresce Brasil” no capítulo 2.



“EM 2006, ENTENDEMOS QUE ERA O MOMENTO DE O PAÍS SE DESENVOLVER. ESTAVA COM INFLAÇÃO BAIXA E TINHA CONDIÇÃO DE DAR UM SALTO. ENTÃO FOI MUITO DISCUTIDO ISSO INTERNAMENTE, DENTRO DOS 18 SINDICATOS QUE COMPÕEM A FNE, ENCABEÇADO EVIDENTEMENTE PELO SEESP, QUE É O MAIOR, E RESOLVEMOS LANÇAR ESSE PROJETO, O ‘CRESCER BRASIL’. COMO O PRESIDENTE LULA ESTAVA SE REELEGENDO, NÓS LHE ENTREGAMOS O MATERIAL DIZENDO QUE ERAM PROPOSTAS QUE PODIAM SER FEITAS PARA EVOLUIR O PAÍS. ALGUNS MESES DEPOIS ELE PEDIU QUE ALGUNS MINISTROS FALASSEM CONOSCO A RESPEITO DESSE PROJETO. ESSAS CONVERSAS SE DERAM AQUI NO SEESP E EM BRASÍLIA. CERCA DE QUATRO OU CINCO MESES DEPOIS, FOI LANÇADO O PAC QUE, EVIDENTEMENTE, É UM PROJETO MAIS DETALHADO, MAS A IDEIA TEM MUITO A VER COM O ‘CRESCER BRASIL.’”

FERNANDO PALMEZAN NETO
Engenheiro eletricista, vice-presidente do SEESP
e coordenador do projeto “Cresce Brasil +
Engenharia + Desenvolvimento”

TECNOLOGIAS DISRUPTIVAS

Também estão no horizonte do SEESP as novas tecnologias que prometem provocar mudanças ainda mais significativas na economia e na vida contemporânea, como a Internet das Coisas e a Inteligência Artificial. Estas têm implicações muito relevantes para a engenharia e seus profissionais, que precisam estar aptos a fazer o melhor uso da ferramenta.

Diferentes áreas já podem ser beneficiadas pela utilização de IA. Ela é capaz de construir sistemas que analisam dados de maneira precisa e contribuir para tomadas de decisão cada vez mais assertivas. Pode, por exemplo, fazer o cruzamento desses dados e monitorar projetos a fim de melhorar a administração das obras, otimizar processos e acelerar etapas.

No entanto, trata-se de uma realidade que chegou trazendo também incertezas em relação ao futuro, tanto pela possível aplicação de forma indesejada quanto pelo risco de substituir o trabalho humano de forma generalizada e sem critérios.

Tais questões estão na agenda do Conselho Tecnológico do SEESP, criado em 1987. O órgão tem o objetivo de acompanhar a política e o desenvolvimento tecnológico nacional, auxiliando o sindicato a analisar as iniciativas governamentais e a propor questões pertinentes em cada setor da engenharia e da tecnologia junto à sociedade e aos poderes Executivo e Legislativo.



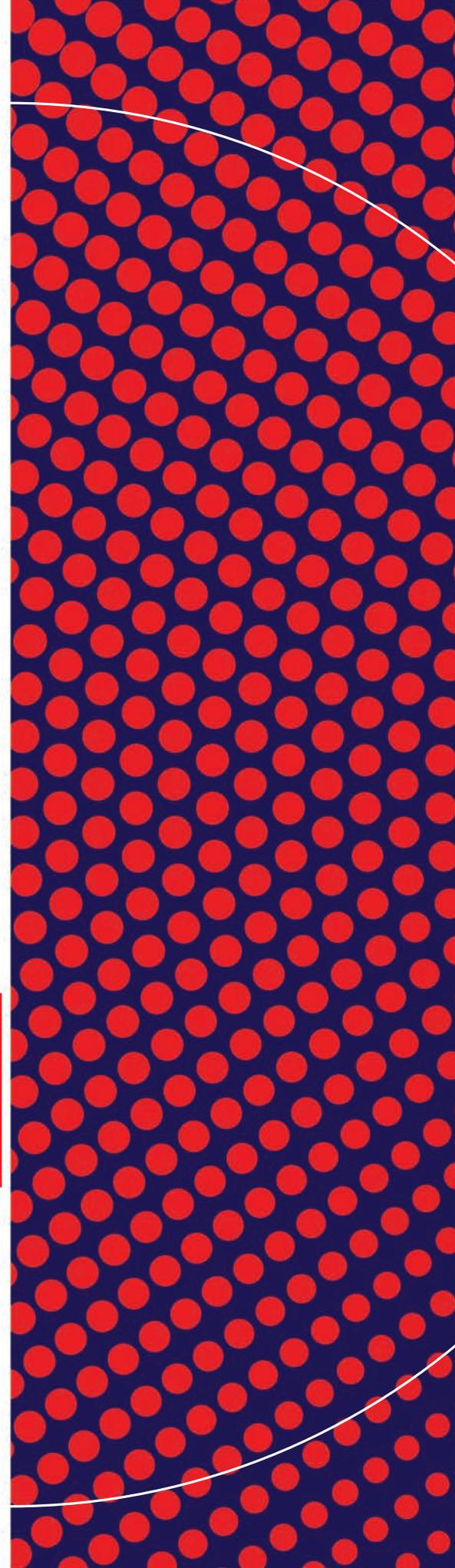




2

**SE
ESP**

**SE SINDICATO DOS ENGENHEIROS
ESP NO ESTADO DE SÃO PAULO**





O SEESP NO SÉCULO XXI

A primeira gestão do engenheiro Murilo Pinheiro à frente do sindicato começou em 2001. Desde então, ele foi eleito seguidas vezes e ainda hoje preside a entidade, com base em três frentes principais: representação coletiva da categoria, prestação de serviços aos associados e forte inserção no debate de políticas públicas voltadas à engenharia, à tecnologia e ao desenvolvimento.

"A GRANDE MASSA DE ENGENHEIROS QUE FORMAVAM O NÚCLEO DE ASSOCIADOS AO SEESP ERA DAS ESTATAIS PAULISTAS. A LIDERANÇA DO MURILO REPRESENTOU UMA VOZ MAIS MACIÇA DA CATEGORIA. VIERAM PROFISSIONAIS DA CPFL, ELETROPAULO, CESP, SABESP, COMGÁS, SPTRANS, CET E OUTRAS. ESSES TRABALHADORES, QUE ANTES ERAM PISOTEADOS PELO ESTADO E LUTAVAM PARA MANTER SUA ESTABILIDADE, SE VIRAM REPRESENTADOS PELO SEESP NESSA NOVA COMPOSIÇÃO."

FLÁVIO JOSÉ ALBERGARIA DE OLIVEIRA BRÍZIDA
Engenheiro eletricista e diretor do SEESP

MOBILIZAÇÃO SINDICAL E NEGOCIAÇÃO COLETIVA

Uma campanha salarial envolve desde a elaboração da pauta de reivindicações, a realização de assembleias, a mobilização dos profissionais e a negociação com os empregadores até eventuais recursos à Justiça do Trabalho.

Os engenheiros e engenheiras do Estado de São Paulo possuem datas-bases – período que concentra as negociações entre empresas e sindicatos para discutir salários, benefícios e condições de trabalho da categoria – e que abarca praticamente o ano todo. O trabalho do SEESP não para.

Para conduzir negociações coletivas com cerca de 50 empresas e entidades patronais nos mais diversos segmentos, toda a estrutura do sindicato, especialmente as assessorias sindical, jurídica e de comunicação, é mobilizada.

Em 2017, foi aprovada a reforma trabalhista (Lei nº 13.467), que mudou as regras relativas à remuneração, plano de carreira e jornada de trabalho, entre outras. Com essa nova lei, a jornada de trabalho, antes limitada a oito horas diárias e 44 horas semanais, pode ser agora pactuada em 12 horas de trabalho e 36 horas de descanso, respeitadas as 220 horas mensais. As férias, de 30 dias corridos por ano, agora podem ser parceladas em até três vezes e abriu-se a possibilidade do trabalho intermitente. Além disso, os acordos coletivos passaram a prevalecer sobre a legislação. Com isso, o que for acertado entre empregado e empregador não é vetado pela lei, respeitados os direitos essenciais como férias e 13º salário.

Consequentemente, as campanhas salariais e as negociações durante a data-base, que já eram de grande importância, se tornaram ainda mais cruciais ao trabalhador. Sem o sindicato, o engenheiro ficaria totalmente à mercê da vontade das empresas que, muito provavelmente, não lhes concederiam ganho algum. O trabalhador precisa estar amparado pela sua



Engenheiros e arquitetos da Prefeitura Municipal de São Paulo, 2014

entidade representativa para que não lhe seja imposto um acordo que sequer cumpra o que está previsto em lei.

Nesses seus 90 anos de história, foram muitas e significativas batalhas travadas pelo SEESP em negociações salariais. Em 2007, por exemplo, os engenheiros obtiveram, além da reposição inflacionária total, a média de 5% de ganho real a título de produtividade.

“EU NÃO VEJO COMO NÃO LUTAR PELA CATEGORIA, A NÃO SER TRABALHANDO PELO E COM O SINDICATO. EU DESCONHEÇO QUALQUER OUTRA INSTITUIÇÃO QUE TENHA DELEGAÇÃO JURÍDICA APOIADA PELA CONSTITUIÇÃO E QUE REPRESENTA OS TRABALHADORES QUE NÃO SEJAM OS SINDICATOS. SÃO ELES QUE ESTÃO NA BASE DA DEFESA DOS DIREITOS DE QUEM TRABALHA NAS FÁBRICAS, NAS EMPRESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, ENFIM, EM TODA A PARTE. INCLUSIVE SÃO ELES QUE PODEM DECRETAR GREVE OU NÃO, PARALISAÇÃO DOS TRABALHOS EM FUNÇÃO DE NÃO TER CONSEGUÍDO CONVENCER OS PATRÕES DE QUE É PRECISO MELHORAR OS SALÁRIOS OU AS CONDIÇÕES DE TRABALHO. POR ISSO, UM SINDICATO COMO O SEESP, QUE ESTÁ COMPLETANDO 90 ANOS, É UMA INSTITUIÇÃO CONSOLIDADA NA DEFESA DA CATEGORIA.”

HENRIQUE MONTEIRO ALVES

Engenheiro eletricista com ênfase em eletrônica e diretor do SEESP



Outras bandeiras de luta são empunhadas pelo Sindicato dos Engenheiros, uma delas é a defesa do salário-mínimo profissional estabelecido pela Lei nº 4.950-A/1966, que assegura piso remuneratório digno à categoria. Outras são: a criminalização do exercício ilegal da profissão e a instituição da carreira pública de Estado para os engenheiros.

Tornar a engenharia uma carreira típica de Estado é uma batalha antiga do SEESP e, por isso, a entidade vem dialogando com legisladores em busca dessa conquista para a categoria. O sindicato está empenhado na aprovação do Projeto de Lei nº 3.118/2023, que caracteriza como essenciais e exclusivas de Estado as atividades exercidas por engenheiros, agrônomos e arquitetos, quando ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal.

O SEESP AO LADO DO TRABALHADOR LIBERAL

Um trabalhador liberal é aquele que trabalha por conta própria, prestando serviços a diversas empresas ou clientes, sem vínculo empregatício. Ele, geralmente, possui alta qualificação profissional e atua em áreas que exigem conhecimento técnico e específico, caso dos engenheiros, entre outros.

Para defender os interesses desses profissionais, o SEESP apoiou a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU).

Essa entidade foi criada no dia 27 de dezembro de 2006 e teve seu registro sindical publicado no *Diário Oficial da União* em 9 de outubro de 2008. Ela representa engenheiros, farmacêuticos e odontologistas, por meio da filiação das federações dos Engenheiros (FNE), dos Farmacêuticos (Fenafar) e dos Odontologistas (FIO). Congrega ainda a militância dos economistas, por meio do sindicato paulista da categoria. É uma grande rede que soma cerca de 2 milhões de profissionais brasileiros de aproximadamente 100 sindicatos.

OS ASSOCIADOS COMO PARCEIROS ESSENCIAIS

Ao longo de sua história, o SEESP, que foi fundado e tem sede na capital paulista, efetuou um processo de interiorização, com a criação das delegacias sindicais que chegam a 25. Foi também após a chegada do século XXI que essas ganharam estruturas próprias para aprimorar o atendimento aos seus associados. Elas são importantes porque aproximam a entidade de sua base nas diferentes regiões do Estado e realidades socioeconômicas e profissionais.

Workshop de desenvolvimento profissional realizado pelo Núcleo Jovem Engenheiro em 2015/Beatriz Arruda







Para ampliar a participação da juventude no debate em torno das questões fundamentais da engenharia no País e do movimento sindical em prol da categoria, foi criado, em 2015, o Núcleo Jovem Engenheiro (NJE).

Nele, o SEESP abre oportunidade para que estudantes de engenharia e recém-formados discutam os desafios que o mercado de trabalho apresenta e participem dos eventos, debates, projetos e atividades sindicais. Essa arena de discussão é considerada primordial dentro do SEESP, pois permite não só a circulação de ideias, mas a formação de novas lideranças, ativando uma grande rede de jovens engenheiros.



“A CRIAÇÃO DO NÚCLEO JOVEM É JUSTAMENTE PARA INCENTIVAR A PARTICIPAÇÃO DO JOVEM NO SINDICATO E NAS DISCUSSÕES DA POLÍTICA NACIONAL. O NÚCLEO TRAZ OS ENGENHEIROS RECÉM-FORMADOS OU OS QUE ESTÃO PRESTES A SE FORMAR PARA INCUTIR EM SUA FORMAÇÃO A PREOCUPAÇÃO COM A SOCIEDADE. COM TODAS AS MODIFICAÇÕES QUE ESTÃO HAVENDO NO COMPORTAMENTO DAS PESSOAS, A ENTIDADE PRECISA PROCURAR UMA FORMA DE ATRAÍ-LAS PARA PARTICIPAR DAS ATIVIDADES SINDICAIS.”

MARCOS WANDERLEY FERREIRA
Engenheiro civil e de Segurança do Trabalho e vice-presidente do SEESP

Na mesma linha, o SEESP criou o Núcleo da Mulher Engenheira (NME), que tem a missão de lutar, defender, representar, apoiar e proporcionar orientação às engenheiras, com o objetivo de fortalecê-las e emponderá-las para serem protagonistas no trabalho e na sociedade. O NME foi lançado em setembro de 2022, por ocasião dos 88 anos do SEESP.



Cerimônia de lançamento do Núcleo da Mulher Engenheira/Rita Casaro

“AINDA FALTAM POLÍTICAS VOLTADAS PARA AS QUESTÕES DA MULHER. SOBRE A EQUIDADE SALARIAL, EXISTE UMA LEI QUE GARANTE. ANTES DELA, MESMO EM GRANDES EMPRESAS, NÃO HAVIA IGUALDADE NA REMUNERAÇÃO. AQUI NO NÚCLEO DA MULHER ENGENHEIRA, TRABALHAMOS PELO EMPODERAMENTO DA MULHER: EM COMO SE PREPARAR PARA UMA ENTREVISTA, COMO SE LANÇAR NO MERCADO DE TRABALHO, COMO ESTAR MAIS PREPARADA TECNICAMENTE. DAMOS MUITA ATENÇÃO ÀQUELAS QUE SÃO PCDS, MULHERES NEGRAS, ÀS MAIS VELHAS E A TODAS QUE, POR PRECONCEITO, ENFRENTAM MAIS DIFICULDADES PARA ENTRAR NO MERCADO DE TRABALHO.”

SILVANA GUARNIERI
Engenheira civil e diretora do SEESP



INSTITUTO SUPERIOR DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA (ISITEC)

Para suprir a necessidade de se formar profissionais aptos a empreender e buscar soluções para a indústria nacional, o SEESP, com o apoio da FNE, criou o Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec) que, logo após conseguir seu credenciamento pelo Ministério da Educação (MEC), já começou a oferecer cursos de Engenharia de Inovação, com bolsas de estudo de 100%.

Os professores do Isitec eram treinados em uma nova forma de ensinar engenharia, preocupados em estimular a inovação e o empreendedorismo. A proposta do instituto era fazer com que os alunos “aprendessem a aprender”. O curso durava cinco anos em período integral e somava 4.620 horas. A primeira turma começou em 2015, e os primeiros formandos chegariam ao mercado em 2019.



No entanto, lamentavelmente, essa trajetória foi interrompida, em junho de 2018, devido a graves dificuldades financeiras enfrentadas pelo sindicato, que não tinha mais condições de custear o Isitec.

O problema foi gerado pela queda brutal na receita causada pela reforma trabalhista implantada pela Lei nº 13.467/2017. Além de retirar inúmeros direitos, as alterações feitas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) submeteram a contribuição sindical à autorização prévia e expressa. Seguindo as novas regras estabelecidas, o SEESP realizou assembleia da categoria na qual a contribuição foi autorizada coletivamente. Isso foi comunicado inúmeras vezes às empresas e divulgado aos profissionais por vários meios. Apesar de tomadas todas as providências, o efeito prático foi uma redução drástica na arrecadação em relação à previsão orçamentária do sindicato, o que inviabilizou manter a estrutura do Isitec.

Ao longo do primeiro semestre de 2018 foram buscadas alternativas para manter o Isitec funcionando, tais como: investidor que possibilitasse a continuidade do projeto e instituições de ensino que assumissem a função de mantenedoras. Infelizmente, nenhuma delas prosperou, e o fechamento do curso de Engenharia de Inovação tornou-se inevitável. A partir da constatação dessa realidade, tiveram início diversas iniciativas, tanto junto ao MEC como a outras instituições de ensino, para que os alunos fossem realocados, nas condições mais adequadas possíveis, o que foi conseguido.



CRESCER BRASIL + ENGENHARIA + DESENVOLVIMENTO

Em 2006, a Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) e seus sindicatos filiados, entre eles o SEESP, lançaram o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, elaborado a partir de debates realizados com milhares de profissionais em todo o País.

Como o Brasil vinha de duas décadas de parco crescimento econômico, com sua infraestrutura bastante precarizada e sem perspectivas de investimentos, havia muito desemprego, inclusive no setor de engenharia.

Diante de tantos desafios, a FNE e os sindicatos a ela filiados reuniram especialistas nas áreas consideradas cruciais ao desenvolvimento – energia, ciência e tecnologia, meio ambiente, recursos hídricos e saneamento, comunicações, transportes de cargas e coletivo e agricultura – e levou o debate às cinco regiões do Brasil.

Mais tarde, durante o VI Congresso Nacional dos Engenheiros (Conse), foi lançado o manifesto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, que propunha a expansão econômica anual de 6%, elevação dos investimentos para 25% do PIB e alteração da política macroeconômica, com redução de juros e facilidade de crédito.

O CRESCE BRASIL E O PAC

Como o ano de 2006 era de eleições presidenciais, as ideias contidas no manifesto "Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento" foram apresentadas e debatidas com diversas autoridades, inclusive com os candidatos à Presidência da República. Ao final de outubro daquele ano, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reelegeu, as propostas foram expostas a vários de seus ministros e muitas delas estiveram presentes no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), anunciado em 2007 pelo governo federal.

REGIÕES METROPOLITANAS

Em 2008, novo debate sobre os problemas brasileiros foi travado por profissionais da engenharia do Brasil todo. Nesse ano, o enfoque do projeto "Cresce Brasil" foram as regiões metropolitanas, que concentram grande parte da população brasileira e de seus problemas. Para buscar as soluções necessárias foram realizados seminários em capitais como Florianópolis (SC), Teresina (PI), São Luís (MA), Fortaleza (CE), São Paulo (SP), Manaus (AM), Macapá (AP), Palmas (TO) e Belém (PA).

Como 2008 era um ano de eleições municipais, as propostas discutidas e as soluções apontadas foram apresentadas aos candidatos a prefeitos das grandes cidades brasileiras.





O CRESCE BRASIL E A SUPERANÇA DA CRISE

Em 2009, sob o título “O Cresce Brasil e a superança da crise”, o projeto proposto pela engenharia brasileira visou a retomada efetiva da expanso econmica brasileira, abalada pela crise financeira internacional, e os novos elementos do cenrio nacional, como as reservas de petrleo da camada do pr-sal.

O projeto foi atualizado e ampliado durante o VII Conse, realizado em So Paulo, entre os dias 23 e 26 de setembro de 2009, sempre mantendo em seu intuito o crescimento com democracia, a distribuio de renda, o respeito à natureza e a reorganizaao urbana.

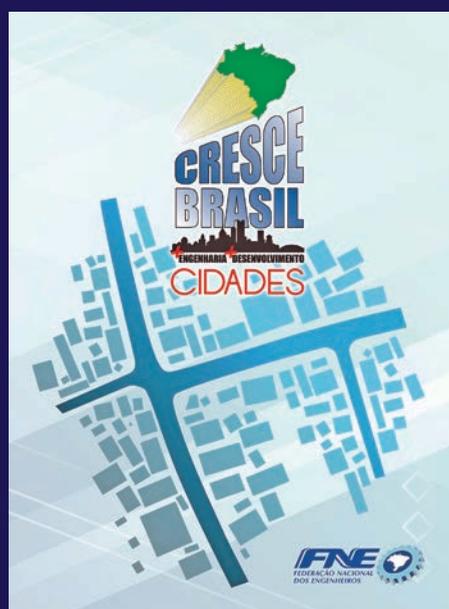
COPA 2014

Os preparativos necessrios para a realizao da Copa do Mundo de Futebol no Brasil foram os temas do “Cresce Brasil” a partir de 2011. Eram grandes os desafios, assim como as oportunidades de avanar em infraestrutura das cidades-sedes dos jogos no Pas.

NOVOS DESAFIOS

Em 2014, o “Cresce Brasil” apontou a urgência em se avançar na industrialização do País, com inovação e ganhos de produtividade. Mais premente ainda era evitar que a indústria, setor fundamental à expansão econômica, se encolhesse e perdesse relevância. Os novos desafios identificados exigiam medidas corretas na área econômica. Seria preciso estabelecer uma política de Estado estrategicamente voltada a tal objetivo, por exemplo, adensando cadeias produtivas promissoras.





CIDADES

Em 2016, novamente em ano de eleições municipais, o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” debruçou-se sobre a qualidade de vida nas cidades e o desenvolvimento local.

No dia 29 de junho de 2016, na cidade do Rio de Janeiro, foi lançado o documento produzido com a colaboração de especialistas e de profissionais de todo o País. Nele, era feito um diagnóstico dos problemas comuns às médias e grandes cidades brasileiras e que são pertinentes à engenharia, propondo soluções factíveis, mais uma vez apresentadas aos candidatos a prefeito e à sociedade.



RETOMADA DA ENGENHARIA NACIONAL

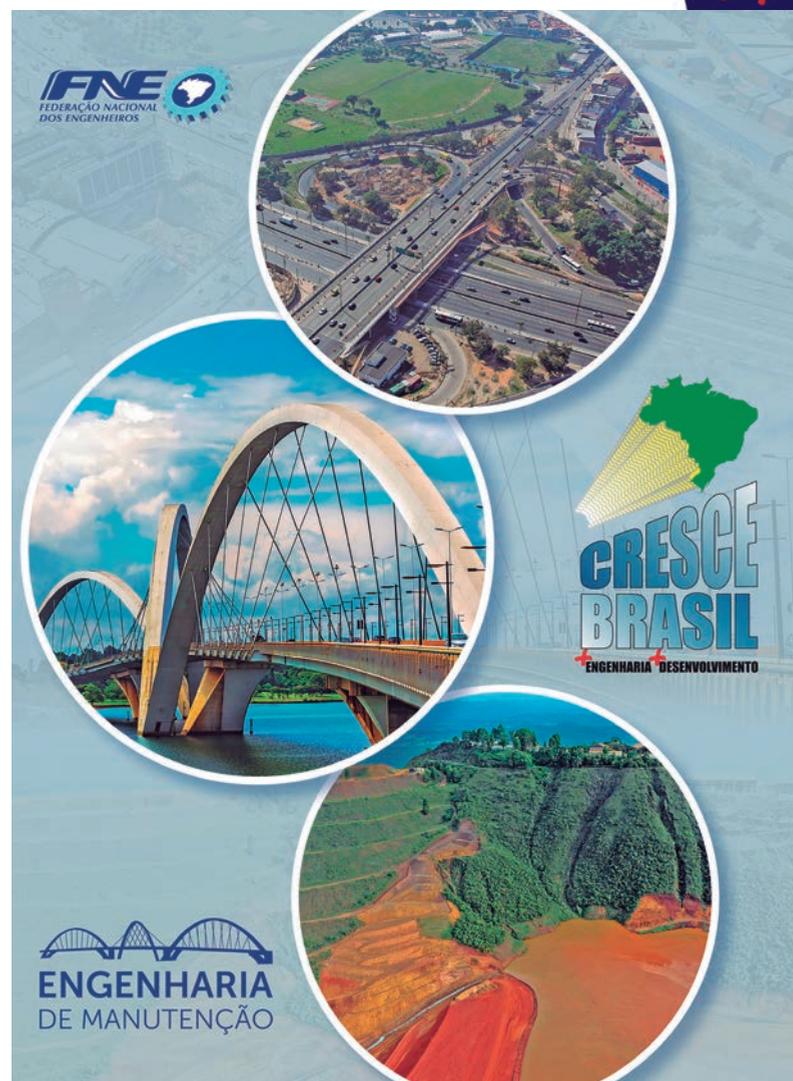
Enquanto o Brasil vivia momentos de incertezas na economia e na política, o “Cresce Brasil” voltou-se à tarefa de indicar rumos a seguir para superar as dificuldades do País.

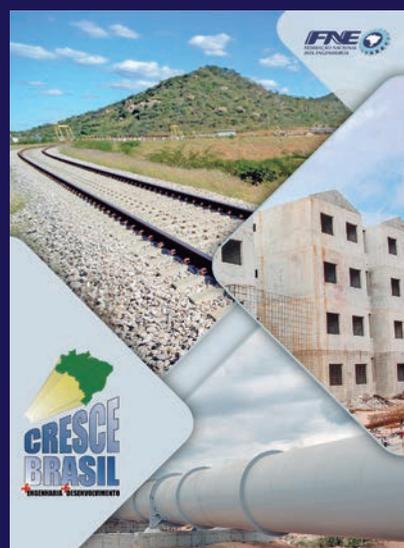
Na edição de 2018 do projeto, cujo tema foi “Retomada da engenharia nacional”, foi apontada a necessidade de mudar a política econômica e breçar o desmonte da capacidade tecnológica nacional.

ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO

O seminário "Pontes, viadutos, barragens e a conservação das cidades – Engenharia de manutenção para garantir segurança e qualidade de vida", realizado pelo SEESP, iniciou a edição do "Cresce Brasil" intitulada "Engenharia de Manutenção", lançada em 17 de junho de 2019.

Nesse ano, o projeto apontou as necessidades específicas nesses segmentos, mas principalmente como enfrentar a questão essencial do descaso com a inspeção e conservação das estruturas existentes no País. Para mudar esse quadro, a proposta foi que as administrações nos níveis municipal, estadual e federal instituíssem um órgão com dotação orçamentária e corpo técnico qualificado para ser responsável por inspeção e conservação regulares.





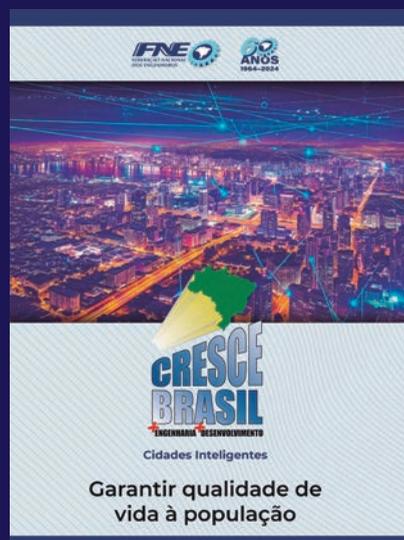
RECUPERAÇÃO PÓS-PANDEμία

Em 2020 o projeto “Cresce Brasil” buscou saídas para a recuperação da economia, que já vinha em uma situação complexa desde 2014 e se agravou durante a pandemia de Covid-19. Lançada em 21 de outubro de 2020, essa edição propôs a retomada de obras públicas paralisadas em todo o Brasil.



HORA DE AVANÇAR

No ano de 2023, duas direções essenciais foram apontadas pela edição do “Cresce Brasil”: melhorar as condições de vida da população brasileira, em grande parcela vivendo em situação precária, e investir em pesquisa e desenvolvimento para a reindustrialização do País.



CIDADES INTELIGENTES

Uma cidade inteligente é aquela que funciona de forma adequada a fim de assegurar o bem-estar de toda a população. São, portanto, aquelas que atendem as questões básicas da vida urbana, como habitação, saneamento, transporte, saúde, educação, segurança, cultura e lazer.

E são justamente as cidades inteligentes o tema da edição de 2024 do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, que colocou em pauta os avanços necessários para que seja possível aos habitantes das cidades brasileiras terem mais qualidade de vida.



Cerimônia de lançamento do Movimento Engenharia Unida/Beatriz Arruda

MOVIMENTO ENGENHARIA UNIDA

Desde 2014, o Brasil passou a viver forte crise econômica e muita instabilidade política. As denúncias da Operação Lava-Jato, anunciada para promover o combate à corrupção, acabaram por criminalizar não só indivíduos, mas também as grandes empresas de engenharia do País. Essa situação foi extremamente prejudicial à nação, pois em tais organizações estavam o conhecimento de mercado, a expertise técnica e científica e a capacidade de execução de obras e serviços que não poderiam ser perdidas.

E foi durante essa crise, no ano de 2016, que o SEESP, juntamente com a FNE e outros sindicatos da categoria, se dedicou fortemente ao lançamento do Movimento Engenharia Unida.

Essa coalizão reúne os engenheiros e demais profissionais da área tecnológica, por meio dos sindicatos, associações representativas, conselhos profissionais, universidades, empresas e entidades patronais. A ideia central dessa mobilização é a retomada do desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

Como não existe desenvolvimento sem engenharia, a valorização desses profissionais, colocando-os como protagonistas para o crescimento do País, é um dos principais objetivos do Movimento Engenharia Unida.



Para isso, busca-se formar uma massa crítica para fomentar a participação da categoria em diálogos com as entidades, empresas, governantes, profissionais e a sociedade em geral. Um dos grandes desafios é manter a categoria unida, forte, qualificada e com relevância, garantindo os direitos, a valorização e o reconhecimento da engenharia nacional como grande impulsionadora do crescimento econômico e do desenvolvimento do Brasil.

“A ENGENHARIA UNIDA É UMA VISÃO QUE COMEÇOU DENTRO DO SEESP COM A PROPOSTA DE CONGREGAR TODAS AS ENTIDADES QUE REPRESENTAM OS PROFISSIONAIS DA ÁREA. COM ISSO, NÓS IRÍAMOS FORTALECER REALMENTE A ENGENHARIA BRASILEIRA. A UNIÃO DE UMA CATEGORIA É MUITO IMPORTANTE, E A ENGENHARIA É A MOLA MESTRA DO PAÍS, ESTÁ PRESENTE EM TUDO O QUE SE FAZ HOJE, EM QUALQUER SETOR, E, POR SER COMPOSTA POR MUITOS RAMOS, É NECESSÁRIO HARMONIA EM TORNO DE UMA POSIÇÃO COMUM.”

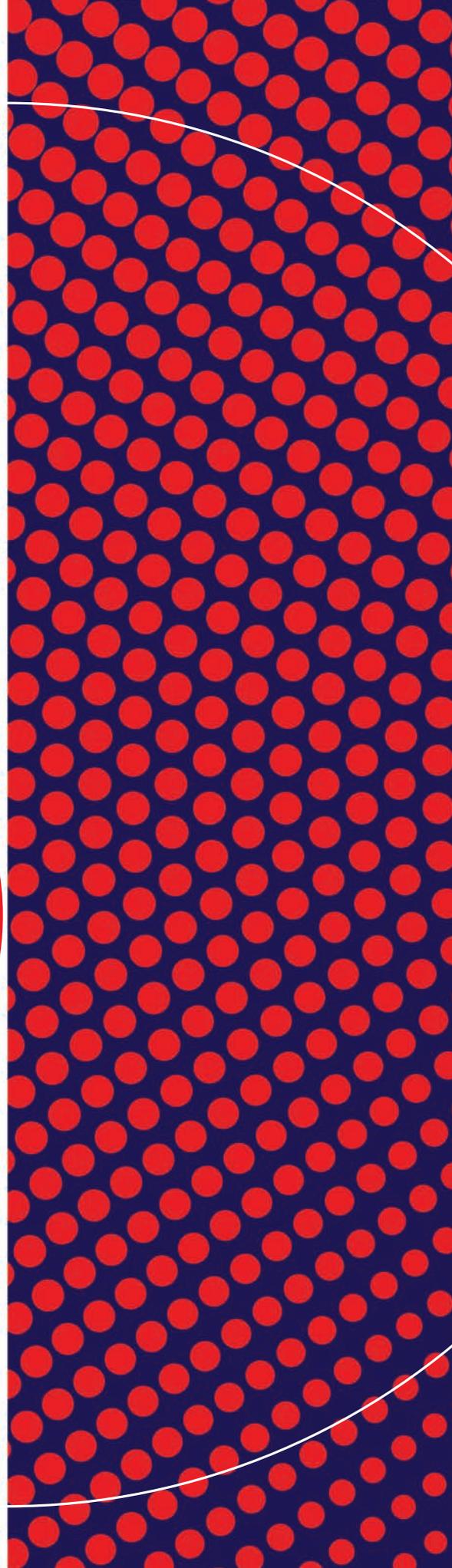
JOÃO CARLOS GONÇALVES BIBBO
Engenheiro civil e de Segurança do Trabalho e
vice-presidente do SEESP



3

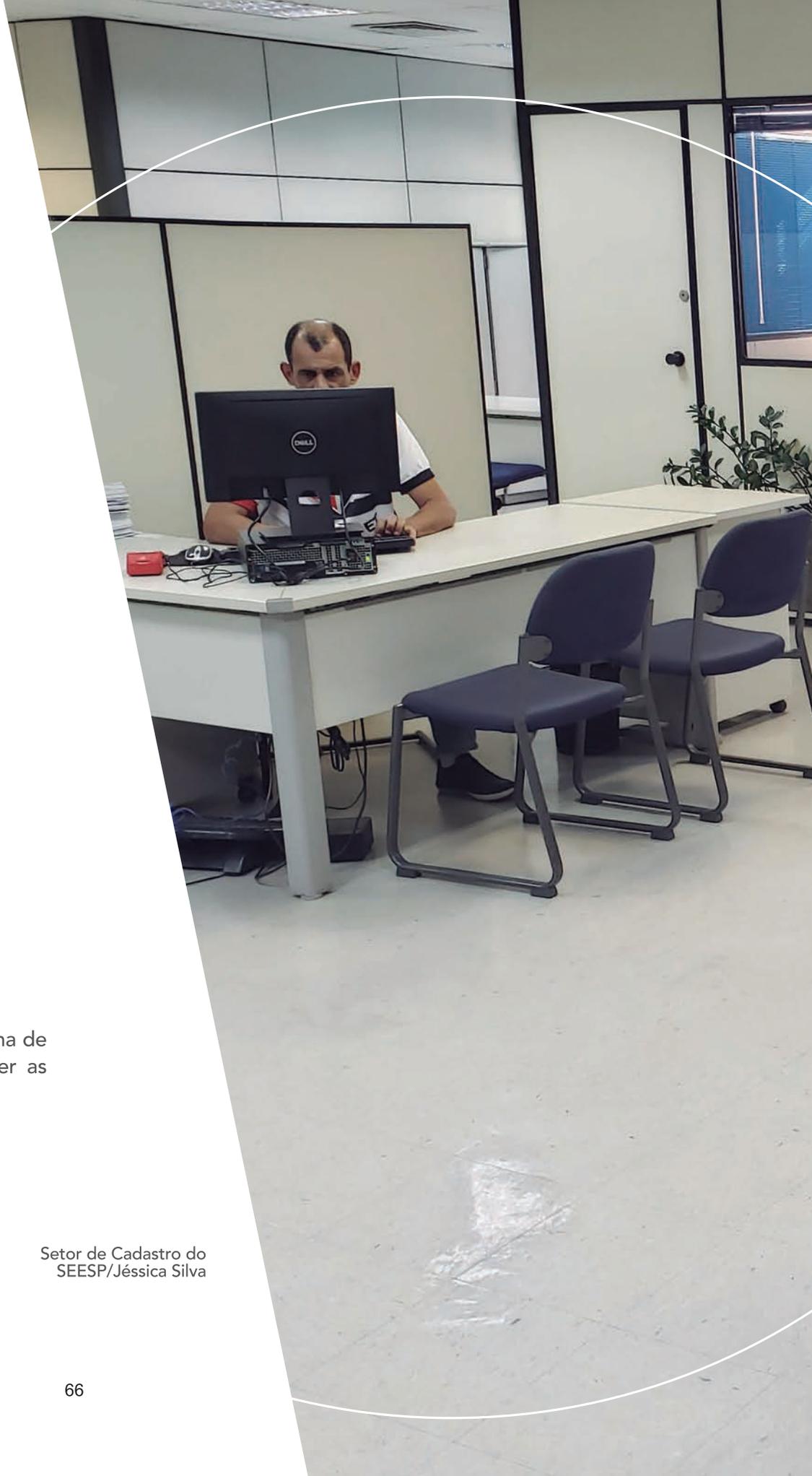
**SE
ESP**

SE SINDICATO DOS ENGENHEIROS
ESP NO ESTADO DE SÃO PAULO



The background is a dark blue field filled with a pattern of red dots of varying sizes, creating a halftone effect. A thin white arc is visible on the left side of the image.

**EM PROL DOS
ENGENHEIROS**



O SEESP oferece aos seus associados um amplo programa de benefícios, constantemente aprimorado, visando atender as demandas mais relevantes dos profissionais.

Setor de Cadastro do
SEESP/Jéssica Silva



"A CARREIRA DE ENGENHARIA FOI, É E CONTINUARÁ SENDO A MAIS VERSÁTIL DO MUNDO. EM QUALQUER RAMO PODE EXISTIR O TRABALHO DO ENGENHEIRO, DESDE VIRANDO SUCO À BIOMEDICINA AVANÇADA. POR ESSES MOTIVOS, AS PERSPECTIVAS SÃO SEMPRE BOAS. PODEMOS ENFRENTAR MOMENTOS TURBULENTOS, MAS NOS ADAPTAMOS ÀS CIRCUNSTÂNCIAS. AO SEESP CABE DAR CONTINUIDADE AO TRABALHO QUE VEM SENDO REALIZADO E AVANÇAR CADA VEZ MAIS."

NEWTON GUENAGA FILHO

Engenheiro eletricitista e vice-presidente do SEESP, para enorme tristeza, falecido em 7 de janeiro de 2024, poucos meses após conceder entrevista para esta publicação.

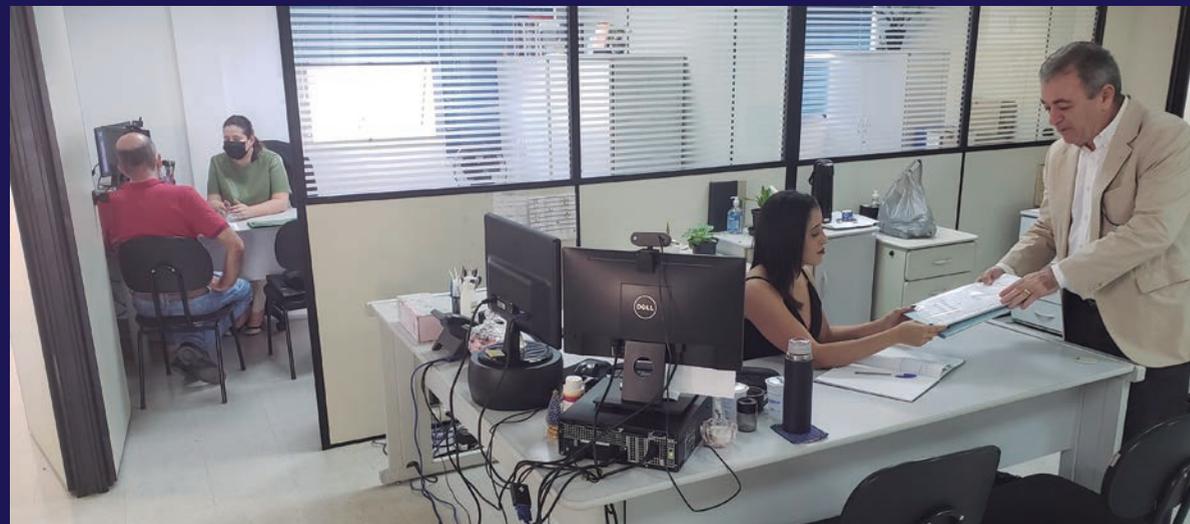
CONSULTORIA JURÍDICA

O Departamento Jurídico do SEESP é preparado para dar toda a assistência que o profissional da engenharia necessita. Nele, é possível se informar e tirar dúvidas sobre Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho referentes à categoria e sobre legislação e direitos trabalhistas. O setor também orienta sobre a melhor forma de encaminhamento e ajuizamento de ações junto ao Poder Judiciário e realiza homologações de rescisões contratuais.

Além disso, o engenheiro associado ao SEESP conta com assessoria jurídica em todas as áreas do Direito, prestada por escritórios de competência e confiabilidade reconhecidas.

Nas sedes do sindicato em São Paulo, Campinas e Santos o atendimento realizado durante plantão é totalmente gratuito. Quando há necessidade de ingressar com ações na Justiça, os associados podem pagar os honorários, de forma parcelada, em até dez vezes.

Mesmo os profissionais que não são sócios e os estudantes de engenharia podem realizar consultas gratuitas no Departamento Jurídico do SEESP e conhecer a excelência do serviço prestado.



Atendimento realizado no Departamento Jurídico do SEESP/Pedro Santana

ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

A aposentadoria é um importante passo na vida de todos os trabalhadores e o sonho de muitos deles.

Compreender como se dá o processo, os tempos e as contribuições necessárias e todas as regras de transição não é das tarefas mais fáceis. Por isso, o SEESP oferece aos seus associados orientação e encaminhamento de aposentadoria por tempo de contribuição, idade e especial, bem como análise do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), CNIS, além de recursos às Juntas e Câmaras de Julgamentos do INSS.

PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Para aqueles que querem ainda mais tranquilidade na aposentadoria, existe o Regime de Previdência Complementar, uma segurança adicional àquela oferecida pela previdência pública, para a qual as contribuições dos trabalhadores são obrigatórias.

Em 2003, o SEESP criou o SEESPPrev, na modalidade Plano de Contribuição Definida (CD), administrado pela BB Previdência. A taxa de administração é bastante vantajosa e o associado ainda pode se beneficiar do incentivo fiscal, deduzindo no seu Imposto de Renda até 12% da renda bruta tributável.







PLANO DE SAÚDE

Para colaborar com a qualidade de vida dos profissionais de engenharia do Estado de São Paulo, o SEESP firmou parcerias com importantes operadoras de saúde e oferece planos com inúmeras vantagens aos seus associados.

O profissional que contrata um plano de saúde através do SEESP conta com tabelas de preço diferenciadas, opções com atendimento nacional ou regional, planos com ou sem reembolso, extensão para dependentes cônjuges e filhos e redução de carências.





Jovem engenheiro recebe orientações sobre carreira/Pedro Santana

OPORTUNIDADES NA ENGENHARIA

Para aqueles que estão em busca do primeiro emprego ou então de dar uma guinada na carreira, o SEESP conta com o setor Oportunidades na Engenharia, que oferece serviços de orientação à carreira para profissionais e estudantes da área.

Esse importante setor do SEESP dispõe de atendimento personalizado, plataforma digital específica para divulgação de vagas de estágio, de serviços e de emprego; mapa da profissão com diversas informações de legislação e atualizadas sobre o exercício da engenharia no mercado atual.

O profissional e o estudante da área de engenharia que consultam o SEESP em busca de caminhos para a sua carreira têm análise e elaboração de currículo; preparação para processos seletivos; orientação sobre LinkedIn, transição de carreira, atuação de autônomos e colocação ou recolocação profissional.



"ATUALMENTE APENAS O DIPLOMA NÃO É SUFICIENTE. AS EMPRESAS EXIGEM MUITAS COMPETÊNCIAS DO PROFISSIONAL. QUANDO EU ME FORMEI, O IMPORTANTE ERA TER O REGISTRO PROFISSIONAL NO CONSELHO E ENTÃO SE GANHAVAM ATRIBUIÇÕES. HOJE ESSAS ATRIBUIÇÕES SÃO NECESSÁRIAS, MAS NÃO BASTAM. É PRECISO DEMONSTRAR COMPETÊNCIA NAS ATRIBUIÇÕES ADQUIRIDAS."

CELSO ATIENZA

Engenheiro civil e de Segurança do Trabalho e
vice-presidente do SEESP

A CASA DO ENGENHEIRO

A Casa do Engenheiro é um espaço virtual criado para oferecer vantagens e benefícios para os engenheiros de todas as modalidades.

Por meio de parcerias, é possível encontrar cursos de aprimoramento, idiomas, escolas de educação básica para os filhos, passeios dos mais diversos, descontos em lojas e restaurantes e inúmeros benefícios que agradam os profissionais e toda a sua família.



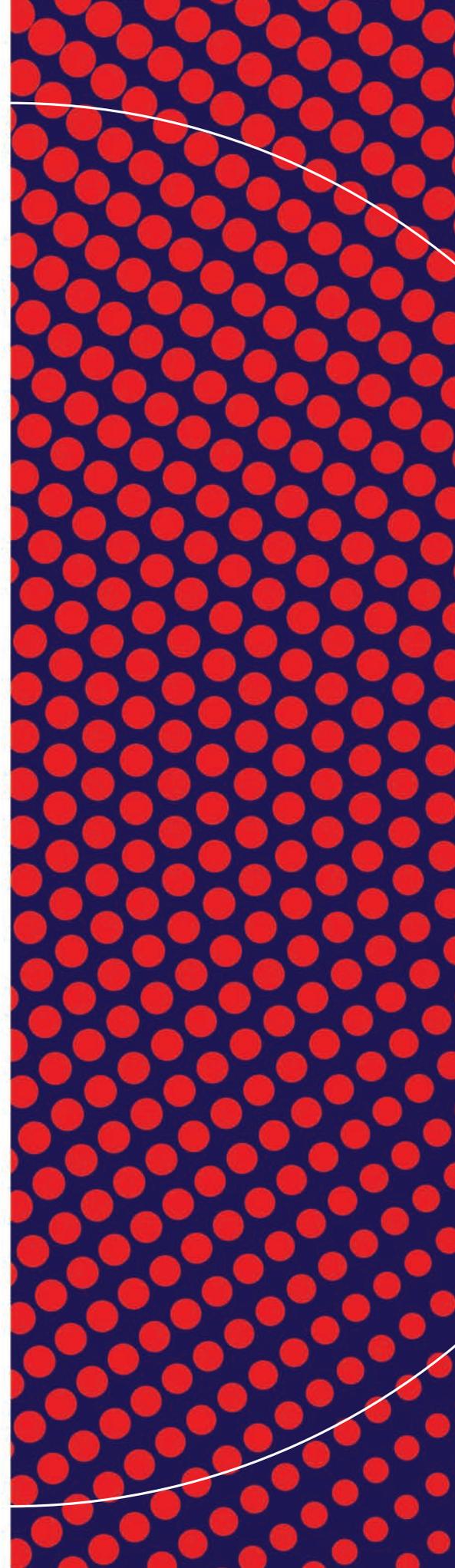




4

SE
ESP

SE SINDICATO DOS ENGENHEIROS
ESP NO ESTADO DE SÃO PAULO





**90 ANOS A
SERVIÇO DA
ENGENHARIA E
DO BRASIL**

Reza a lenda que um pastor etíope, denominado Kaldi, percebeu que havia algo diferente nas plantas da região onde morava. Ele havia alimentado suas cabras com arbustos e folhagens que tinham um fruto amarelo-avermelhado e notou que os animais ficaram mais animados e com energia na medida em que mastigavam os frutos.

Intrigado com o comportamento de suas cabras, levou as sementes para um monge. O religioso logo demonstrou curiosidade e decidiu preparar uma infusão com as plantas e frutos. Assim que consumiu o preparo, ele comprovou que as plantas causavam uma certa agitação. Considerando os efeitos positivos, o monge passou a consumir a bebida feita com os frutos avermelhados nas noites de oração¹.

O Estado de São Paulo também se animou e se agitou por conta do café. Se durante todo o período colonial essa região foi pobre e pouco povoada, com a chegada da cultura cafeeira, transformou-se no Estado mais rico do País.

A primeira muda da planta chegou ao Brasil em 1727, trazida por Francisco de Melo Palheta, um bandeirante, a serviço da Coroa Portuguesa. Foi ele quem começou o cultivo do café no Pará. Em seguida, as plantações chegaram ao Rio de Janeiro e a São Paulo.

Nessa última cidade, o café era produzido em duas regiões: o Vale do Paraíba, dominado por antigos membros da elite açucareira e mineradora que exploravam mão de obra escravizada e utilizavam tropas de burros como principal meio de transporte.

¹ <https://www.graogourmet.com/blog/historia-do-cafe/>





No Oeste Paulista, o auge da produção se deu entre 1840 e 1930. Lá, o solo abundante e vasto, a chamada terra roxa, era bastante propício para o café, mas não havia formas simples de transportar a produção para as regiões exportadoras. Assim, essa necessidade gerou soluções inovadoras: a criação de ferrovias que cortavam todo o Estado, transportando a carga para os portos.

E não há inovação sem engenheiros. Para continuar se desenvolvendo, São Paulo necessitava desses profissionais. E não apenas para fazer as ferrovias. As cidades cresciam cada vez mais e era preciso urbanizá-las: casas, ruas, prédios públicos e tudo o que uma cidade demanda.

Nesse período, em 1893, foi criada a Escola Politécnica de São Paulo. Quando de sua instalação, a Poli contava com sete professores, 31 alunos matriculados e 28 ouvintes e funcionava onde atualmente se encontram o Arquivo Histórico Municipal e o Centro Paula Souza, em frente à Praça Coronel Fernando Prestes, no bairro do Bom Retiro. O modelo seguido pela Politécnica foi o das escolas germânicas Technische Hochschule, que combinavam o conhecimento matemático e científico com a tecnologia e a inovação².

Outra importante escola de engenharia do Estado, a do Mackenzie, surgiu quatro anos depois da Poli, em 1896³.

Para suprir a necessidade de mão de obra na agricultura de café, o governo brasileiro incentivou a vinda de imigrantes europeus, principalmente italianos e espanhóis. Esses trabalhadores, a princípio, foram para o interior do Estado trabalhar nas lavouras. Porém, muitos, por serem trabalhadores urbanos em seus países de origem ou por simplesmente não se adaptarem às péssimas condições de trabalho nos cafezais, se mudaram para a capital paulista e transformaram a cidade.

A expansão da cultura cafeeira, a incipiente industrialização e o aumento do número de habitantes, de 70 mil em 1890, já no período republicano, para 240 mil em 1900⁴, exigiam estradas de ferro, galpões, edificações residenciais e toda a infraestrutura urbana necessária para uma cidade que não parava de crescer. A cada dia surgiam novidades: a eletricidade, os automóveis, os bondes elétricos e as grandes obras urbanas.

² <https://www.poli.usp.br/>

³ <https://www.mackenzie.br/memorias/150-anos/nossa-historia/>

⁴ https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1957/populacao_m_1957aeb_037.pdf/



A CRESCENTE INDUSTRIALIZAÇÃO

Na virada do século XIX para o XX, São Paulo já despontava como o Estado mais industrializado de toda a nação, ficando atrás apenas do Distrito Federal, à época a cidade do Rio de Janeiro.

Esse crescimento vertiginoso da indústria paulista se deu por alguns motivos bastante relevantes: o dinheiro advindo com a exportação do café; o grande número de imigrantes europeus, que propiciou o aparecimento de uma variada classe empresarial e um número elevado, relativamente ao resto do País, de operários qualificados; o rápido crescimento do potencial energético do Estado; e a infraestrutura de transporte criada para levar o café das plantações até o porto⁵.

Esses imigrantes operários viviam em condições precárias e insalubres. Os meios de transporte, assim como o elevado custo dos alugueis, pesavam no orçamento familiar e geralmente as famílias optavam por moradias próximas das indústrias para a diminuição desses gastos. Muitas se instalavam em cortiços, casebres, pensões ou casas de cômodos.

As principais dificuldades encontradas referem-se a aposentos sem luz, sem ventilação, alguns ambientes que acomodavam várias famílias com cômodos utilizados como áreas comuns. Em alguns casos, a habitação servia como um local só para dormir. Esses ambientes facilitavam a contaminação e propagação de doenças, consistindo numa grave preocupação por parte do governo. Logo, começaram a surgir bairros industriais e vilas operárias, como Pari, Barra Funda, Brás, Lapa e muitos outros espalhados pela capital paulista.

⁵ SUZIGAN, Wilson. A industrialização de São Paulo: 1930-1945. Revista Brasileira de Economia, v. 25, n. 2, pp. 89-112, 1971.

As condições de trabalho dos operários eram demasiadamente exaustivas, a carga horária no início do século chegava a apresentar turnos de 14 horas diárias seguidas de produção por uma mesma turma de operários em fábricas têxteis. Os abusos cometidos pelo patronato incluíam cobrança indevida de multas para os transgressores dos regulamentos na empresa. Eles eram cobrados não só pela assiduidade e pela pontualidade, mas também pelo ritmo intenso e progressivo em sua produção. Era comum a aplicação de castigos corporais principalmente aos aprendizes⁶.

Ainda no início do século, foram promulgadas algumas leis em defesa dos trabalhadores. A primeira delas é o Decreto nº 979, de 1903, que concedia aos trabalhadores da agricultura e de empresas rurais o direito de organizarem-se em sindicatos. Em 1907, o Decreto nº 1.637 garantiu a sindicalização aos trabalhadores urbanos. No mesmo ano, como forma de enfrentar o crescimento dos protestos trabalhistas, o Congresso Nacional aprovou a Lei Adolfo Gordo, que legalizava a expulsão de estrangeiros envolvidos em protestos. Como a maioria dos trabalhadores urbanos com participação política era constituída por imigrantes, essa lei os colocava em posição de fragilidade diante da possibilidade de expulsão do País. No ano de 1919 foi promulgada uma Lei de proteção a acidentados no trabalho e, em 1923, apareceram as normas para a instituição das caixas de pensão destinadas a ferroviários. Surgiu também um dispositivo que buscava disciplinar o emprego de menores de 18 anos⁷.

Entre os operários, as reivindicações mais comuns eram o aumento de salários, a redução de jornada – trabalhava-se de 12 a 16 horas diárias –, o fim da exploração de menores e mulheres e a melhoria das condições gerais de trabalho. Em cada fábrica vigorava um regulamento próprio, e os castigos físicos apareciam como norma disciplinadora usual. No fundo, apesar do fim oficial da escravidão, as relações entre patrões e trabalhadores eram de quase servidão.

⁶ SEABRA, Eliane Pires. O movimento operário na Primeira República. Simpósio Nacional de História, v. 26, pp. 1-13, 2011.

⁷ https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2909:catid=28&Itemid=23

PRIMEIRO CONGRESSO OPERÁRIO BRASILEIRO

Em 1906, o Primeiro Congresso Operário Brasileiro reuniu representantes de sindicatos de todo o País. O congresso discutiu os principais problemas enfrentados pelos trabalhadores e aprovou a criação da Confederação Operária Brasileira (COB). A nova confederação tinha como objetivo unificar os sindicatos e fortalecer a luta dos trabalhadores.

A COB atuou em diversas frentes na luta por direitos, organizou greves, manifestações e outras ações reivindicativas. Também pressionou o governo por leis trabalhistas mais justas e pela criação de mecanismos de proteção aos trabalhadores. Ela teve um papel fundamental na conquista de importantes direitos trabalhistas no Brasil. Entre suas principais conquistas estão: a redução da jornada de trabalho de 12 para dez horas e o surgimento das primeiras leis de proteção ao trabalhador, em 1930.

Em junho de 1917, uma greve geral paralisou totalmente a cidade de São Paulo por oito dias. Vitorioso, o movimento por melhores salários assustou as elites e demonstrou que os limites institucionais da Primeira República estavam se tornando estreitos para enquadrar uma nova complexidade social.



Imagens de uma das ruas de São Paulo tomada de trabalhadores com bandeiras negras na greve geral de 1917/Wikimedia Commons

Em 1929, o mundo todo se abalou com a quebra da Bolsa de Nova York. O Brasil também viu sua economia e sua conjuntura política serem abatidas pela crise econômica mundial. No dia 24 de outubro de 1930, o presidente da República, Washington Luís (1926-1930) foi deposto pelos ministros militares. Era a Revolução de 1930, movimento que levou o gaúcho Getúlio Vargas (1930-1945) a assumir o poder.

Poucas semanas depois de se tornar presidente da República, em 26 de novembro de 1930, Getúlio Vargas criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Em março de 1931, foi promulgada a primeira lei sindical brasileira, o Decreto nº 19.770. Seu objetivo era tornar as organizações sindicais de empresários e de trabalhadores órgãos de colaboração do Estado. As regulamentações buscavam disciplinar, reconhecer e, ao mesmo tempo, controlar as reivindicações trabalhistas.

Em 1933, Vargas aprovou a concessão de férias anuais aos trabalhadores de comércio e bancos, estendida, mais tarde, a outras categorias. Iniciou-se a montagem da previdência social e proibiu-se o trabalho para crianças menores de 12 anos.

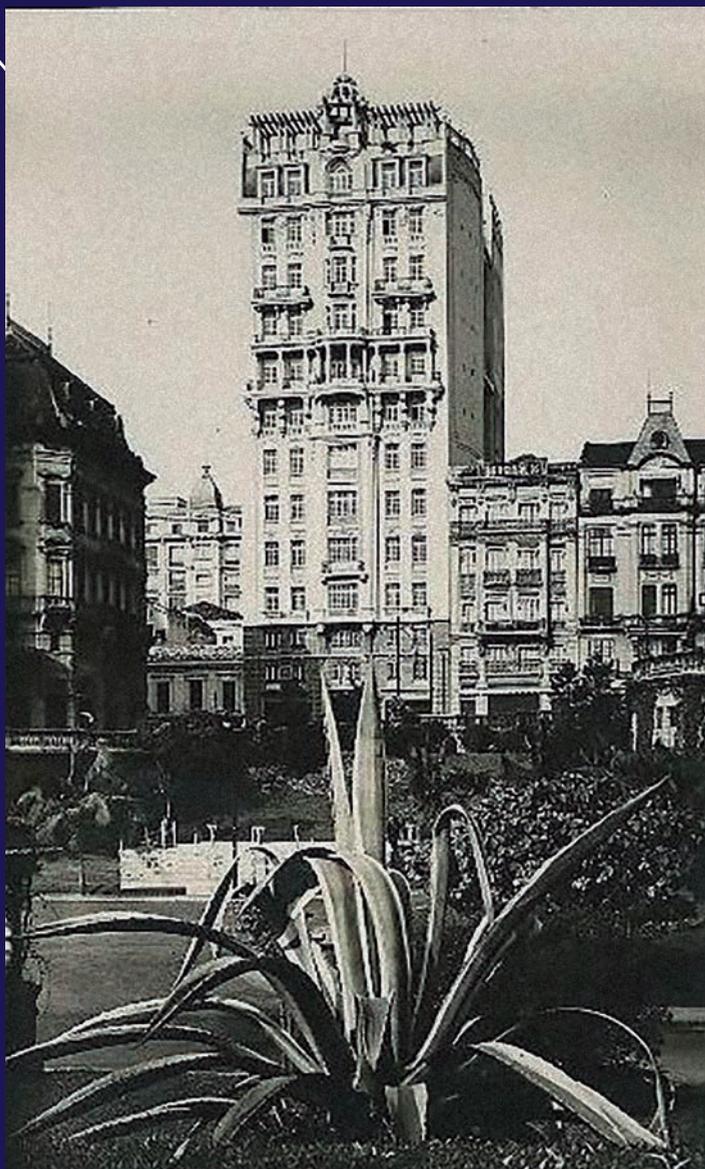
No ano seguinte, uma nova Constituição foi aprovada. Ela consagrava – no capítulo “Ordem Econômica e Social” – vários parágrafos relativos à organização e aos direitos do trabalhador, como salário mínimo, férias e descanso semanal remunerado. Ao mesmo tempo, estipulava que “a União poderá expulsar do território nacional os estrangeiros perigosos à ordem pública ou nocivos aos interesses do País”.

Em 1935, uma nova lei garantia a estabilidade no emprego, estipulando indenização aos assalariados demitidos sem justa causa.

Em 10 de novembro de 1937, rompendo a legalidade institucional, Getúlio Vargas decretou o Estado Novo, fechou o Senado e a Câmara dos Deputados e anulou as eleições presidenciais previstas para o ano seguinte. Uma nova Constituição foi outorgada e o mandato presidencial foi prorrogado. As greves foram proibidas e os meios de comunicação foram colocados sob censura.

Em 1º de maio de 1940, o governo atendeu a uma antiga reivindicação dos trabalhadores, a criação de um salário mínimo nacional. Finalmente, em maio de 1943, todo o conjunto de leis, decretos e normas existente foi sistematizado na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ela se voltaria basicamente para três questões: os direitos do trabalhador, a organização sindical e a Justiça do Trabalho.





Edifício Sampaio Moreira na década de 1920/Arquivo Histórico de São Paulo

A SÃO PAULO DOS ANOS 1930

A década de 1930 foi um período de grandes transformações para São Paulo. A cidade, que já era a mais populosa do Brasil, experimentou um crescimento demográfico acelerado, que impulsionou o desenvolvimento urbano, com a construção de novas infraestruturas, como avenidas, prédios e fábricas.

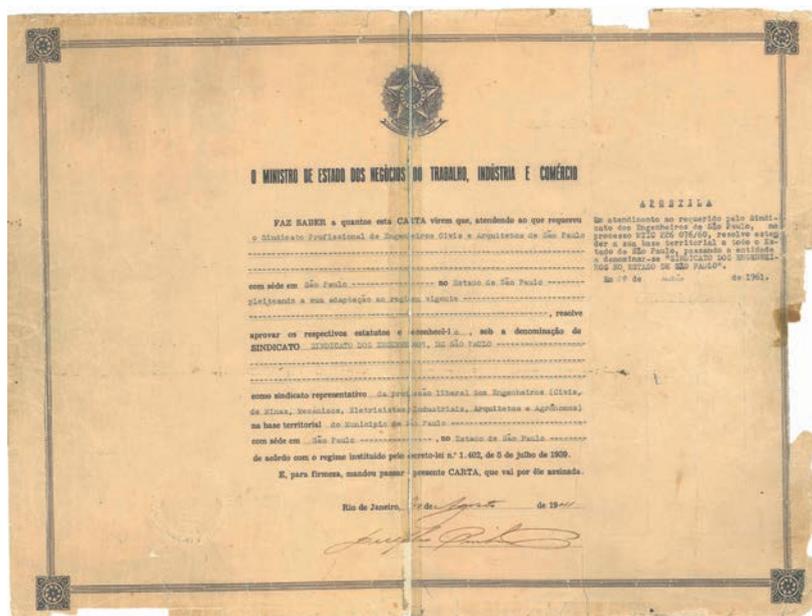
A marca desse desenvolvimento eram os prédios considerados os primeiros arranha-céus da cidade: o Edifício Sampaio Moreira e o Edifício Martinelli.

O Edifício Sampaio Moreira foi inaugurado em 1924 e ostentou o título de arranha-céu paulistano por cinco anos, com seus 54 metros de altura e 13 andares. Ele fica no hoje chamado Centro Histórico, na Rua 15 de Novembro, esquina com a Rua Direita. Com estilo eclético e rica ornamentação, foi projetado pelos arquitetos Christiano Stockler das Neves e Samuel das Neves.

Com 32 andares e 105 metros de altura, o Edifício Martinelli foi concluído em 1934 e desbancou o Sampaio Moreira, tornando-se o prédio mais alto da América Latina por alguns anos. Ele fica na Rua São Bento, esquina com a Avenida São João, também no Centro Histórico, e foi projetado pelo arquiteto húngaro William Fillinger, com estilo *art déco* e linhas horizontais marcantes.

Com o café ainda dando lucro, a indústria se tornando cada vez mais forte e as cidades se verticalizando, era preciso mais infraestrutura de estradas, ferrovias, portos, túneis, avenidas, prédios públicos e tudo o que a modernidade impusesse. E, sendo assim, os engenheiros eram mais e mais necessários.

Diante desse novo cenário, os profissionais da engenharia precisaram se organizar em uma entidade que os representasse, surgindo, em 21 de setembro de 1934, o "Syndicato Profissional dos Engenheiros Civis e Architectos de São Paulo".



Registro no Ministério do Trabalho, 1941



O intento primeiro da entidade era ser um representante dos engenheiros paulistas no Congresso Federal. Para isso, estavam seguindo o que determinava a Constituição de 1934, no seu segundo capítulo:

83° Os deputados das profissões serão eleitos na forma da lei ordinária por sufrágio indireto das associações profissionais compreendidas para esse efeito, e com os grupos afins respectivos, nas quatro divisões seguintes: lavoura e pecuária, indústria; comércio e transportes; profissionais liberais e funcionários públicos.

Ter um assento no Congresso era muito importante para os profissionais da engenharia. A expectativa da entidade era conseguir a indicação de Ranulpho Pinheiro Lima, engenheiro que trabalharia em defesa dos interesses da categoria.

Após a fundação da entidade sindical, foi preciso definir uma linha de atuação e eleger a sua primeira diretoria. O primeiro presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo foi Francisco Teixeira da Silva Telles, engenheiro formado pelo Instituto de Engenharia em 1909 e com destacados trabalhos como o prédio da Biblioteca Mário de Andrade e a construção do túnel na Avenida 9 de Julho sob a Avenida Paulista.

Apesar dos avanços trabalhistas propostos por Getúlio Vargas, o Brasil vivia um período ditatorial bastante violento, com perseguição de opositores e forte censura. Com isso, a atuação das entidades sindicais era bastante limitada, e com o SEESP não foi diferente.

Por essa razão, a atuação dos primeiros presidentes da entidade – Francisco Teixeira da Silva Telles (1934-1952), Mario Freire (1952-1954), Christiano Carneiro Ribeiro da Luz Jr. (1954-1956), Luiz Lins de Vasconcellos Neto (1956-1960) e Cyro Peixoto Santos (1960-1980) – foi cerceada pelas circunstâncias do seu tempo.

Com o fim do Estado Novo, a ditadura varguista, o Brasil viveu um breve, mas significativo período democrático. O governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) promoveu o desenvolvimento de áreas consideradas gargalos da economia brasileira, como geração de energia e sistema de transporte e portos.

Nesse período, a industrialização brasileira cresceu, principalmente com a chegada de multinacionais, muitas delas montadoras de veículos automotores. O desenvolvimento ocorreu com um misto de investimentos públicos e privados. A construção da nova capital do País, Brasília, foi realizada por Juscelino Kubitschek.

Por conta de todo avanço desenvolvimentista, esse foi um período bastante próspero para a engenharia nacional e conseqüentemente para o SEESP. Mas, pouco tempo depois, em 1964, ano de comemoração dos 30 anos da entidade, iniciou-se no Brasil uma nova ditadura.

Agora, com o País sendo governado por militares, as intervenções nas organizações de trabalhadores passaram a ser constantes, fazendo diminuir as mobilizações populares coletivas.

Não só as atividades sindicais foram reprimidas pela ditadura. Vários segmentos que afetavam diretamente a organização dos trabalhadores sofreram ação do regime. Exemplos disso são: a Lei da Greve, que exigia autorização prévia à paralisação, sob pena de suspensão ou demissão sem indenização; e o Decreto-Lei nº 5.451 e a Lei nº 4.725, de 1965, que praticamente impediam os trabalhadores de conseguirem aumentos salariais, deixando para o Estado o poder de analisar os reajustes anuais.

Com o início da década de 1970, os movimentos sociais voltaram paulatinamente a acontecer. O primeiro movimento se deu na academia e no movimento estudantil. Mais tarde, os trabalhadores e seus sindicatos retomaram fortemente as suas ações de luta e de protestos contra a situação nacional.

Um dos fatos mais relevantes dessa época foi a admissão, por parte do governo, de que em 1973 e 1974 os dados utilizados no



cálculo do reajuste salarial foram manipulados, resultando em um decréscimo no poder de compra da população. Esse era um dos sinais da decadência do modelo econômico adotado pelo regime militar brasileiro e o recomeço da vida sindical.

O Ministério do Trabalho impunha a necessidade de autorização prévia para qualquer ação sindical nesse período. Mesmo assim, o SEESP conseguiu atuar de maneira bastante segura, adquirindo duas salas em um prédio da Rua Santo Amaro, no centro da cidade de São Paulo. Lá, funcionavam um consultório médico e um odontológico destinados aos engenheiros filiados à entidade. Porém, para que essas salas pudessem funcionar, o sindicato precisou atestar, diante das autoridades ministeriais, que elas não seriam utilizadas para os chamados “fins subversivos”.

No ano de 1976, ainda em meio ao regime militar, uma importantíssima conquista foi alcançada: o SEESP conseguiu indicar um representante para o Conselho Consultivo da Companhia Energética de São Paulo (Cesp). Em 1977, mais um passo dado: foi consolidado o primeiro dissídio coletivo, feito junto ao Sindicato dos Bancos, 43 anos após sua fundação.

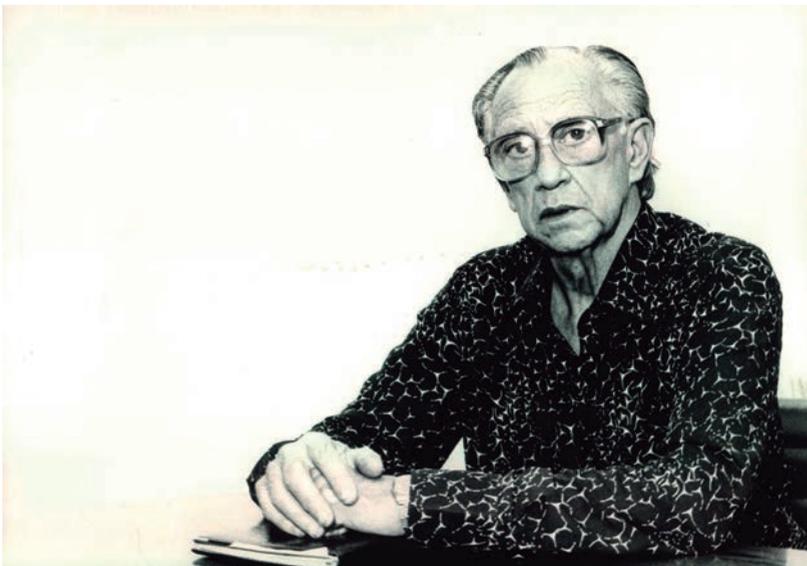
Nesse momento da história, o Brasil vivia o chamado “milagre econômico”. Estimulado pela entrada de capital estrangeiro, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro passou a crescer acima de 11%. A classe média impulsionava o consumo, e o tricampeonato de futebol, conquistado no México pela seleção brasileira, animava a população. Houve um vigoroso investimento em infraestrutura e a construção de obras, como da Ponte Rio-Niterói, a Rodovia Transamazônica, as hidrelétricas de Itaipu e Tucuruí, as usinas nucleares de Angra, a criação dos polos petroquímicos, a Ferrovia do Aço e outras.

Porém, ainda em meados dos anos 1970, esse modelo econômico começou a dar mostras de recuo e os investimentos em infraestrutura começaram a rarear, gerando desemprego e arrocho salarial.

Diante dos péssimos resultados da economia e sem poder se articular em greves e movimentos reivindicatórios, muitos jovens engenheiros passaram a se articular com os mais experientes. Esse encontro de gerações promoveu uma grande e intensa troca de experiências com o Centro de Estudos de Tecnologia e Engenharia (Cete) e com o Instituto de Engenharia, ficando evidenciada a necessidade de arejar a atividade sindical da categoria.

Criou-se um movimento de sindicalização que conquistou e associou novos 1.500 engenheiros nas empresas estatais e de consultoria, acompanhando o renascimento do movimento sindical nas áreas industriais do ABC e de São Paulo. Dessa forma, a perspectiva de se formar uma chapa para concorrer ao pleito foi ganhando força.

Da união entre os jovens e os mais experientes engenheiros surgiu a chapa Oposição e Renovação. À frente estava Horácio Ortiz (1980-1983), um politécnico que era também deputado federal da oposição por São Paulo e que defendia menos assistencialismo e mais ação sindical.



Engenheiro Horácio Ortiz



Todo o planejamento, conversas e deliberações foram extremamente proveitosos e, em maio de 1980, quando as urnas foram abertas, a nova chapa conseguiu uma vitória impactante e histórica por 2/3 dos votos, fato que mudaria para sempre a atuação e a direção do SEESP e do movimento dos engenheiros em todo o País.

Com a nova diretoria empossada, chegou o momento de “colocar a mão na massa” e colocar em prática o que foi planejado antes das eleições. Os primeiros desafios foram ampliar a credibilidade do sindicato, lutar pelos interesses da categoria e auxiliar no processo de redemocratização do País.

Para manter a entidade viva e atuante, foi preciso aumentar o número de sindicalizados. Assim, o SEESP foi até as empresas travar contato com a categoria, expor as novas ideias e eleger um delegado sindical. Muitas vezes foi preciso conversar individualmente com os profissionais. Foi um trabalho lento, mas essencial para essa nova etapa do SEESP.

O cumprimento do salário mínimo profissional foi um ponto crucial para a nova diretoria da entidade. Mesmo sendo uma legislação antiga, aprovada em 1966, muitas empresas não a seguiam. A Lei nº 4.950-A abrange os engenheiros, arquitetos, agrônomos, químicos e veterinários e fixa o equivalente a seis salários-mínimos por seis horas de trabalho e, caso a jornada fosse de oito horas, o valor correto seria de 8,5 salários (passando a nove a partir da Constituição de 1988, com as alterações feitas no cálculo das horas extras). A luta por essa reivindicação, aliás, se tornaria marca registrada do SEESP durante toda a sua história.

Em dezembro de 1980 aconteceu o primeiro encontro nacional dos sindicatos de engenheiros. Na cidade de Gramado (RS), cerca de 100 engenheiros, que representavam 11 sindicatos de todo o Brasil, se reuniram para o I Encontro Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Ense), promovido pela Federação Nacional dos Engenheiros (FNE). É importante lembrar que o País ainda vivia sob uma ditadura, e essa reunião da categoria foi uma grande demonstração de força, representatividade e união.

Nesse evento um importante documento foi aprovado. A chamada Carta de Gramado destacava diversos pontos relativos à sociedade brasileira, tais como mudanças na política econômica do governo, a defesa da ciência e da tecnologia nacional, pleiteava a volta das liberdades democráticas, o Estado Democrático de Direito e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

Cada vez mais ligado às questões sindicais e às lutas dos trabalhadores, o SEESP participou, em agosto de 1981, da I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), na cidade de Praia Grande (SP). Com uma numerosa delegação, o SEESP levou à discussão sete teses importantes na questão dos transportes públicos (pela primeira vez se discutiu a ideia de um bilhete único), na defesa de uma política nacional, da ciência, da tecnologia, da indústria, entre outras. Desde o início do período ditatorial, essa foi a primeira vez que a classe trabalhadora teve a oportunidade de discutir a volta da democracia no Brasil.

Após o engenheiro Horácio Ortiz, quem assumiu o SEESP, em 1983, foi Antonio Octaviano (1983-1986), que realizou uma gestão bastante voltada para a interiorização do SEESP, com a abertura de delegacias sindicais em várias cidades.

Com a democracia de volta ao Brasil, em meados dos anos 1980, as negociações salariais retornaram à pauta dos sindicatos. O mesmo aconteceu com o SEESP, que trabalhava diuturnamente no processo de convencimento e sindicalização dos profissionais da engenharia, ao mesmo tempo que retomava a representação da categoria nas negociações coletivas junto às empresas.



Mobilização da categoria, anos 1980



Ulysses Guimarães ao promulgar a Constituição/Lula Marques (Agência Brasil)

Para obter sucesso na empreitada, foi necessário continuar o trabalho prévio de sindicalização e mostrar aos engenheiros a força que teriam ao se unirem em torno da entidade que efetivamente os representava. Pouco a pouco, o SEESP assumiu o protagonismo necessário para lutar pelos direitos dos engenheiros e buscar novas conquistas.

Durante o governo de José Sarney (1985-1990), o primeiro presidente que o Brasil teve em seu período de redemocratização, o SEESP, agora liderado por Allen Habert (1986-1989), uniu-se ao conjunto da sociedade na batalha pela Assembleia Nacional Constituinte. Junto à FNE, foi feita articulação para assegurar o capítulo de Ciência e Tecnologia (C&T) na futura Carta Magna.

O resultado foi a inserção dos artigos 218 e 219 na Constituição Federal de 1988, voltados ao tema, e essa foi uma grande vitória para a ciência brasileira, pois, quando da consolidação das constituintes estaduais e municipais, os investimentos na área de C&T estavam assegurados em todo o Brasil. Em São Paulo, houve contribuição decisiva do SEESP, que trabalhou para dobrar o investimento na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Se antes a fundação recebia 0,5% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), com o apoio do Sindicato dos Engenheiros, passou a receber 1%.

Mesmo com o final do período militar, o movimento sindical ainda encontrava muitas dificuldades para realizar o seu trabalho em defesa da classe trabalhadora. Ainda não havia total autonomia sobre suas atividades e era comum o “convite” para dar explicações no Departamento de Ordem Política e Social (Dops).

CONSELHO TECNOLÓGICO

O ano de 1987 foi bastante pródigo ao SEESP, que criou o seu Conselho Tecnológico, com o objetivo de acompanhar e atuar no desenvolvimento tecnológico nacional. Ainda hoje, o conselho define quem receberá o prêmio Personalidade da Tecnologia, que já está em sua 37ª edição. A homenagem é feita a profissionais de destaque na celebração do Dia do Engenheiro, em 11 de dezembro.

Em 1989, o engenheiro Rutênio Gurgel Bastos (1989-1992) assumiu o comando do SEESP que, ao final de sua gestão, viu assegurada uma antiga reivindicação da categoria: a aprovação da Lei nº 8.029/1992, que garante a reciclagem tecnológica para os engenheiros do Estado.

PROMORE

O Programa de Moradia Econômica (Promore) surgiu em 1988 na cidade de Bauru (SP). O SEESP, por intermédio de sua Delegacia Sindical no município, firmou um convênio com a Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (Cohab) e a Prefeitura local e passou a oferecer projetos residenciais. O programa se estendeu para outras cidades em que o sindicato possui subsedes.

Desde então, já foram realizados mais de 10 mil projetos residenciais em cidades do interior do Estado, sempre com uma equipe de engenheiros e profissionais qualificados para oferecer atendimento a famílias com renda até cinco salários mínimos para construção, reforma, ampliação e regularização de imóveis.

Além de realizar o sonho de muitas famílias de ter a sua casa própria, o programa é a oportunidade de jovens engenheiros e arquitetos exercerem sua função social e realizar uma "residência" profissional remunerada.

ANOS 1990 E A CHEGADA DOS 2000

A requalificação profissional sempre fez parte da agenda de lutas do SEESP. Em 1989, a entidade passou a pleitear junto às empresas 12 dias úteis por ano para que os engenheiros pudessem se dedicar ao aprimoramento de sua formação.

Já sob o comando de Esdras Magalhães dos Santos Filho (1992-1995), o SEESP dinamizou sua atuação como sindicato-cidadão, engajando-se em duas frentes importantes para a sociedade: o Movimento pela Ética na Política e o Comitê de Ação da Engenharia pela Cidadania, contra a Fome, a Miséria e pela Vida. Também participou ativamente do I Fórum Paulista das Associações e Entidades de Engenharia de Segurança do Trabalho, lançado em julho de 1992, na sede do sindicato, na capital.



Ubirajara Tannuri Felix, durante manifestação do movimento "Engenharia Urgente"

O presidente Ubirajara Tannuri Felix (1995-1998) continuou o trabalho de seu antecessor, lançando o movimento “Engenharia Urgente”, com o intuito de sensibilizar o poder público quanto à necessidade de retomada do desenvolvimento do Estado, em prol da geração de empregos e benefícios sociais. Em uma ação proposta pela entidade, em 1995, os engenheiros organizaram uma manifestação na Avenida Paulista, queimando vários holerites. O protesto teve tanta repercussão que Mário Covas (1995-2001), então governador do Estado, aceitou receber os engenheiros e ouvir suas demandas. Foi também na gestão de Ubirajara Felix que o SEESP inaugurou sua atual sede, no centro da capital paulista.

Tanto o presidente Ubirajara Felix como seu sucessor, Paulo Tromboni de Souza Nascimento (1998-2001), apoiados pelas respectivas diretorias, lutaram fortemente contra as desestatizações em setores essenciais, como energia e telecomunicações.

O SEESP se posicionou contra o processo de entreguismo do patrimônio brasileiro ao capital estrangeiro. Os maiores enfrentamentos se deram em relação à Companhia Energética de São Paulo (Cesp), à Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A (Embraer) e à Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa). Os grandes protestos organizados pelo SEESP foram motivados pela manutenção dos engenheiros brasileiros que faziam parte dos quadros dessas empresas. E realmente era necessário lutar muito, pois nas privatizações já realizadas as demissões em massa passaram a acontecer.



Mobilizações contra a política de privatizações



"EU PENSO QUE AS PRIVATIZAÇÕES DERAM ERRADO, PRINCIPALMENTE POR CONTA DOS ACORDOS FECHADOS COM EMPRESAS INTERNACIONAIS. DIMINUI-SE, POR EXEMPLO, A QUANTIDADE DE ENGENHEIROS E DE OUTROS PROFISSIONAIS CONTRATADOS, CONSEQUENTEMENTE A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS TAMBÉM CAI. AS MULTAS QUE SÃO APLICADAS PELAS AGÊNCIAS REGULADORAS QUASE NUNCA SÃO PAGAS. SÓ QUEM SOFRE É A POPULAÇÃO."

JOSÉ MANOEL TEIXEIRA
Engenheiro mecânico e de Segurança do Trabalho e diretor do SEESP

Em 1998, em mais um movimento de defesa da categoria, o SEESP criou o Balcão de Empregos do Engenheiro, que cadastrava currículos de profissionais. Essa iniciativa se deu através de um convênio com a Secretaria Estadual do Emprego e das Relações do Trabalho. Esse serviço de intermediação de mão de obra foi o primeiro instalado em parceria com um sindicato e o único voltado aos engenheiros de São Paulo. No Balcão de Empregos do Engenheiro, o currículo era disponibilizado em uma base de dados do sindicato, aproximando profissionais e empresas e deixando o processo seletivo mais assertivo e eficiente.

Um difícil e controverso tema vinha gerando embaraço: a contratação de engenheiros estrangeiros. Em um mercado que apresentava 25% de decréscimo de postos formais para engenheiros nos últimos dez anos, não era aceitável a presença de profissionais estrangeiros. Vale lembrar que não se tratava de xenofobia, e sim da defesa dos profissionais brasileiros que eram tão ou mais competentes que os que vinham de fora. Uma das maneiras de resolver essa questão foi cobrar e atuar, de maneira firme, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea) – que à época também incluía os arquitetos –, que deveria fiscalizar rigorosamente os cargos e funções técnicas, evitando o exercício ilegal da profissão.



O programa “Reciclagem Tecnológica” foi criado em 2000 e mostrou-se fundamental para os engenheiros de São Paulo, tanto que se tornou referência em se tratando de cursos de média duração (um a 12 meses) voltados à atualização ou reciclagem de engenheiros e ofertados no Estado de São Paulo.

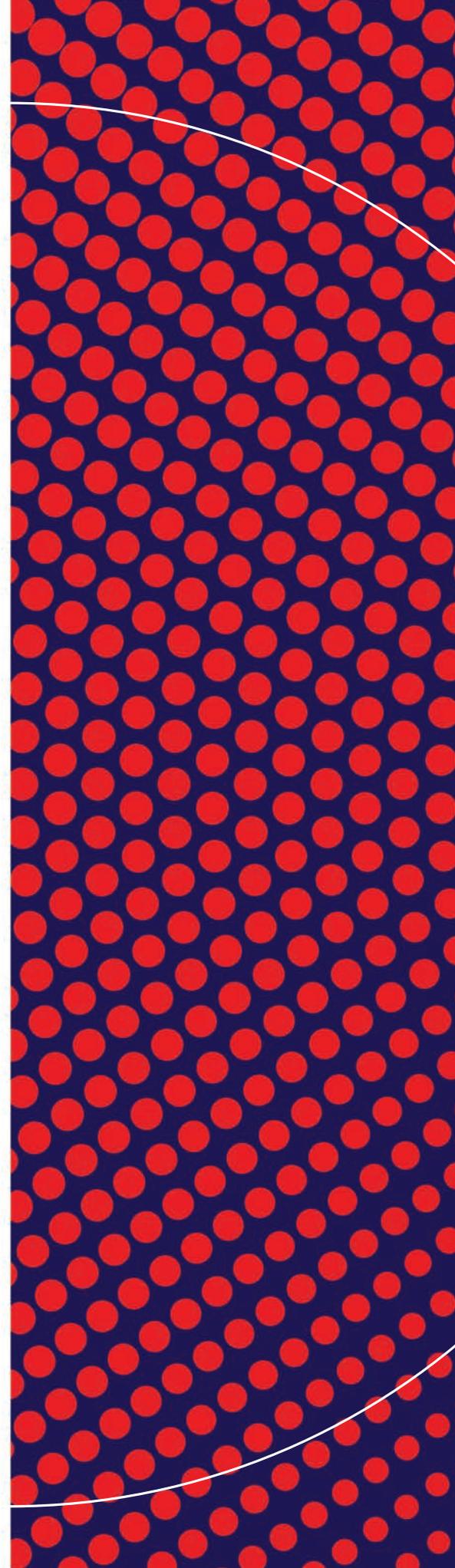
Outras iniciativas na mesma linha foram criadas pelo SEESP e realizadas pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo (Sebrae-SP), em parceria com o Instituto de Capacitação Profissional (Icap) e com o apoio da Cooperativa Nacional de Assessoria e Tecnologia (Coonat). Os cursos tiveram muitas adesões, demonstrando o interesse dos engenheiros na busca por novas oportunidades e a mudança no mercado de trabalho.

Já o “Programa Engenheiro Empreendedor” dava suporte aos profissionais autônomos, orientando sobre as linhas de crédito da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Banco do Brasil, que faziam parte do Programa Brasil Empreendedor. A iniciativa existe até hoje com a oferta de capacitação aos engenheiros por meio de cursos de curta duração.



**SE
ESP**

SE SINDICATO DOS ENGENHEIROS
ESP NO ESTADO DE SÃO PAULO





**LINHA DO
TEMPO**

LIVRO DE REGISTRO DOS ASSOCIADOS										Número de folha	
Sindicato dos Engenheiros, de São Paulo										Rubrica	
NÚMERO DE REGISTRO	NOME	IDADE	ESTADO CIVIL	NACIONALIDADE	NACIONALIDADE	PROFISSÃO OU FUNÇÃO	RESIDÊNCIA	CARTÃO PROFISSIONAL		REGISTRO DE CLASSE	CLASSIFICAÇÃO
								matrícula	data		
1	Francisco Teixeira de Almeida	51	casado	brasileiro	Poa de Ipanema	Engenheiro	R. Genes, 252	2606	1058	R. Boa Vista, 15-3	Industria
2	Guilherme Vieira	58	viuvo	brasileiro	São Paulo	Engenheiro	R. Alameda, 254-5	2528	537		Industria
3	Francisco Aguiar	48	casado	brasileiro	São Paulo	Engenheiro	R. Juruicanga, 46-4	1924	1205	R. Ipiranga, 15-3	Industria
4	Roberto Gomes Lyra Jr.	62	casado	brasileiro	São Paulo	Engenheiro	R. Santa Helena, 15	2844			Industria
5	Rene Pen	40	casado	brasileiro	São Paulo	Engenheiro	R. Ipiranga, 480-11	415	1201	R. Ipiranga, 480-11	Industria
6	Leopoldo Ferreira Villela	48	casado	brasileiro	São Paulo	Engenheiro	R. Ipiranga, 289	1642	225	R. Santa Helena, 15-3	Industria
7	Osvaldo Augusto de Moraes	53	casado	brasileiro	São Paulo	Engenheiro	R. R. Campos, 216	166	1465	R. Santa Helena, 15-3	Industria
8	Osvaldo Augusto de Moraes	47	casado	brasileiro	São Paulo	Engenheiro	R. Santa Helena, 15-3	770	1205	R. Santa Helena, 15-3	Industria
9	Osvaldo Augusto de Moraes	45	casado	brasileiro	São Paulo	Engenheiro	R. Santa Helena, 15-3	14	1100	R. Santa Helena, 15-3	Industria
10	Osvaldo Augusto de Moraes	31	casado	brasileiro	São Paulo	Engenheiro	R. Ipiranga, 19	2526	198	R. Santa Helena, 15-3	Industria
11	Osvaldo Augusto de Moraes	51	casado	brasileiro	São Paulo	Engenheiro	R. Ipiranga, 19	2526	198	R. Santa Helena, 15-3	Industria
12	Osvaldo Augusto de Moraes	52	casado	brasileiro	São Paulo	Engenheiro	R. Ipiranga, 19	2526	198	R. Santa Helena, 15-3	Industria
13	Osvaldo Augusto de Moraes	60	casado	brasileiro	São Paulo	Engenheiro	R. Ipiranga, 19	2526	198	R. Santa Helena, 15-3	Industria
14	Osvaldo Augusto de Moraes	40	casado	brasileiro	São Paulo	Engenheiro	R. Ipiranga, 19	2526	198	R. Santa Helena, 15-3	Industria
15	Osvaldo Augusto de Moraes	25	solteiro	brasileiro	São Paulo	Engenheiro	R. Ipiranga, 19	2526	198	R. Santa Helena, 15-3	Industria
16	Osvaldo Augusto de Moraes	39	solteiro	brasileiro	São Paulo	Engenheiro	R. Ipiranga, 19	2526	198	R. Santa Helena, 15-3	Industria
17	Osvaldo Augusto de Moraes	47	casado	brasileiro	São Paulo	Engenheiro	R. Ipiranga, 19	2526	198	R. Santa Helena, 15-3	Industria
18	Osvaldo Augusto de Moraes	44	casado	brasileiro	São Paulo	Engenheiro	R. Ipiranga, 19	2526	198	R. Santa Helena, 15-3	Industria
19	Osvaldo Augusto de Moraes	60	casado	brasileiro	São Paulo	Engenheiro	R. Ipiranga, 19	2526	198	R. Santa Helena, 15-3	Industria
20	Osvaldo Augusto de Moraes	43	casado	brasileiro	São Paulo	Engenheiro	R. Ipiranga, 19	2526	198	R. Santa Helena, 15-3	Industria
21	Osvaldo Augusto de Moraes	29	casado	brasileiro	São Paulo	Engenheiro	R. Ipiranga, 19	2526	198	R. Santa Helena, 15-3	Industria
22	Osvaldo Augusto de Moraes	42	casado	brasileiro	São Paulo	Engenheiro	R. Ipiranga, 19	2526	198	R. Santa Helena, 15-3	Industria
23	Osvaldo Augusto de Moraes	47	casado	brasileiro	São Paulo	Engenheiro	R. Ipiranga, 19	2526	198	R. Santa Helena, 15-3	Industria
24	Osvaldo Augusto de Moraes	34	casado	brasileiro	São Paulo	Engenheiro	R. Ipiranga, 19	2526	198	R. Santa Helena, 15-3	Industria
25	Osvaldo Augusto de Moraes	24	solteiro	brasileiro	São Paulo	Engenheiro	R. Ipiranga, 19	2526	198	R. Santa Helena, 15-3	Industria
26	Osvaldo Augusto de Moraes	43	casado	brasileiro	São Paulo	Engenheiro	R. Ipiranga, 19	2526	198	R. Santa Helena, 15-3	Industria
27	Osvaldo Augusto de Moraes	42	casado	brasileiro	São Paulo	Engenheiro	R. Ipiranga, 19	2526	198	R. Santa Helena, 15-3	Industria
28	Osvaldo Augusto de Moraes	47	solteiro	brasileiro	São Paulo	Engenheiro	R. Ipiranga, 19	2526	198	R. Santa Helena, 15-3	Industria
29	Osvaldo Augusto de Moraes	37	casado	brasileiro	São Paulo	Engenheiro	R. Ipiranga, 19	2526	198	R. Santa Helena, 15-3	Industria

1934 – Surge o Sindicato Profissional dos Engenheiros Civis e Architectos de São Paulo

1964 – Fundação da Federação Nacional dos Engenheiros

1970 – Abertura, em Campinas, da primeira delegacia sindical

1976 – Indicação de representante para o Conselho Consultivo da Companhia Energética de São Paulo (Cesp)

1977 – Consolidação do primeiro dissídio coletivo, junto ao Sindicato dos Bancos





1980 – “Movimento de Renovação e Oposição”

– I Encontro Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Ense)

1981 – I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat)

1988 – Começa o Programa de Moradia Econômica (Promore)

1992 – Aprovação da lei que garante a reciclagem tecnológica para os engenheiros paulistas

– I Fórum Paulista das Associações e Entidades de Engenharia de Segurança do Trabalho

1995 – Movimento Engenharia Urgente, por mais engenharia, por mais empregos para todos

1998 – Criação do Balcão de Empregos do Engenheiro

2000 – Lançamento do Programa de Reciclagem Tecnológica

2003 – Lançamento do SEESPprev



2006 – Nasce o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”

– Criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU)

2011 – Criação do Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec)

2015 – O SEESP lança a primeira graduação em Engenharia de Inovação do Brasil

– Criação do Núcleo Jovem Engenheiro



2016 – Lançamento do Movimento Engenharia Unida



Beatriz Arruda

2018 – Surge o Oportunidades na Engenharia

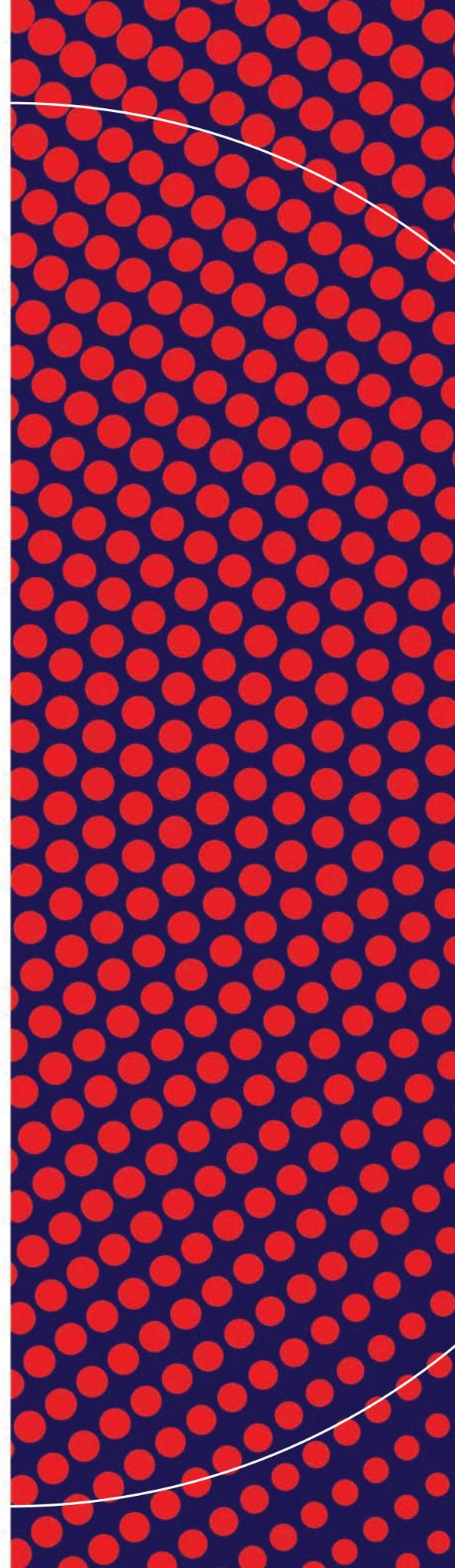
– Implementação da plataforma digital Casa do Engenheiro

2023 – Criação do Núcleo da Mulher Engenheira



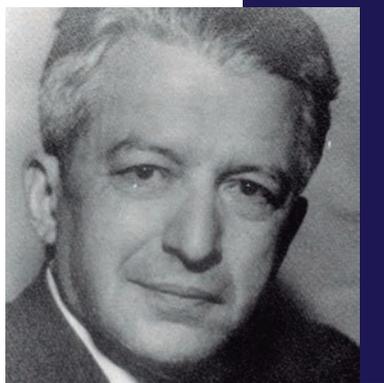
SE
ESP

SE SINDICATO DOS ENGENHEIROS
ESP NO ESTADO DE SÃO PAULO

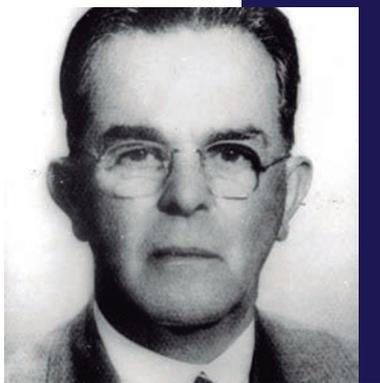




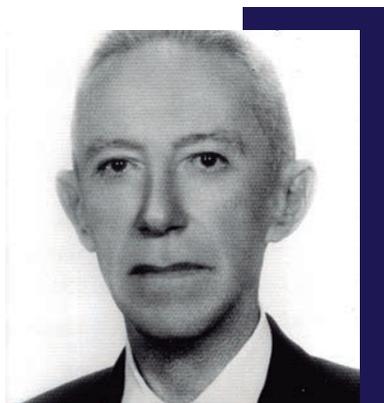
**GALERIA DOS
PRESIDENTES**



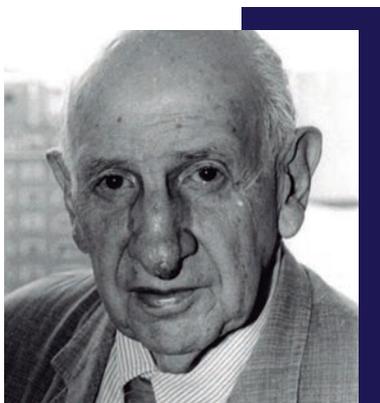
1934-1952
Francisco Teixeira da Silva Telles



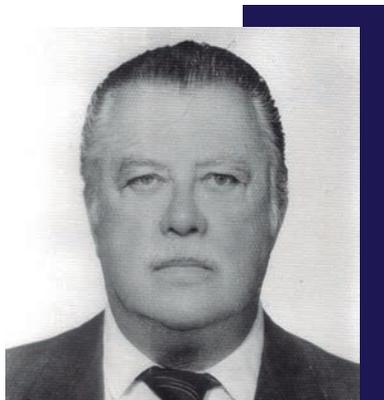
1952-1954
Mário Freire



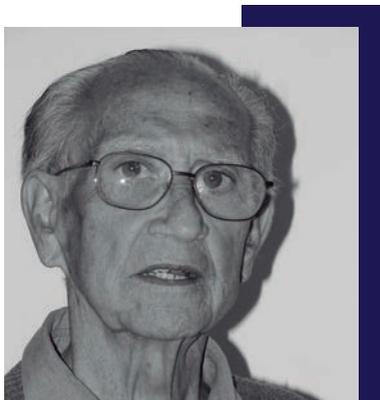
1954-1956
Christiano Carneiro Ribeiro da Luz Jr.



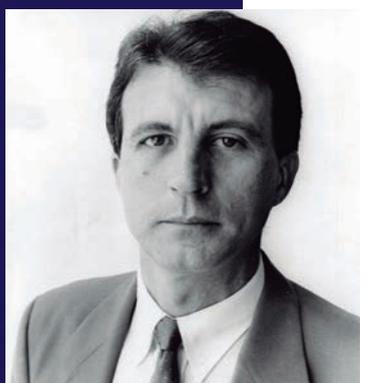
1956-1960
Luiz Lins de Vasconcellos



1960-1980
Cyro Peixoto Santos



1980-1983
Horácio Ortiz



1983-1986
Antonio Octaviano



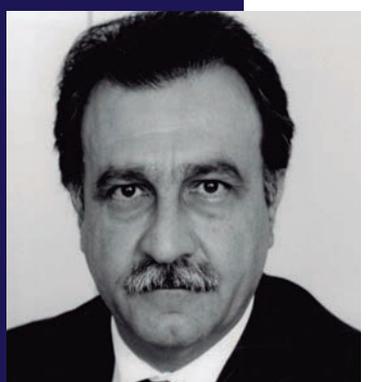
1986-1989
Allen Habert



1989-1992
Rutênio Gurgel Bastos



1992-1995
Esdras Magalhães dos Santos Filho



1995-1998
Ubirajara Tannuri Felix



1998-2001
Paulo Tromboni de S. Nascimento

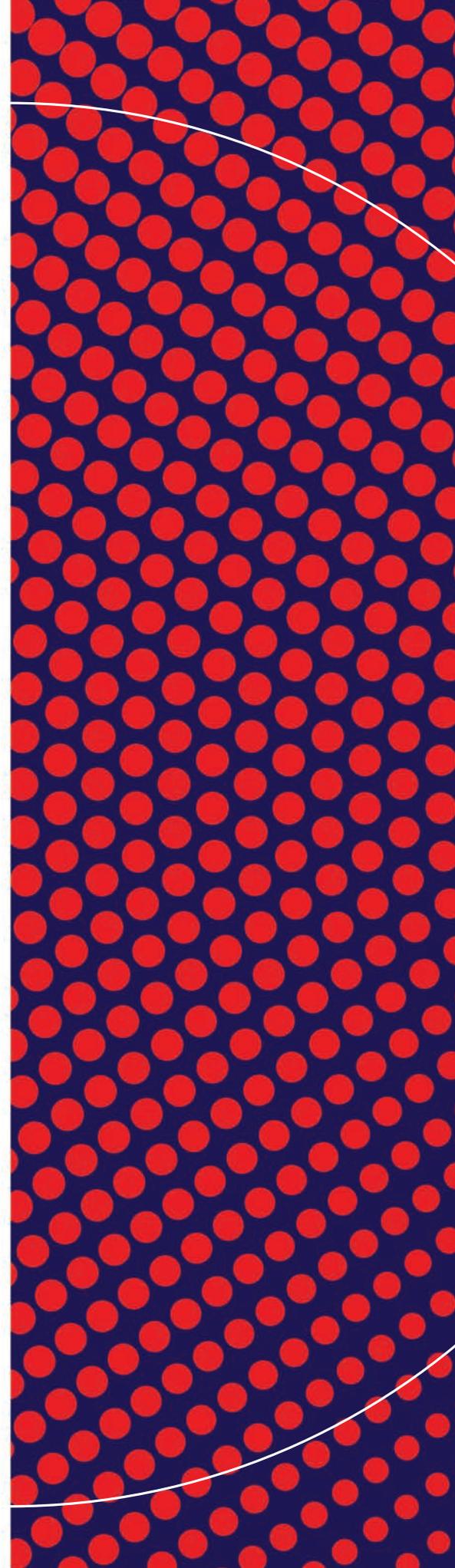


2001 - Presente
Murilo Pinheiro



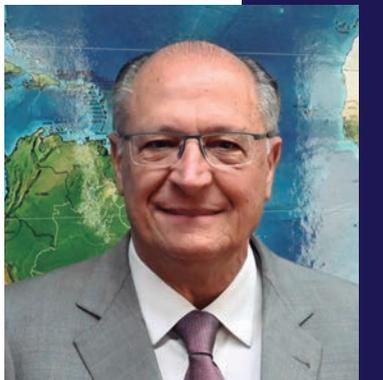
SE
ESP

SE SINDICATO DOS ENGENHEIROS
ESP NO ESTADO DE SÃO PAULO





DEPOIMENTOS



Geraldo Alckmin
Vice-presidente da República e
ministro do Desenvolvimento,
Indústria, Comércio e Serviços
do Brasil

“Amigas e amigos, é com grande alegria que felicito o Sindicato dos Engenheiros e Engenheiras no Estado de São Paulo pelos seus 90 anos de criação. Uma história significativa a serviço do desenvolvimento, por meio da projeção e execução de obras estruturantes em benefício da nossa população. Em nome do engenheiro Murilo Pinheiro, presidente do sindicato, saúdo toda a entidade.

E aproveito para parabenizar todos vocês pelo lançamento da nova edição do ‘Cresce Brasil + Engenharia, + Desenvolvimento’. Projeto do sindicato com a Federação Nacional dos Engenheiros, iniciativa que está muito alinhada com o momento em que estamos vivendo.

No ano passado, o presidente Lula lançou o novo PAC, grande programa de infraestrutura, R\$ 1,7 trilhão em investimentos em áreas estratégicas.

Neste ano, lançamos a ‘Nova Indústria Brasil’, com medidas concretas para estimular a neointustrialização. Inovadora, sustentável, competitiva, exportadora. Com o melhor ambiente econômico e aprovação de reformas importantes, como a tributária, que vai desonerar completamente investimentos e exportação, tenho certeza de que o Brasil vai crescer mais, melhorar o emprego, a qualidade de vida.

Então, terá um efeito importante na economia e na área social.

Precisamos e contamos com os engenheiros e as engenheiras.

Bom trabalho!”



Engenheira civil
Lígia Mackey
Presidente do Crea-SP

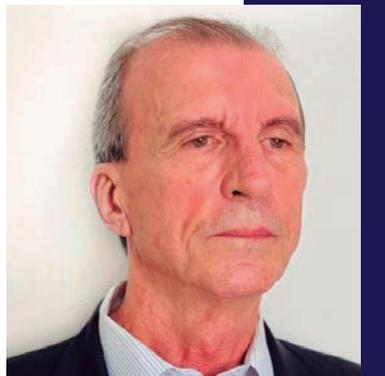
“É com grande alegria que celebramos os 90 anos do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (SEESP). Em nome do Crea-SP, parabênizo essa entidade de classe que, ao longo de nove décadas, tem sido um pilar fundamental na defesa dos direitos e prerrogativas dos profissionais da engenharia. Juntos, compartilhamos uma trajetória de compromisso pela valorização e o fortalecimento das nossas profissões, atuando de forma sinérgica desde as fundações das duas instituições, em 1934. Ao longo desse período, enfrentamos desafios e conquistamos avanços significativos, como a regulamentação das novas modalidades que foram surgindo com o passar dos anos. Os meus votos nesta data são para que essa parceria continue a prosperar, garantindo sempre o reconhecimento e o desenvolvimento dos nossos engenheiros.”



Fernando Jardim Mentone
Presidente do Sindicato
Nacional das Empresas de
Arquitetura e Engenharia
Consultiva - Regional SP

“Parabéns ao Sindicato dos Engenheiros de São Paulo pelos seus 90 anos de atuação!

O sindicato tem atuado de maneira decisiva para a valorização e a defesa dos engenheiros, que são os responsáveis pelas inovações tecnológicas, pela melhoria contínua dos processos e pela busca de soluções para os grandes desafios contemporâneos. A engenharia desempenha um papel fundamental no desenvolvimento econômico e social das nações. Uma engenharia fortalecida é fundamental para o crescimento sustentável e para o progresso contínuo da nossa sociedade. Esperamos que o sindicato continue a lutar pelo fortalecimento da nossa categoria, de forma a garantir o protagonismo que ela merece num mundo tão diverso e complexo.”



Antonio Octaviano
Presidente do SEESP
(1983-1986)

“Entre os anos de 1983 e 1986 tive a honra de presidir o Sindicato dos Engenheiros ao lado de uma diretoria formada por engenheiros que se destacavam nas mais diferentes áreas da engenharia paulista. Nessa época, a economia do País ainda se ressentia dos graves problemas que tiveram início no começo da década. Em paralelo, no campo político, o Brasil continuava a se movimentar para que seus cidadãos recuperassem todos os seus direitos, entre eles o de eleger todos os seus governantes. Era uma época em que o cenário apontava para a reorganização institucional do País, o que viria a se materializar mais à frente na forma do estabelecimento de uma Assembleia Nacional Constituinte.

Nesse contexto, o SEESP reafirmou sua disposição de continuar participando ativamente da vida do nosso Estado e do País, não só cumprindo com sua função primordial que era a defesa das condições de trabalho da categoria, como também, adicionalmente, tendo um olhar voltado para as especificidades derivadas da formação técnica e educacional dos engenheiros e para os aspectos sociais e culturais do Brasil.

Entre os diversos eixos de atuação do sindicato mencionados na carta programática que deu base para a eleição da nossa diretoria, podemos destacar: a expansão da atuação do sindicato para mais regiões do Estado, em um claro movimento de interiorização da entidade; a ampliação da representatividade do SEESP no campo trabalhista, em especial no âmbito dos acordos salariais nas empresas e, não menos importante, o reforço da participação do sindicato em prol do desenvolvimento tecnológico do País.”



Allen Habert
Presidente do SEESP
(1986-1989)

“Em 1978, o Brasil fervia com as corajosas greves do movimento dos metalúrgicos no ABC e em São Paulo. Nesse momento, 400 jovens engenheiros, sou um deles, se reuniram em assembleia e criaram as bases para o Movimento de Oposição e Renovação. Dois anos depois, após terem feito 1.500 novas sindicalizações, venceram as eleições no Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo, com 2/3 dos votos. Começava uma nova era no sindicalismo.

Em 1986, com 32 anos, tive a oportunidade dada pela categoria dos engenheiros de presidir o SEESP num clima democrático de muita expectativa no País. Lançamos e fomos um dos coordenadores do Movimento de C&T na Constituinte. Conquistamos pela primeira vez o capítulo inédito de C&T na Constituição Federal. Em 1987 nasceu o Conselho Tecnológico do SEESP e a premiação da Personalidade da Tecnologia. Ampliamos o número de delegados sindicais nas empresas com campanhas que aumentavam a confiança e a credibilidade da entidade.

Conquistamos pela primeira vez no Brasil a cláusula de 12 dias por ano para requalificação profissional e educação continuada em acordo coletivo.

Integrei o primeiro Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) onde lancei a ideia e se construiu o Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit) na instituição.

No Sistema Confea/Crea conseguimos numa frente de entidades as primeiras eleições diretas para presidente dessas instituições. No Confea elegemos o primeiro presidente pela via direta em 1988. Foi um período de grandes mudanças e renovação.

Em maio de 1989, como presidente do SEESP e diretor de Relações Internacionais da FNE, após informar a Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet) e a chancelaria brasileira, fui negociar na Colômbia a soltura de três engenheiros da Petrobrás que haviam sido sequestrados pelo grupo guerrilheiro Exército de Libertação Nacional, contrário à privatização do petróleo colombiano. Após quatro dias de negociações e tensões, os engenheiros foram soltos e pudemos voltar ao Brasil.

Após 44 anos de participação sindical no SEESP, na FNE e na CNTU (criada em 2006), onde continuo aprendendo sempre, tenho a certeza que são universidades cidadãs de formação de lideranças com uma forte interlocução e contribuição junto à sociedade.”



**Esdras Magalhães
dos Santos Filho**
Presidente do SEESP
(1992-1995)

“Com a fundação da Delegacia Sindical do SEESP em São José dos Campos, em maio de 1984, assumi sua presidência e coordenei a primeira campanha salarial de engenheiros no setor industrial.

Quando os engenheiros da Embraer nos apresentaram uma pauta de reivindicações, sendo a primeira o reconhecimento do sindicato como legítimo representante da categoria, a empresa os subestimou. Mas quando a greve foi decretada, o primeiro acordo coletivo de trabalho com o sindicato foi assinado.

No ano seguinte, os engenheiros da Prefeitura de São José dos Campos nos trouxeram a reivindicação de receber o piso da categoria, estabelecido na Lei 4950-A. Após três meses de campanha e articulação, os engenheiros e arquitetos da Prefeitura conquistaram o salário mínimo profissional.

Em 1986, fui convidado para integrar a chapa do Movimento Renovação, encabeçada pelo companheiro Allen Habert, que concorria à eleição do SEESP e sagrou-se vencedora.

Na direção estadual, passei a atuar em várias frentes na ampliação da representação do sindicato no interior do Estado e junto às associações. Criamos o cargo de delegado sindical do Sindicato dos Engenheiros em diversos municípios. O processo era simples: com a aprovação em assembleia do regimento do delegado sindical nos municípios, divulgávamos o cargo nas Associações de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos e solicitávamos a indicação do representante. Concomitantemente, organizávamos palestras nas associações para falar sobre o papel desse representante.



Sob a presidência do eng. Allen Habert, conseguimos aumentar a nossa representatividade no Crea-SP para 19 membros, via mandado judicial, e conseguimos eleger o eng. João Abukater Neto, então presidente da Federação das Associações, como presidente do conselho.

Como corolário dessa gestão, conseguimos o reconhecimento da Fiesp como o legítimo representante dos engenheiros no Estado e assinamos o primeiro acordo coletivo de trabalho com a entidade patronal.

Na eleição seguinte, tendo o eng. Rutênio como presidente de chapa, fui convidado para seu vice-presidente e, dando continuidade aos trabalhos que já vinha desempenhando, elegemos o eng. André de Fazio no Crea-SP. No campo sindical, a gestão do Rutênio foi uma das mais exitosas porque praticamente todos os projetos das gestões passadas estavam realizados.

Na gestão seguinte, do Movimento Renovação, fui o indicado para assumir a cabeça de chapa, tendo como vice o eng. Ubirajara Tanuri Felix e outros valorosos companheiros.

Na formação da chapa, a direção cindiu e não houve acordo que acomodasse os interesses envolvidos. O rompimento não foi por divergência política ou sindical, e sim por ter aumentado o *status* de ser dirigente sindical do SEESP.

Tomei posse no auge da campanha “Fora Collor” que pedia o *impeachment* do presidente Collor de Mello, em fins de 1992. O SEESP participou ativamente desse movimento. Com a estabilização da moeda e o fim da hiperinflação, em 1994, houve alívio nas campanhas salariais, que deixaram de ser permanentes e voltaram ao ciclo anual. Foi um período de estabilidade.

Quando minha gestão terminou, fui convidado para disputar a eleição direta para a presidência do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea). Hoje, ocupo o cargo de diretor-tesoureiro na gestão do presidente Murilo.”



Ubirajara Tannuri Felix
Presidente do SEESP
(1995-1998)

“No período em que estive à frente do SEESP, tivemos uma atuação muito forte na interiorização do sindicato, levando-o para muitas cidades do interior. Tivemos também uma ação bastante contundente nas campanhas salariais e enraizando o sindicato nas bases da categoria. E tudo isso em um período muito difícil para o trabalhador brasileiro, porque nos anos 1990, todos se lembram, a inflação girava em torno de 40% ao mês. Chegava a números astronômicos em um ano. E quando os preços subiam, o emprego caía. Foi, realmente, uma atuação difícil, mas também muito boa, porque, diante das dificuldades, as pessoas se juntam. Quando nós íamos para uma empresa fazer uma campanha salarial ou fazer uma assembleia, havia uma participação muito grande e muito forte. As pessoas queriam discutir, defender e fazer parte. E essa adesão dos trabalhadores ajudava no crescimento da entidade e no enfrentamento das dificuldades.

E nessa época fizemos muitas articulações com os sindicatos de outras categorias de base forte: metalúrgicos, construção civil e outras. Então foi um período rico, muito bom e gostoso de trabalhar.

No dia 11 de dezembro de 1995, no Dia do Engenheiro, lançamos o Movimento Engenharia Urgente, por mais engenharia, por mais empregos para todos. Saímos em carreata do SEESP até a Assembleia Legislativa, onde realizamos um grande ato com a participação de muitos sindicatos que se juntaram a nós. Lá, fomos recebidos pelo presidente da Assembleia na época¹. Depois fomos até o Palácio do Governo, onde fomos recebidos pelo governador Mário Covas. Em outra ocasião, fizemos um grande ato na Praça da Sé, com muitos sindicatos ali fazendo a sua manifestação, fazendo a defesa dos seus.

Esse movimento teve muito espaço na mídia e conquistou a confiança dos sindicatos das categorias maiores. Com isso, passamos a ter uma credibilidade muito grande junto aos engenheiros de todas as áreas, e o SEESP passou a ser parte integrante da mesa de negociações em praticamente todas as grandes empresas do Estado de São Paulo.”

¹ Deputado Ricardo Tripoli (1995-1997).



Paulo Tromboni de S. Nascimento
Presidente do SEESP
(1998-2001)

“Fui presidente do SEESP de 1998 a 2001. Após os mandatos dos colegas Octaviano, Allen, Rutênio, Esdras e Ubirajara. Antes do colega Murilo. O mandato foi no ocaso da Presidência Fernando Henrique. Já no fim, viu a morte do governador Mário Covas e a ascensão de Geraldo Alckmin de vice a governador. Estávamos no fim do período de ouro da Constituição Cidadã de 1988, da hegemonia geopolítica americana pós ocaso da União Soviética, antes do 11 de setembro e da guerra mundial ao terror e da ascensão da China como potência comercial mundial.

Começamos o mandato na recém-construída nova sede do SEESP, legado do presidente Ubirajara. Foi um período de mudança, no qual se consolidou a privatização das grandes estatais. Na época, em São Paulo, vivia-se a expansão do bem-sucedido programa de concessões rodoviárias, a privatização de bancos estaduais, da telefonia e das ferrovias, e as tentativas malogradas de privatização da Cesp. Todas com grandes coletivos de engenheiros na infraestrutura da economia.

Foi um período de ajuste no movimento sindical dos engenheiros. Além das tradicionais campanhas salariais e da defesa da engenharia, aumentou a importância da prestação de serviços aos associados. Além da tradicional assistência jurídica trabalhista, expandimos muito os planos de saúde, que, desde então, trouxeram muitos novos associados à casa. Também melhoramos muito a imprensa sindical.

Continuou a luta para entender e defender nos planos político, institucional e das relações de trabalho os grandes coletivos de engenheiros, com centenas de engenheiros empregados nas grandes estatais, grandes empresas privadas de alta tecnologia e grandes empresas de consultoria, dentre outras.

Nas campanhas salariais, sempre em ambiente adverso, continuou o trabalho de conquistas para os nossos associados e para os engenheiros em geral. Também continuou a então muito difícil luta contra a privatização indiscriminada de estatais. A atual privatização da Sabesp culmina no sucesso daquela visão liberal extremada que cria monopólios privados em serviços públicos essenciais.

Também continuou a luta institucional para aproximar o Crea dos engenheiros empregados. Para o Crea entender que a engenharia moderna, das grandes obras e da alta tecnologia, da alta consultoria, não era realizada nos escritórios de profissionais liberais da engenharia. Exigia grandes coletivos organizados. Para o Crea entender que havia uma enorme e detalhada divisão de trabalho funcional e organizada na engenharia moderna, que precisava e precisa de atenção específica.

Meu mandato antecedeu a revolução tecnológica da internet de bolso do *smartphone*, inventado em 2007. Foi antes das comunidades técnicas e das redes sociais. Antes do enorme crescimento dos sistemas computadorizados que automatizaram muitas tarefas de engenharia. Ainda mais com a chegada e crescente importância da Inteligência Artificial. Neste novo momento, surgem novos desafios na defesa dos engenheiros e da engenharia. Como sempre no passado, o SEESP há de encontrar novas formas de atuação adequadas aos dias que correm.

Boa sorte e sucesso na luta em defesa dos engenheiros e da engenharia.”



Prof. Dr. José Roberto
Cardoso
Coordenador do Conselho
Tecnológico do SEESP

“Neste ano, celebramos com grande orgulho os 90 anos de fundação do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo. Desde a sua criação, o SEESP tem sido um pilar fundamental na defesa dos interesses dos engenheiros, promovendo a valorização da profissão e contribuindo significativamente para o desenvolvimento da engenharia e da infraestrutura no nosso Estado.

A história do SEESP começou em 1934, graças à visão e à determinação de seus fundadores, engenheiros pioneiros que entenderam a importância de uma entidade forte e representativa. Entre esses fundadores destacam-se nomes como Francisco Teixeira da Silva Telles (seu primeiro presidente), Mário Freire, Christiano Carneiro Ribeiro da Luz Jr., Cyro Peixoto Santos, Luiz Lins de Vasconcellos Neto, cujas contribuições foram essenciais para estabelecer as bases sólidas sobre as quais o sindicato se ergueu.



Ao longo das décadas, o SEESP enfrentou e superou inúmeros desafios, adaptando-se às mudanças e evoluções da sociedade e da profissão. Sempre fiel à sua missão de promover a justiça social e laboral, o sindicato trabalhou incansavelmente para garantir melhores condições de trabalho, salários dignos e o reconhecimento merecido para todos os engenheiros.

Hoje, o SEESP continua a ser uma força vital, liderado por uma equipe de dirigentes comprometidos e dedicados. Sob a presidência de Murilo Pinheiro, o sindicato tem intensificado seus esforços em áreas estratégicas, como inovação tecnológica, sustentabilidade e educação continuada, assegurando que os engenheiros estejam preparados para os desafios do futuro. Juntamente com Murilo, a diretoria conta com profissionais renomados, que trazem suas vastas experiências e conhecimentos para fortalecer ainda mais a atuação do sindicato.

Esta celebração dos 90 anos do SEESP é uma homenagem não só ao passado glorioso, mas também ao presente vibrante e ao futuro promissor da engenharia em São Paulo. Agradecemos a todos que contribuíram para essa jornada e reafirmamos nosso compromisso com os valores e ideais que têm guiado o SEESP ao longo de quase um século.

Que este marco inspire novas gerações de engenheiros a continuarem o legado de excelência, inovação e justiça social que define o Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo.”



Mário Edison Picchi
Gallego
Presidente da Delegacia
Sindical no Alto Tietê

“O SEESP vem representando e defendendo, ao longo de toda a sua trajetória, os profissionais engenheiros em todas as regiões do Estado de São Paulo. Ao longo de décadas, tenho acompanhado e trabalhado com empenho em Mogi das Cruzes e em todo o Alto Tietê. É um orgulho fazer parte de uma diretoria que atua em defesa dos trabalhadores, indo além com eventos e projetos desenvolvimentistas para o Estado e o País, como o ‘Cresce Brasil’. Nossas lutas continuam firmes e fortes, e esperamos ter um longo caminho de prosperidade pela frente. Parabéns ao SEESP por seus 90 anos.”



Álvaro Luiz Dias de
Oliveira
Presidente da Delegacia
Sindical na Baixada Santista

“Aos 50 anos de SEESP, 115 engenheiros do litoral fundaram a Desibas, num 15 de dezembro de 1983. As atividades então idealizadas na defesa da categoria, da democracia e em favor do desenvolvimento tecnológico permanecem até hoje. A delegacia tem negociado acordos salariais com empresas e prefeituras da região e disponibiliza aos associados inúmeros convênios. A região abrange diversas empresas do parque industrial em Cubatão, das cidades portuárias de Santos e do Guarujá, e ainda das cidades de São Vicente, Praia Grande, Bertioga, Itanhaém, Mongaguá e Peruíbe.”



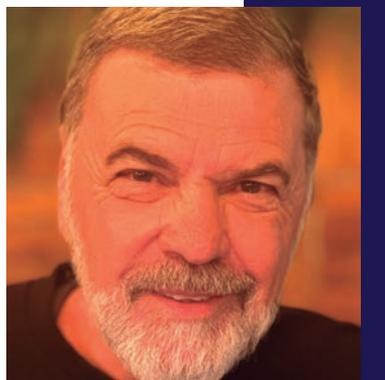
**Veríssimo Fernandes
Barbeiro Filho**
Presidente da Delegacia
Sindical em Bauru

“A Delegacia Sindical em Bauru foi criada em 8 de abril de 1983, quando houve a cerimônia de sua instalação, com a presença do eng. Horácio Ortiz. Entre as suas atuações está o Promore, que tem por finalidade estimular a população de baixa renda a construir a casa própria pelo menor custo e com a orientação adequada e contínua durante todo o processo, em relação à construção e regularização de área bruta igual ou inferior a 70 m² ou reforma/ampliação de área bruta igual ou inferior a 30 m². Os representantes da Delegacia em Bauru coordenaram a Comissão de Infraestrutura Aérea e Urbana de Bauru (Coinfra), constituída por representantes do poder público municipal, da Distribuidora de energia elétrica, das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, de representantes da sociedade civil e universidades.”



Nivaldo José Cruz
Presidente da Delegacia
Sindical em Botucatu

“A história do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo, ao longo de 90 anos, se mistura com a história da cidade e do Estado. Presente em todas as regiões, o SEESP leva seu conhecimento em eventos, debates e projetos voltados à engenharia e à área tecnológica em geral. Estamos muito felizes em participar de décadas de todos esses momentos, esperando que ainda estejamos juntos, nas lutas em defesa dos engenheiros, por um longo caminho. Com propostas e empenho, iremos muito mais longe em prol do desenvolvimento e melhorias na qualidade de vida de todos os cidadãos.”



Antonio Areias Ferreira
Presidente da Delegacia
Sindical em Campinas

“Foi na cidade de Campinas que o SEESP abriu sua primeira Delegacia Sindical, em 1970. Desde então, honramos a missão de representar os engenheiros da região, acolhendo suas demandas e lutando por seus direitos. Conscientes dos desafios do movimento sindical, seguimos firmes ao lado dos nossos companheiros, do engenheiro Murilo Pinheiro e da valorosa diretoria do SEESP, trilhando o caminho certo para um futuro promissor para a categoria.”



Helton Costa
Presidente da Delegacia
Sindical no Grande ABC

“A Delegacia Sindical no Grande ABC trabalha forte na defesa da categoria, atuando durante os dissídios juntamente com outros sindicatos e junto às prefeituras da região, com as requalificações salariais da categoria, adequando os salários à lei do salário mínimo profissional, presta assistência aos estudantes de engenharia das instituições de ensino superior do ABC, participa dos conselhos municipais Consem (Segurança), Comugesan (Gestão e Saneamento Ambiental), CMH (Habitação), CMPU (Política Urbana) e CMJ (Juventude) em Santo André e organiza a seção solene do Dia do Engenheiro na Câmara Municipal de Santo André, onde homenageamos profissionais que se destacam na engenharia.”



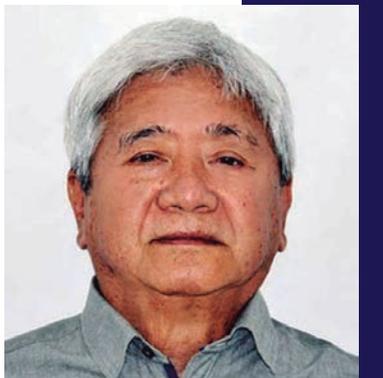
Luiz Roberto de Oliveira
Presidente da Delegacia
Sindical em Jundiaí

“É com imensa satisfação que celebramos os 90 anos do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo. Desde nossa fundação, em 1934, temos sido um farol de excelência, dedicação e inovação. Nossa Delegacia Sindical em Jundiaí, fundada em 21 de setembro de 2009, contribui significativamente para esse legado, conquistando vitórias importantes como o piso salarial dos engenheiros na Prefeitura de Jundiaí e, anualmente, a Semana de Engenharia de Jundiaí. Juntos, continuamos a promover a excelência e o progresso, moldando um futuro promissor para todos os engenheiros.”



Erivelton Bortoli dos Santos
Presidente da Delegacia
Sindical em Lins

“A Delegacia do SEESP em Lins sempre foi integrada por profissionais das mais variadas áreas de atuação e ocupantes de funções estratégicas na sociedade, como saneamento, obras públicas, ensino, transporte, energia e outras. Essa delegacia sempre atuou de forma a apresentar aos profissionais da engenharia a importância do sindicato no papel de valorização do profissional e no reconhecimento para a categoria. Nossa inspiração e motivação está na liderança da diretoria da sede, capitaneada pelo eng. Murilo, com incessantes esforços, empenho e, dizemos mais, entrega, para o progresso da causa maior, que é o desenvolvimento e o crescimento do nosso País.”



Carlos Shiniti Saito
Presidente da Delegacia
Sindical em Marília

“A Delegacia Sindical em Marília tem como foco o protagonismo do engenheiro. Seguimos, através do projeto `Cresce Brasil`, com foco no desenvolvimento socioeconômico e ambiental de Marília e região, em parceria com a Universidade de Marília (Unimar). A relevância disso foi impactada pelo novo PAC do governo federal. Em épocas anteriores, houve parceria com o Centro Universitário Eurípides de Marília (Univem), sobre sinergia entre educação e modernização da estrutura sindical, para melhoria do fator capital x trabalho, onde fomos mediadores. O objetivo prático é sempre pela Engenharia de Manutenção. Toda a diretoria da Delegacia Sindical em Marília parabeniza o engenheiro Murilo e o SEESP.”



Luiz Alberto Kobbaz Paim
Presidente da Delegacia
Sindical em Pindamonhangaba

“A Delegacia do SEESP em Pindamonhangaba, sempre ao lado dos engenheiros, participa ativamente do Comitê de Bacias Hidrográficas do Vale do Paraíba, Litoral Norte e Serra da Mantiqueira e se posiciona fortemente contra a privatização da Sabesp. Pindamonhangaba possui um polo industrial de alto nível com empresas de grande porte. Isso nos permite a elaboração de um plano detalhado para captação de novos engenheiros no seu quadro de filiados ao SEESP no ano de 2024. Estima-se em torno de mil profissionais trabalhando nas indústrias de Pinda.”



Walter Antonio Beccaro
Presidente da Delegacia
Sindical em Piracicaba

“São 90 anos do SEESP para celebrar e continuar na luta por ainda mais conquistas para a categoria, bem como para o movimento sindical, o Estado e o País. Nossa Delegacia Sindical em Piracicaba se destaca pela defesa da atividade profissional; na atuação pela democratização do acesso aos recursos hídricos como bem universal e busca constante pelo bem-estar social.”



**Manuel Carlos de Moraes
Guerra**
Presidente da Delegacia
Sindical em Presidente
Prudente

“Para mim é um grande orgulho participar da história do SEESP em defesa dos engenheiros e pela valorização constante da engenharia. Em Presidente Prudente e toda a região, buscamos participar ativamente da vida dos profissionais, oferecendo benefícios, fazendo as negociações coletivas e levando conhecimento e propostas para as iniciativas públicas e privadas. Desejo vida longa ao sindicato e que possamos fazer parte de muitos anos que estão por vir, acreditando em uma sociedade cada vez mais desenvolvida e justa. Parabéns a todos que fazem parte dos 90 anos do SEESP.”



Estevam José Godoy
Presidente da Delegacia
Sindical em Rio Claro

“É com imensa satisfação que compartilho minha trajetória no Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo, na Delegacia Sindical em Rio Claro. Há 32 anos, atuo como diretor e há três anos tenho a honra de servir como presidente. Durante esse período, pude testemunhar e contribuir para o crescimento e fortalecimento da nossa entidade, defendendo os engenheiros perante as empresas com as negociações trabalhistas, acordos e convenções. Atendemos também em um convênio com a Prefeitura local o Promore, onde foram beneficiadas mais de mil famílias carentes na construção de moradias. Para custearmos nossas necessidades, alugamos duas salas em nossas dependências. Agradeço a todos pela confiança e colaboração contínua. Juntos continuaremos a lutar pelos direitos e interesses dos engenheiros.”



Fabio de Santi
Presidente da Delegacia
Sindical em São Carlos

“A Delegacia do SEESP em São Carlos foi criada com a responsabilidade de atuar em mais sete municípios: Descalvado, Porto Ferreira, Santa Cruz das Palmeiras, Pirassununga, Santa Rita do Passa Quatro, Dourado e Ibaté. A delegacia sempre primou por apoiar e seguir as diretrizes da presidência estadual, em especial a do presidente Murilo Pinheiro, que tanto realizou e batalhou pelos engenheiros e pela engenharia nacional com o foco e profunda atuação nas campanhas salariais, dissídios e acordos coletivos, além da constante batalha do salário mínimo profissional e projetos técnicos. A atuação da Delegacia Sindical em São Carlos foi marcada recentemente pela conquista do salário mínimo profissional através de Decreto Municipal para todos os engenheiros da Prefeitura de São Carlos.”



Amaury Hernandez
Presidente da Delegacia Sindical
em São José do Rio Preto

“Ao comemorar seus 90 anos de história, o Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo marca mais uma vez sua presença e participação na vida da cidade e do Estado. A defesa e valorização dos profissionais da engenharia e a luta por uma sociedade mais digna são bandeiras permanentes no dia a dia do SEESP. Estamos orgulhosos e felizes em atuar em São José do Rio Preto e região, participando ativamente do movimento sindical e das questões políticas, contribuindo com debates, propostas e oferecendo serviços e assistência aos profissionais da região. Desejamos um longo caminho de mais conquistas para o nosso sindicato. Parabéns!”



Odair Bucci
Presidente da Delegacia Sindical
em São José dos Campos

"A Delegacia Sindical em São José dos Campos foi fundada em 12 de abril de 1984, visando a grande quantidade de engenheiros que a Embraer estava contratando. O seu primeiro presidente foi o eng. Esdras Magalhães dos Santos Filho. Muito nos honra fazer parte dessa organização justamente agora que ela faz 90 anos de atividades, prestando excelentes trabalhos dedicados à categoria. Quero parabenizar o eng. Murilo Celso de Campos Pinheiro, nosso presidente, que, à frente de todos nós, coloca a bandeira do SEESP sempre nos lugares mais altos."



Fátima Aparecida Blockwitz
Presidente da Delegacia Sindical
em Sorocaba

"Comemorar os 90 anos do Sindicato dos Engenheiros é comemorar uma vitória de luta e de trabalho árduo pela defesa do profissional. A partir da nossa atuação sindical, é possível melhorar o desenvolvimento do engenheiro e da própria empresa onde ele trabalha. Participei da conquista pelo salário mínimo profissional dentro da Sabesp, que hoje é uma realidade, e da luta pela isonomia salarial entre profissionais do interior e da Região Metropolitana. Hoje lutamos pela sobrevivência do sindicato, em face da realidade do País. Parabéns, Sindicato dos Engenheiros, pelos seus 90 anos."



Breno Botelho Ferraz do Amaral Gurgel
Presidente da Delegacia
Sindical em Taubaté

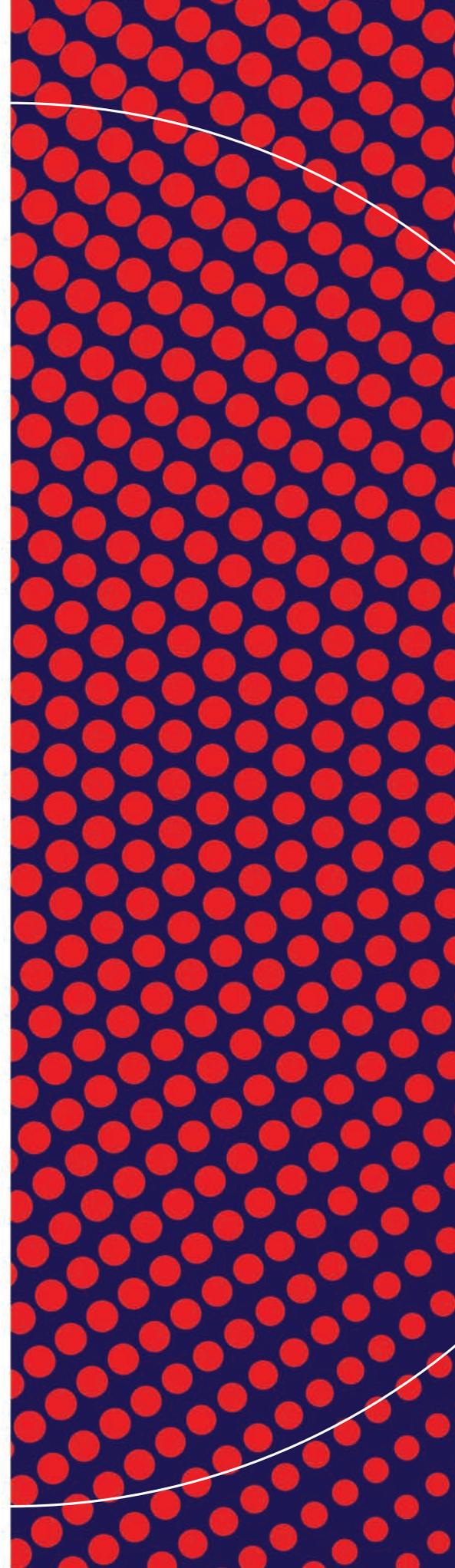
"Em 90 anos de SEESP, a delegacia completou 40 anos em 28 de fevereiro de 2024. Seu primeiro presidente foi o eng. Carlos Alberto Guimarães Garcez, eleito em 30 de janeiro de 1984. Depois vieram Sebastião Melin Aburjeli, Carlos Roberto Dias e eu, Breno Botelho Ferraz do Amaral Gurgel, que a presido até esta data.

Nesses 40 anos, criamos duas delegacias: Pindamonhangaba e Jacareí. Mas a maior criação, sem dúvida, foi o Encontro Ambiental do Vale do Paraíba (Ecovale), de 2004 até a quarta edição em 2007. Cresceu e passou a ECO São Paulo de 2008 até 2021. Retornou para o berço em 2022 e está em preparativos a sétima versão. A maior conquista foi a sede própria em 2012."



SE
ESP

SE SINDICATO DOS ENGENHEIROS
ESP NO ESTADO DE SÃO PAULO





DIRETORIAS

1ª DIRETORIA 1934-1936

PRESIDENTE: Eng. Francisco Teixeira da Silva Telles
SECRETÁRIO: Eng. Francisco Azevedo
TESOUREIRO: Eng. Guilherme Hernesto Winter

CONSELHO FISCAL

Eng. Hippolito Gustavo Pujol Junior
Eng. Oscar de Paula Bernardes
Eng. Archimedes de Barros Pimentel

2ª DIRETORIA 1936-1938

PRESIDENTE: Eng. Francisco Teixeira da Silva Telles
SECRETÁRIO: Eng. Guilherme Hernesto Winter
TESOUREIRO: Eng. Francisco Azevedo

CONSELHO FISCAL

Eng. Hippolito Gustavo Pujol Junior
Eng. Oscar de Paula Bernardes
Eng. Archimedes de Barros Pimentel

3ª DIRETORIA 1938-1942

PRESIDENTE: Eng. Francisco Teixeira da Silva Telles
SECRETÁRIO: Eng. Guilherme Hernesto Winter
TESOUREIRO: Eng. Francisco Azevedo

CONSELHO FISCAL

Eng. Hippolito Gustavo Pujol Junior
Eng. Oscar de Paula Bernardes
Eng. Archimedes de Barros Pimentel

4ª DIRETORIA 1942-1945

PRESIDENTE: Eng. Francisco Teixeira da Silva Telles
SECRETÁRIO: Eng. Rodrigo Cláudio Silva
TESOUREIRO: Eng. Francisco Azevedo

SUPLENTE DA DIRETORIA

Eng. Henrique Pegado
Eng. Plínio Botelho do Amaral
Eng. Ary Albuquerque

CONSELHO FISCAL

TITULAR: Eng. Mário Freire
TITULAR: Eng. Guilherme Hernesto Winter
TITULAR: Eng. Oscar de Paula Bernardes
SUPLENTE: Eng. Luiz Lins de Vasconcellos Neto
SUPLENTE: Eng. João Soares do Amaral Netto
SUPLENTE: Eng. Zeferino F. Velloso

5ª DIRETORIA 1945-1952

PRESIDENTE: Eng. Francisco Teixeira da Silva Telles
SECRETÁRIO: Eng. Ulysses Paes de Barros
TESOUREIRO: Eng. Francisco Azevedo

SUPLENTE DA DIRETORIA

Eng. Henrique Pegado
Eng. Plínio Botelho do Amaral
Eng. Antonio Prudente de Moraes
(faleceu antes de tomar posse)

CONSELHO FISCAL

TITULAR: Eng. Mário Freire
TITULAR: Eng. Guilherme Hernesto Winter
TITULAR: Eng. Eurico Bastos Guimarães
SUPLENTE: Eng. Luiz Lins de Vasconcellos Neto
SUPLENTE: Eng. João Soares do Amaral Netto



6ª DIRETORIA 1952-1954

PRESIDENTE: Eng. Mário Freire
SECRETÁRIO: Eng. Eduardo Marcos Monteiro
TESOUREIRO: Eng. Heitor Pimentel Portugal

SUPLENTES DA DIRETORIA

Eng. Christiano Carneiro Ribeiro da Luz Junior
Eng. Dacio Aguiar de Moraes Junior
Eng. Eurico Bastos Guimarães

CONSELHO FISCAL

TITULAR: Eng. Francisco Teixeira da Silva Telles
TITULAR: Eng. João Caetano Álvares Junior
TITULAR: Eng. Álvaro Pereira de Souza Lima
SUPLENTE: Eng. Francisco Azevedo
SUPLENTE: Eng. Brenno Tavares
SUPLENTE: Eng. João Soares do Amaral Netto

7ª DIRETORIA 1954-1956

PRESIDENTE: Eng. Christiano Carneiro Ribeiro da Luz Junior
SECRETÁRIO: Eng. João Soares do Amaral Netto
TESOUREIRO: Eng. Brenno Tavares

SUPLENTES DA DIRETORIA

Eng. Francisco Teixeira da Silva Telles
Eng. Ary Albuquerque
Eng. Luiz Fernando do Amaral

CONSELHO FISCAL

TITULAR: Eng. Mário Freire
TITULAR: Eng. Heitor Pimentel Portugal
TITULAR: Eng. Eduardo Marcos Monteiro
SUPLENTE: Eng. Plínio Botelho do Amaral
SUPLENTE: Eng. Eurico Bastos Guimarães
SUPLENTE: Eng. Dacio Aguiar de Moraes Junior

8ª DIRETORIA 1956-1958

PRESIDENTE: Eng. Luiz Lins de Vasconcellos Neto
SECRETÁRIO: Eng. João Soares do Amaral Netto
TESOUREIRO: Eng. Célio Sampaio de Freitas

SUPLENTES DA DIRETORIA

Eng. Francisco Teixeira da Silva Telles
Eng. Ary Albuquerque
Eng. Luiz Fernando do Amaral

CONSELHO FISCAL

TITULAR: Eng. Brenno Tavares
TITULAR: Eng. Heitor Pimentel Portugal
TITULAR: Eng. Plínio Botelho Amaral
SUPLENTE: Eng. Cyro Peixoto Santos
SUPLENTE: Eng. Eurico Bastos Guimarães
SUPLENTE: Eng. Ulysses Paes de Barros

9ª DIRETORIA 1958-1960

PRESIDENTE: Eng. Luiz Lins de Vasconcellos Neto
SECRETÁRIO: Eng. Hélio Martins de Oliveira
TESOUREIRO: Eng. Mário Freire Filho

SUPLENTES DA DIRETORIA

Eng. Eduardo de Souza Queiroz
Eng. Cyro Peixoto Santos
Eng. Christiano Stockler das Neves Filho

CONSELHO FISCAL

TITULAR: Eng. Dacio Aguiar de Moraes Junior
TITULAR: Eng. Eduardo Marcos Monteiro
TITULAR: Eng. Paulo Freire de Mattos Barreto
SUPLENTE: Eng. Paulo Dias da Silva
SUPLENTE: Eng. Udo Riedel
SUPLENTE: Eng. Moacyr Ladeira

10ª DIRETORIA 1960-1962

PRESIDENTE: Eng. Cyro Peixoto Santos
SECRETÁRIO: Eng. Christiano Stockler das Neves Filho
TESOUREIRO: Eng. Hélio Martins de Oliveira

SUPLENTE DA DIRETORIA

Eng. Eduardo de Souza Queiroz
Eng. Eduardo Marcos Monteiro
Eng. Paulo Freire de Mattos Barreto

CONSELHO FISCAL

TITULAR: Eng. Dacio Aguiar de Moraes Junior
TITULAR: Eng. Paulo Dias da Silva
TITULAR: Eng. Udo Riedel
SUPLENTE: Eng. Moacyr Ladeira
SUPLENTE: Eng. Ulysses Paes de Barros
SUPLENTE: Eng. José Rastelli de Menezes

11ª DIRETORIA 1962-1964

PRESIDENTE: Eng. Cyro Peixoto Santos
SECRETÁRIO: Eng. Alexandre D'Alessandro
TESOUREIRO: Eng. Luiz Lins de Vasconcellos Neto

SUPLENTE DA DIRETORIA

Eng. Archimedes de Barros Pimentel
Eng. Guaracy Adiron Ribeiro
Eng. José Caetano Abreu

CONSELHO FISCAL

TITULAR: Eng. Firmino Rocha de Freitas
TITULAR: Eng. João Caetano Álvares Junior
TITULAR: Eng. João Soares do Amaral Netto
SUPLENTE: Eng. Arthur Farina
SUPLENTE: Eng. Isaac Jardimovski
SUPLENTE: Eng. Paulo Lanari do Val

12ª DIRETORIA 1964-1966

PRESIDENTE: Eng. Cyro Peixoto Santos
SECRETÁRIO: Eng. Jacintho Cláudio Morelli
TESOUREIRO: Arq. Fernando Martins Gomes

SUPLENTE DA DIRETORIA

Eng. Arthur Farina
Eng. Isaac Jardimovski
Eng. Jacob Bedrikow

CONSELHO FISCAL

TITULAR: Eng. João Soares do Amaral Netto
TITULAR: Eng. Luiz Lins de Vasconcellos Neto
TITULAR: Eng. Mário Freire Filho
SUPLENTE: Arq. Ricardo Gomes Caron
SUPLENTE: Eng. Moyses Gelernter
SUPLENTE: Eng. Paulo Adiron Ribeiro

13ª DIRETORIA 1966-1968

PRESIDENTE: Eng. Cyro Peixoto Santos
SECRETÁRIO: Eng. Luiz Lins de Vasconcellos Neto
TESOUREIRO: Eng. Ary Albuquerque

SUPLENTE DA DIRETORIA

Eng. Glauco D'Alessandro
Eng. Isaac Jardimovski

CONSELHO FISCAL

TITULAR: Eng. João Soares do Amaral Netto
TITULAR: Eng. Hélio Martins de Oliveira
TITULAR: Eng. Fabio Pereira Bueno
SUPLENTE: Eng. Moyses Gelernter
SUPLENTE: Eng. Paulo Adiron Ribeiro



14ª DIRETORIA 1968-1970

PRESIDENTE: Eng. Cyro Peixoto Santos
VICE-PRESIDENTE: Eng. Ary Albuquerque
1º SECRETÁRIO: Eng. Luiz Lins de Vasconcellos Neto
2º SECRETÁRIO: Eng. Glauco D' Alessandro
1º TESOUREIRO: Arq. Fernando Martins Gomes
2º TESOUREIRO: Eng. Paulo Lanari do Val

SUPLENTES DA DIRETORIA

Eng. Mário Freire Filho
Eng. Djalma Descio
Eng. Pedro Nicolau Ricci
Eng. Isaac Jardimovski
Eng. Fabio Pereira Bueno
Eng. Walter Paciullo

CONSELHO FISCAL

TITULAR: Eng. Pedro Brewel Junior
TITULAR: Eng. Hélio Martins de Oliveira
TITULAR: Eng. Moyses Gelernter
SUPLENTE: Eng. Sergio Fernando da Silva Ribeiro
SUPLENTE: Eng. Filelto Maglioca
SUPLENTE: Eng. Jacintho Cláudio Morelli

REPRESENTANTES NA FNE

TITULAR: Eng. Cyro Peixoto Santos
TITULAR: Eng. Luiz Lins de Vasconcellos Neto
SUPLENTE: Eng. Glauco D' Alessandro
SUPLENTE: Eng. Ary Albuquerque

15ª DIRETORIA 1970-1972

PRESIDENTE: Eng. Cyro Peixoto Santos
VICE-PRESIDENTE: Eng. Ary Albuquerque
1º SECRETÁRIO: Eng. Luiz Lins de Vasconcellos Neto
2º SECRETÁRIO: Eng. Glauco D' Alessandro

1º TESOUREIRO: Eng. Fernando Antonio Pedreira
2º TESOUREIRO: Eng. Paulo Lanari do Val

SUPLENTES DA DIRETORIA

Eng. Mário Freire Filho
Eng. Djalma Descio
Eng. Pedro Nicolau Ricci
Eng. Isaac Jardimovski
Eng. Fabio Pereira Bueno
Eng. Walter Paciullo

CONSELHO FISCAL

TITULAR: Eng. Pedro Brewel Junior
TITULAR: Eng. Hélio Martins de Oliveira
TITULAR: Eng. Moyses Gelernter
SUPLENTE: Eng. Sergio Fernando da Silva Ribeiro
SUPLENTE: Eng. Filelto Maglioca
SUPLENTE: Eng. Jacintho Cláudio Morelli

REPRESENTANTES NA FNE

TITULAR: Eng. Cyro Peixoto Santos
TITULAR: Eng. Luiz Lins de Vasconcellos Neto
SUPLENTE: Eng. Glauco D' Alessandro
SUPLENTE: Eng. Ary Albuquerque

16ª DIRETORIA 1972-1974

PRESIDENTE: Eng. Cyro Peixoto Santos
VICE-PRESIDENTE: Eng. Ary Albuquerque
1º SECRETÁRIO: Eng. Luiz Lins de Vasconcellos Neto
2º SECRETÁRIO: Eng. Glauco D' Alessandro
1º TESOUREIRO: Eng. Fernando Antonio Pedreira
2º TESOUREIRO: Eng. Paulo Lanari do Val

SUPLENTES DA DIRETORIA

Eng. Mário Freire Filho
Eng. Djalma Descio

Eng. Pedro Nicolau Ricci
Eng. Isaac Jardimovski
Eng. Fabio Pereira Bueno
Eng. Wilson Marques

CONSELHO FISCAL

TITULAR: Eng. Pedro Brewel Junior
TITULAR: Eng. Hélio Martins de Oliveira
TITULAR: Eng. Moyses Gelernter
SUPLENTE: Eng. Paulo Novack Filho
SUPLENTE: Eng. Filelfo Maglioca
SUPLENTE: Eng. Jacintho Cláudio Morelli

REPRESENTANTES NA FNE

TITULAR: Eng. Cyro Peixoto Santos
TITULAR: Eng. Luiz Lins de Vasconcellos Neto
SUPLENTE: Eng. Glauco D' Alessandro
SUPLENTE: Eng. Ary Albuquerque

17ª DIRETORIA 1974-1977

PRESIDENTE: Eng. Cyro Peixoto Santos
VICE-PRESIDENTE: Eng. Ary Albuquerque
1º SECRETÁRIO: Eng. Luiz Lins de Vasconcellos Neto
2º SECRETÁRIO: Eng. Glauco D' Alessandro
1º TESOUREIRO: Eng. Fernando Antonio Pedreira
2º TESOUREIRO: Eng. Paulo Lanari do Val

SUPLENTES DA DIRETORIA

Eng. Mário Freire Filho
Eng. Djalma Descio
Eng. Isaac Jardimovski
Eng. Moyses Gelernter
Eng. Henrique Hirschfeld
Eng. Fabio Pereira Bueno

CONSELHO FISCAL

TITULAR: Eng. Pedro Brewel Junior
TITULAR: Eng. Hélio Martins de Oliveira
TITULAR: Eng. Gil Franco da Rosa

SUPLENTE: Eng. José Luiz Naves Fernandes
SUPLENTE: Eng. Filelfo Maglioca
SUPLENTE: Eng. Wilson Marques

REPRESENTANTES NA FNE

TITULAR: Eng. Cyro Peixoto Santos
TITULAR: Eng. Luiz Lins de Vasconcellos Neto
SUPLENTE: Eng. Glauco D' Alessandro
SUPLENTE: Eng. Ary Albuquerque

18ª DIRETORIA 1977-1980

PRESIDENTE: Eng. Cyro Peixoto Santos
VICE-PRESIDENTE: Eng. Ary Albuquerque
1º SECRETÁRIO: Eng. Luiz Lins de Vasconcellos Neto
2º SECRETÁRIO: Eng. Glauco D' Alessandro
1º TESOUREIRO: Eng. Fernando Antonio Pedreira
2º TESOUREIRO: Eng. Paulo Lanari do Val

SUPLENTES DA DIRETORIA

Eng. Mário Freire Filho
Eng. Djalma Descio
Eng. Isaac Jardimovski
Eng. Moyses Gelernter
Eng. Henrique Hirschfeld
Eng. Fabio Pereira Bueno

CONSELHO FISCAL

TITULAR: Eng. Pedro Brewel Junior
TITULAR: Eng. Hélio Martins de Oliveira
TITULAR: Eng. Gil Carlos Franco da Rosa
SUPLENTE: Eng. José Luiz Neves Fernandes
SUPLENTE: Eng. Filelfo Maglioca
SUPLENTE: Eng. Wilson Marques

REPRESENTANTES NA FNE

TITULAR: Eng. Cyro Peixoto Santos
TITULAR: Eng. Luiz Lins de Vasconcellos Neto
SUPLENTE: Eng. Glauco D' Alessandro
SUPLENTE: Eng. Ary Albuquerque



19ª DIRETORIA 1980-1983

PRESIDENTE: Eng. Horácio Ortiz
VICE-PRESIDENTE: Eng. Cid Barbosa Lima Junior
1º SECRETÁRIO: Eng. Luís Dias Ferreira
2º SECRETÁRIO: Eng. Eduardo Albertin
1º TESOUREIRO: Eng. Antonio Marsiglia Neto
2º TESOUREIRO: Eng. Hilton Barlach

SUPLENTES DA DIRETORIA

Eng. Jacob Teubl
Eng. Roberto Ribeiro dos Santos
Eng. Antonio Carlos Therezo Mattos
Eng. Geraldo Leite
Eng. José Augusto Ramos Soares
Eng. Allen Habert

CONSELHO FISCAL

TITULAR: Eng. Wolfgang Steim
TITULAR: Eng. José Ivandro Dourado Rodrigues
TITULAR: Eng. Candido Pinto de Melo
SUPLENTE: Eng. Antonio de Souza
SUPLENTE: Eng. Clara Emilia Lima Hartmann
SUPLENTE: Eng. Samuel Ribeiro Giordano

REPRESENTANTES NA FNE

TITULAR: Eng. Francisco Marsiglia
TITULAR: Eng. Antonio Octaviano
SUPLENTE: Eng. Antonio Luís Rigo
SUPLENTE: Eng. Ald Lommez

20ª DIRETORIA 1983-1986

PRESIDENTE: Eng. Antonio Octaviano
1º VICE-PRESIDENTE: Eng. Horácio Ortiz
2º VICE-PRESIDENTE: Eng. Antonio Marsiglia Neto

1º SECRETÁRIO: Eng. Alceu Bittencourt
2º SECRETÁRIO: Eng. André Monteiro de Fazio
1º TESOUREIRO: Eng. Candido Pinto de Melo
2ª TESOUREIRA: Eng. Dirce Maria do Amaral

SUPLENTES DA DIRETORIA

Eng. José Augusto Ramos Soares
Eng. Hilton Barlach
Eng. Roberto Ribeiro dos Santos
Eng. José Ivandro Dourado Rodrigues
Eng. Umberto Cidade Semeghini
Eng. José Álvaro Barbosa de Almeida Pedrosa
Eng. Luís Fernando Beraldo Guimarães

CONSELHO FISCAL

TITULAR: Eng. José Jacques Namur Yasbeck
TITULAR: Eng. Guido José da Costa
TITULAR: Eng. Antonio de Souza
SUPLENTE: Eng. Rutênio Gurgel Bastos
SUPLENTE: Eng. Mariza Oliveira Guimarães
SUPLENTE: Eng. Luiz Henrique Engracia Telles

REPRESENTANTES NA FNE

TITULAR: Eng. Allen Habert
TITULAR: Eng. Eduardo Albertin
SUPLENTE: Eng. Jesúino D' Avila
SUPLENTE: Eng. Maurício Motta

21ª DIRETORIA 1986-1989

PRESIDENTE: Eng. Allen Habert
1º VICE-PRESIDENTE: Eng. Rutênio Gurgel Bastos
2º VICE-PRESIDENTE: Eng. André Monteiro de Fazio
1º TESOUREIRO: Eng. Luiz Henrique Engracia Telles
2º TESOUREIRO: Eng. Antonio Carlos Therezo Mattos
1º SECRETÁRIO: Eng. Roberto Ribeiro Santos
2º SECRETÁRIO: Eng. Esdras Magalhães dos Santos Filho

SUPLENTES DA DIRETORIA

Eng. João Luiz Ferrari
Eng. Daniel Antonio Salati Marcondes
Eng. Paulo Eduardo de Almeida Godoy
Eng. Ademir Guimarães
Eng. Alberto Pereira Luz
Eng. Rinaldo Augusto Orlandi
Eng. Rui de Oliveira Magrini

REPRESENTANTES NA FNE

TITULAR: Eng. Luiz Fernando Beraldo Guimarães
TITULAR: Eng. Alceu Bittencourt
SUPLENTE: Eng. José Carlo Bianchini Mello
SUPLENTE: Eng. Paulo de Tarso Gaeta Paixão

CONSELHO FISCAL

TITULAR: Eng. Oswaldo Bergamaschi Junior
TITULAR: Eng. Luiz Eduardo Gibrin
TITULAR: Eng. Mariza de Oliveira Guimarães
SUPLENTE: Eng. Sergio Fernandes Santos Gazire
SUPLENTE: Eng. Tomás Antonio Rocha de Abreu
SUPLENTE: Eng. Roberto Piwowarczyk

CONSELHO ADJUNTO

Eng. Carlos Alberto Guimarães Garcez
Eng. Paulo Tromboni de Souza Nascimento
Eng. Horácio Ortiz
Eng. Roberto Souza Pinto
Eng. Raul Ferreira Bartholo

22ª DIRETORIA 1989-1992

PRESIDENTE: Eng. Rutênio Gurgel Bastos
1º VICE-PRESIDENTE: Eng. Esdras Magalhães dos Santos Filho
2º VICE-PRESIDENTE: Eng. Allen Habert
1º TESOUREIRO: Eng. Luiz Eduardo Gibrin
2º TESOUREIRO: Eng. Nelson Luiz Stábile
1º SECRETÁRIO: Eng. Jair Ribeiro de Gouveia
2º SECRETÁRIO: Eng. Ademir Guimarães

SUPLENTES DA DIRETORIA

Eng. Valério José Gianini
Eng. Tomás Antonio Rocha de Abreu
Eng. Marcos Antonio Lima
Eng. Lauriberto da Silva Sales
Eng. Carlos Ferreira de Souza
Eng. Antonio Carlos da Costa Lino
Eng. Luiz Almeida de Oliveira

CONSELHO FISCAL

TITULAR: Eng. Luiz Fernando Godoy de Sousa
TITULAR: Eng. Ana Lúcia Ribeiro Salomon
TITULAR: Eng. Jorge Paranhos Mac Dowell
SUPLENTE: Eng. Antonio de Souza
SUPLENTE: Eng. Ubiratan Francisco Castellano
SUPLENTE: Eng. Daniel Pereira da Costa

DIRETORES ADJUNTOS

Eng. Bernadete Clélia Rolo
Eng. Eduardo Emílio Lang Di Pietro
Eng. Fernando José Simões de Moraes Barros
Eng. Hercules Gissi
Eng. José Mario Simão
Eng. Luiz Yukishigue Narimatsu
Eng. Ubirajara Tannuri Felix

DIRETORES REGIONAIS

Eng. Alberto Pereira Luz
Eng. Carlos Alberto Guimarães Garcez
Eng. Getúlio Martins
Eng. José Elias de Paiva Junior
Eng. Roberto Souza Pinto
Eng. Miguel Flavio Monteiro
Eng. Walter Antonio Becari
Eng. Antonio de Pádua Amaral Mello

REPRESENTANTES NA FNE

TITULAR: Eng. Paulo de Tarso Gaeta Paixão
TITULAR: Eng. Antonio Carlos Therezo Mattos
SUPLENTE: Eng. Paulo Tromboni de Souza Nascimento
SUPLENTE: Eng. João Luiz Ferrari



23ª DIRETORIA 1992-1995

PRESIDENTE: Eng. Esdras Magalhães dos Santos Filho
1º VICE-PRESIDENTE: Eng. Ubirajara Tannuri Felix
2º VICE-PRESIDENTE: Eng. Allen Habert
1º TESOUREIRO: Eng. Antonio Carlos Therezo Mattos
2º TESOUREIRO: Eng. Murilo Celso de Campos Pinheiro
1º SECRETÁRIO: Eng. Paulo Tromboni de Souza Nascimento
2º SECRETÁRIO: Eng. Carlos Marques Mendes André

SUPLENTES DA DIRETORIA

Eng. Flávio José Albergaria de Oliveira Brízida
Eng. José Soares Pimentel
Eng. Edmundo Carlos de Andrade Araújo Carvalho
Eng. Nivaldo Alceu Faidiga
Eng. Henrique Monteiro Alves
Eng. Valério José Gianini
Eng. Nelson de Oliveira Matheus Junior

CONSELHO FISCAL

TITULAR: Eng. Walter Antonio Becari
TITULAR: Eng. Fernando Gomes da Silva
TITULAR: Eng. João Carlos Pasqualini
SUPLENTE: Eng. Rita de Cássia Pinheiro Ceccaroni
SUPLENTE: Eng. Sergio Fernando Santos Gazire
SUPLENTE: Eng. Pedro Arnaldo Rovida

DIRETORES ADJUNTOS

Eng. Laerte Conceição Mathias de Oliveira
Eng. Sergio Uchoa de Oliveira
Eng. Antonio Luiz Augusto de Carvalho
Eng. Silvana Guarnieri
Eng. Carlos Augusto
Eng. Alceu Sampaio de Araújo
Eng. Felix Wakrat

DIRETORES REGIONAIS

Eng. Carlos Alberto Guimarães Garcez
Eng. José Roberto Sant' Anna
Eng. Ricardo José Coelho Lessa
Eng. Roberto Barilari de Freitas
Eng. José Everaldo Vanzo
Eng. Raul Ferreira Bartholo
Eng. José Elias de Paiva Junior
Eng. Maria Célia Ribeiro Sapucahy
Eng. José Carlos Nunes Barreto

REPRESENTANTES NA FNE

TITULAR: Eng. Antonio Octaviano
TITULAR: Eng. Tomas Antonio Rocha de Abreu
SUPLENTE: Eng. José Luiz Ferrari
SUPLENTE: Eng. Luiz Carlos Baptista

24ª DIRETORIA 1995-1998

PRESIDENTE: Eng. Ubirajara Tannuri Felix
VICE-PRESIDENTE: Eng. Murilo C. de Campos Pinheiro
VICE-PRESIDENTE: Eng. Tomás A. Rocha de Abreu
VICE-PRESIDENTE: Eng. José Elias de Paiva Junior
VICE-PRESIDENTE: Eng. Ivo Antonio Clemente
1º SECRETÁRIO: Eng. Carlos Marques Mendes André
2º SECRETÁRIO: Eng. Flávio José Albergaria de Oliveira Brízida
1º TESOUREIRO: Eng. Paulo Tromboni de Souza Nascimento
2º TESOUREIRO: Eng. Sergio Fernando Santos Gazire

SUPLENTES DA DIRETORIA EXECUTIVA

Eng. Henrique Monteiro Alves
Eng. Rita de Cássia Pinheiro Ceccaroni
Eng. Felix Wakrat
Eng. Alfredo Nocera Filho
Eng. José Henrique Jordani

CONSELHO FISCAL

TITULAR: Eng. Laerte Conceição Mathias de Oliveira
TITULAR: Eng. José Soares Pimentel
TITULAR: Eng. Raul Ferreira Bartholo
SUPLENTE: Eng. Aldo Giannini
SUPLENTE: Eng. João Carlos Pasqualini
SUPLENTE: Eng. Henrique Di Santoro Junior

REPRESENTANTES NA FNE

TITULAR: Eng. Esdras Magalhães dos Santos Filho
TITULAR: Eng. Geraldo Hernandez Domingues
SUPLENTE: Eng. Antonio Carlos Therezo Mattos
SUPLENTE: Eng. Luís Américo Magri

DIRETORES ADJUNTOS

Eng. Leonídio Francisco Ribeiro Filho
Eng. Ivan Carlos Regina
Eng. Auro Doyle Sampaio
Eng. Nelson de Oliveira Matheus Junior
Eng. Nelson Luiz Stábile
Eng. Fernando Palmezan Neto
Eng. Mario Roberto Scoss

DIRETORES REGIONAIS

Eng. Carlos Alberto Guimarães Garcez
Eng. Pedro Shigueru Katayama
Eng. Sergio de Moraes Salles
Eng. Nivaldo Alceu Faidiga
Eng. Antonio Carlos dos Santos
Eng. Newton Guenaga Filho
Eng. Marcos Peres Barros
Eng. Jair José de Almeida
Eng. Luiz Edson de Castro Filho

25ª DIRETORIA 1998-2001

PRESIDENTE: Eng. Paulo Tromboni de Souza Nascimento
VICE-PRESIDENTE: Eng. Carlos dos Santos

VICE-PRESIDENTE: Eng. Celso Atienza

VICE-PRESIDENTE: Eng. José Elias de Paiva Junior

VICE-PRESIDENTE: Eng. Murilo C. de Campos Pinheiro

VICE-PRESIDENTE: Eng. Sergio Fernando Santos Gazire

VICE-PRESIDENTE: Eng. Ubirajara Tannuri Felix

DIRETOR 1º TESOUREIRO: Eng. João Paulo Dutra

DIRETOR 2º TESOUREIRO: Eng. Flávio José

Albergaria de Oliveira Brízida

DIRETOR 3º TESOUREIRO: Eng. Luís Américo Magri

DIRETORA 1ª SECRETÁRIA: Eng. Maria Célia R. Sapucahy

DIRETOR 2º SECRETÁRIO: Eng. Henrique Monteiro Alves

DIRETOR 3º SECRETÁRIO: Eng. Nelson de Oliveira Matheus Junior

CONSELHO FISCAL

TITULAR: Eng. Antonio Octaviano

TITULAR: Eng. Carlos Alberto Guimarães Garcez

TITULAR: Eng. Henrique Di Santoro Junior

SUPLENTE: Eng. João Carlos Pasqualini

SUPLENTE: Eng. Luiz Edson de Castro Filho

SUPLENTE: Eng. Rita de Cássia Pinheiro Ceccaroni

REPRESENTANTES NA FNE

TITULAR: Eng. Esdras Magalhães dos Santos Filho

TITULAR: Eng. Laerte Conceição Mathias de Oliveira

SUPLENTE: Eng. Antonio Carlos Therezo Mattos

SUPLENTE: Eng. Sebastião Melin Aburjeli

DIRETORES ADJUNTOS

Eng. Arnaldo Luiz Borges

Eng. Carlos Marques Mendes André

Eng. Evando Reis

Eng. Felix Wakrat

Eng. Feres Mohamad Amin

Eng. Fernando Palmezan Neto

Eng. Geraldo Hernandez Domingues

Eng. Ivo Antonio Clemente

Eng. João Carlos Gonçalves Bibbo

Eng. Jorge Moya Diez

Eng. José Everaldo Vanzo



Eng. Leonídio Francisco Ribeiro Filho
Eng. Luís Carlos Baptista
Eng. Luiz Carlos de Alcântara
Eng. Luiz Felipe Pacheco de Araújo
Eng. Marcos Peres Barros
Eng. Nercy Donini Bonato
Eng. Neusa Maria Trauzolla
Eng. Sergio de Moraes Salles
Eng. Simão Marum Filho
Eng. Tomás Antonio Rocha de Abreu
Eng. Velfrides Antonio Barreto

26ª DIRETORIA 2001-2005

PRESIDENTE: Eng. Murilo Celso de Campos Pinheiro
VICE-PRESIDENTE: Eng. Carlos A. Guimarães Garcez
VICE-PRESIDENTE: Eng. Celso Atienza
VICE-PRESIDENTE: Eng. Henrique Monteiro Alves
VICE-PRESIDENTE: Eng. João Carlos Gonçalves Bibbo
VICE-PRESIDENTE: Eng. João Paulo Dutra
VICE-PRESIDENTE: Eng. Paulo T. de Souza Nascimento
DIRETOR 1º SECRETÁRIO: Eng. Antonio Roberto Martins
DIRETOR 2º SECRETÁRIO: Eng. Laerte Conceição Mathias de Oliveira
DIRETOR 3º SECRETÁRIO: Eng. Sérgio Fernando Santos Gazire
DIRETOR 1º TESOUREIRO: Eng. Esdras Magalhães dos Santos Filho
DIRETOR 2º TESOUREIRO: Eng. Flávio José Albergaria de Oliveira Brízida
DIRETORA 3ª TESOUREIRA: Eng. Nercy Donini Bonato

REPRESENTANTES NA FNE

TITULAR: Eng. Fernando Palmezan Neto
TITULAR: Eng. Maria Célia Ribeiro Sapucahy
SUPLENTE: Eng. Allen Habert
SUPLENTE: Eng. Antonio Carlos Therezo Mattos

DIRETORES ADJUNTOS

Eng. Álvaro Martins
Eng. Carlos Roberto Dias

Eng. Cid Barbosa Lima Junior
Eng. Edilson Reis
Eng. Felix Wakrat
Eng. Feres Mohamad Amin
Eng. Geraldo Hernandez Domingues
Eng. João Carlos Pasqualini
Eng. Jorge Moya Diez
Eng. José Antonio Marques Almeida
Eng. José Istenes Eses Filho
Eng. José Mario Sarilho
Eng. José Soares Pimentel
Eng. Jurij Solski
Eng. Leonídio Francisco Ribeiro Filho
Eng. Luiz Carlos de Souza
Eng. Manuel Carlos de Moraes Guerra
Eng. Mario Luiz Donato
Eng. Nelson Luiz Stábile
Eng. Sergio de Moraes Salles
Eng. Sergio Henrique da Silva Neves
Eng. Simão Marum Filho
Eng. Telma Maria Gorgulho Pereira
Eng. Ubirajara Tannuri Felix

CONSELHO FISCAL

TITULAR: Eng. Antonio Octaviano
TITULAR: Eng. Henrique Di Santoro Junior
TITULAR: Eng. José Manoel Teixeira
SUPLENTE: Eng. Luiz Felipe Pacheco de Araújo
SUPLENTE: Eng. Osvaldo Passadore Junior
SUPLENTE: Eng. Rita de Cássia Pinheiro Ceccaroni

27ª DIRETORIA 2006-2009

PRESIDENTE: Eng. Murilo Celso de Campos Pinheiro
VICE-PRESIDENTE: Eng. Carlos Alberto Guimarães Garcez
VICE-PRESIDENTE: Eng. Celso Atienza

VICE-PRESIDENTE: Eng. Henrique Monteiro Alves
VICE-PRESIDENTE: Eng. João Carlos Gonçalves Bibbo
VICE-PRESIDENTE: Eng. João Paulo Dutra
VICE-PRESIDENTE: Eng. Laerte C. Mathias de Oliveira
DIRETOR 1º TESOUREIRO: Eng. Esdras Magalhães dos Santos Filho
DIRETOR 2º TESOUREIRO: Eng. Flávio José Albergaria de Oliveira Brízida
DIRETOR 3º TESOUREIRO: Eng. Marcos Wanderley Ferreira
DIRETOR 1º SECRETÁRIO: Eng. Antonio Roberto Martins
DIRETOR 2º SECRETÁRIO: Eng. Fernando Palmezan Neto
DIRETOR 3º SECRETÁRIO: Eng. Paulo Tromboni de Souza Nascimento

REPRESENTANTES NA FNE

TITULAR: Eng. Allen Habert
TITULAR: Eng. Antonio Carlos Therezo Mattos
SUPLENTE: Eng. Ubirajara Tannuri Felix
SUPLENTE: Eng. Maria Célia Ribeiro Sapucahy

CONSELHO FISCAL

Eng. Antonio Octaviano
Eng. Jorge Moya Diez
Eng. José Manoel Teixeira
Eng. Luiz Felipe Pacheco de Araújo
Eng. Osvaldo Passadore Junior
Eng. Renato Becker

DIRETORES ADJUNTOS

Eng. Álvaro Martins
Eng. Augusto Carlos Vilhena Neto
Eng. Balmes Vega Garcia
Eng. Carlos Roberto Dias
Eng. Cid Barbosa Lima Junior
Eng. Edilson Reis
Eng. Felix Wakrat
Eng. Feres Mohamad Amin
Eng. Geraldo Hernandez Domingues
Eng. Henrique Di Santoro Junior
Eng. José Antonio Marques Almeida
Eng. José Istenes Eses Filho

Eng. José Mario Sarilho
Eng. José Soares Pimentel
Eng. Jurij Solski
Eng. Leonídio Francisco Ribeiro Filho
Eng. Mahmoud Hassan Ali Hussein
Eng. Manuel Carlos de Moraes Guerra
Eng. Mario Luiz Donato
Eng. Nelson Corrêa Granja
Eng. Nelson Luiz Stábile
Eng. Nercy Donini Bonato
Eng. Sergio de Moraes Salles
Eng. Sergio Henrique da Silva Neves
Eng. Simão Marum Filho

28ª DIRETORIA 2010-2013

PRESIDENTE: Eng. Murilo Celso de Campos Pinheiro
VICE-PRESIDENTE: Eng. Carlos A. Guimarães Garcez
VICE-PRESIDENTE: Eng. Celso Atienza
VICE-PRESIDENTE: Eng. Henrique Monteiro Alves
VICE-PRESIDENTE: Eng. João Carlos Gonçalves Bibbo
VICE-PRESIDENTE: Eng. João Paulo Dutra
VICE-PRESIDENTE: Eng. Laerte C. Mathias de Oliveira
1º SECRETÁRIO: Eng. Fernando Palmezan Neto
2º SECRETÁRIO: Eng. Antonio Roberto Martins
3º SECRETÁRIO: Eng. Edilson Reis
1º TESOUREIRO: Eng. Esdras M. dos Santos Filho
2º TESOUREIRO: Eng. Flávio José Albergaria de Oliveira Brízida
3º TESOUREIRO: Eng. Marcos Wanderley Ferreira

CONSELHO FISCAL

Eng. Antonio Octaviano
Eng. Jorge Moya Diez
Eng. José Manoel Teixeira
Eng. Luiz Felipe Pacheco Araújo
Eng. Osvaldo Passadore Junior
Eng. Renato Becker



REPRESENTANTES NA FNE

TITULAR: Eng. Allen Habert

TITULAR: Eng. Antonio Carlos Therezo Mattos

SUPLENTE: Eng. Maria Célia Ribeiro Sapucahy

SUPLENTE: Eng. Ubirajara Tannuri Felix

DIRETORES ADJUNTOS

Eng. Álvaro Martins

Eng. Balmes Vega Garcia

Eng. Carlos Roberto Dias

Eng. Dalton Edson Messa

Eng. Danilo Grimaldi

Eng. Emerson Sampieri Burneiko

Eng. Emiliano Stanislau Affonso Neto

Eng. Feres Mohamad Amin

Eng. Geraldo Hernandes Domingues

Eng. Henrique Di Santoro Junior

Eng. Jayme de Oliveira Bezerra Nunes

Eng. José Antonio Marques de Almeida

Eng. Jurij Solski

Eng. Mario Luiz Donato

Eng. Milson Cesar Pagliarini

Eng. Nelson Luiz Stábile

Eng. Nercy Donini Bonato

Eng. Paulo Tromboni de Souza Nascimento

Eng. Ricardo Gomes Goulart

Eng. Suzie Helena Herrera

Eng. Yoshihide Uemura

29ª DIRETORIA 2014-2017

PRESIDENTE: Eng. Murilo Celso de Campos Pinheiro

VICE-PRESIDENTE: Eng. Carlos Alberto Guimarães Garcez

VICE-PRESIDENTE: Eng. Celso Atienza

VICE-PRESIDENTE: Eng. Henrique Monteiro Alves

VICE-PRESIDENTE: Eng. João Carlos Gonçalves Bibbo

VICE-PRESIDENTE: Eng. João Paulo Dutra

VICE-PRESIDENTE: Eng. Marcos Wanderley Ferreira

DIRETOR 1º SECRETÁRIO: Eng. Fernando Palmezan Neto

DIRETOR 2º SECRETÁRIO: Eng. Antonio Roberto Martins

DIRETOR 3º SECRETÁRIO: Eng. Edilson Reis

DIRETOR 1º TESOUREIRO: Eng. Esdras Magalhães dos Santos Filho

DIRETOR 2º TESOUREIRO: Eng. Flávio José Albergaria de Oliveira Brízida

DIRETOR 3º TESOUREIRO: Eng. Álvaro Luiz Dias de Oliveira

CONSELHO FISCAL

Eng. Danilo Grimaldi

Eng. Jorge Moya Diez

Eng. José Manoel Teixeira

Eng. Luciano Alberto Gibelli David

Eng. Osvaldo Passadore Junior

Eng. Renato Becker

REPRESENTANTES NA FNE

TITULAR: Eng. Allen Habert

TITULAR: Eng. Antonio Carlos Therezo Mattos

SUPLENTE: Eng. Maria Célia Ribeiro Sapucahy

SUPLENTE: Eng. Ubirajara Tannuri Felix

DIRETORES ADJUNTOS

Eng. Álvaro Martins

Eng. Antonio Augusto Kalvan

Eng. Balmes Vega Garcia

Eng. Dalton Edson Messa

Eng. Emerson Sampieri Burneiko

Eng. Emiliano Stanislau Affonso Neto

Eng. Feres Mohamad Amin

Eng. Geraldo Hernandes Domingues

Eng. Henrique Di Santoro Junior

Eng. Jorge Joel de Faria Souza

Eng. José Antonio Marques Almeida

Eng. José Roberto Sant'Anna

Eng. Jurij Solski

Eng. Leonídio Francisco Ribeiro Filho
Eng. Milson Cesar Pagliarini
Eng. Nelson Correa Granja
Eng. Nelson Luiz Stábile
Eng. Ricardo Gomes Goulart
Eng. Simão Marum Filho
Eng. Yoshihide Uemura

30ª DIRETORIA 2018-2021

PRESIDENTE: Eng. Murilo Celso de Campos Pinheiro
VICE-PRESIDENTE: Eng. João Carlos Gonçalves Bibbo
VICE-PRESIDENTE: Eng. Celso Atienza
VICE-PRESIDENTE: Eng. Carlos Alberto Guimarães Garcez
VICE-PRESIDENTE: Eng. Marcos Wanderley Ferreira
VICE-PRESIDENTE: Eng. Newton Guenaga Filho
VICE-PRESIDENTE: Eng. João Paulo Dutra
DIRETOR 1º SECRETÁRIO: Eng. Fernando Palmezan Neto
DIRETOR 2º SECRETÁRIO: Eng. Edílson Reis
DIRETOR 3º SECRETÁRIO: Eng. Antonio Roberto Martins
DIRETOR 1º TESOUREIRO: Eng. Esdras Magalhães dos Santos Filho
DIRETOR 2º TESOUREIRO: Eng. Flávio José Albergaria de Oliveira Brízida
DIRETOR 3º TESOUREIRO: Eng. Henrique Monteiro Alves

CONSELHO FISCAL

Eng. Danilo Grimaldi
Eng. Jorge Moya Diez
Eng. José Manoel Teixeira
Eng. Luciano Alberto Gibelli David
Eng. Osvaldo Passadore Junior
Eng. Gley Rosa

REPRESENTANTES NA FNE

Eng. Allen Habert
Eng. Antonio Carlos Therezo Mattos
Eng. Maria Célia Ribeiro Sapucahy
Eng. Ubirajara Tannuri Felix

DIRETORES ADJUNTOS

Eng. Antonio Augusto Kalvan
Eng. Antonio Fioravanti
Eng. Balmes Vega Garcia
Eng. Carlos Eduardo de Lacerda e Silva
Eng. Cesar Augusto Sabino Mariano
Eng. Dalton Edson Messa
Eng. Emerson Sampieri Burneiko
Eng. Emiliano Stanislau Affonso Neto
Eng. Feres Mohamad Amin
Eng. Francisco de Assis Souza Dantas
Eng. Frederico Jun Okabayashi
Eng. Geraldo Hernandes Domingues
Eng. Henrique Di Santoro Junior
Eng. Jorge Joel Faria de Souza
Eng. José Antonio Marques de Almeida
Eng. Leonídio Francisco Ribeiro Filho
Eng. Luiz Antonio Pellegrini Bandini
Eng. Marcondes de Oliveira Buarque
Eng. Milson Cesar Pagliarini
Eng. Nelson Correa Granja
Eng. Nelson Luiz Stábile
Eng. Nestor Soares Tupinambá
Eng. Renato Becker
Eng. Ricardo Gomes Goulart
Eng. Victor Manuel de Almeida Seabra de Vasconcelos

PRESIDENTES DAS DELEGACIAS SINDICAIS

ALTA MOGIANA - Eng. Nelson Martins da Costa
ALTO TIETÊ - Eng. Mário Edison Picchi Gallego
ARAÇATUBA - Eng. José Maria Morandini Paoliello
ARARAQUARA - Eng. Mario Luiz Donato
BAIXADA SANTISTA - Eng. Álvaro Luiz Dias de Oliveira
BARRETOS - Eng. Luiz Antônio Moreira Salata
BAURU - Eng. Luiz Roberto Pagani
BOTUCATU - Eng. Nivaldo José Cruz
CAMPINAS - Eng. Antonio Areias Ferreira



FRANCA - Eng. Marcos Aurélio Garcia
GRANDE ABC - Eng. Silvio Teixeira Cardoso
GUARATINGUETÁ - Eng. Gerson Prado Galhano
JACAREÍ - Eng. Roberto Benedito Requena Juvele
JUNDIAÍ - Eng. José Augusto de Moraes
LINS - Eng. Juliano Munhoz Beltani
MARÍLIA - Eng. Carlos Shiniti Saito
PINDAMONHANGABA - Eng. André Sierra Filho
PIRACICABA - Eng. Walter Antonio Beccaro
PRESIDENTE PRUDENTE - Eng. Manuel Carlos de Moraes Guerra
RIO CLARO - Eng. Francesco Rotolo
SÃO CARLOS - Eng. Miguel Guzzardi Filho
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - Eng. Amaury Hernandez
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - Eng. Odair Bucci
SOROCABA - Eng. Fátima Aparecida Blockwitz
TAUBATÉ - Eng. Breno Botelho Ferraz Amaral Gurgel

31ª DIRETORIA 2022-2025

PRESIDENTE: Eng. Murilo Celso de Campos Pinheiro
VICE-PRESIDENTE: Eng. João Carlos Gonçalves Bibbo
VICE-PRESIDENTE: Eng. Celso Atienza
VICE-PRESIDENTE: Eng. Carlos Alberto Guimarães Garcez
VICE-PRESIDENTE: Eng. Marcos Wanderley Ferreira
VICE-PRESIDENTE: Eng. Newton Guenaga Filho (in memoriam)
VICE-PRESIDENTE: Eng. Fernando Palmezan Neto
DIRETOR 1º SECRETÁRIO: Eng. Edilson Reis
DIRETOR 2º SECRETÁRIO: Eng. José Manoel Teixeira
DIRETORA 3ª SECRETÁRIA: Eng. Silvana Guarnieri
DIRETOR 1º TESOUREIRO: Eng. Esdras Magalhães dos Santos Filho
DIRETOR 2º TESOUREIRO: Eng. Flavio José Albergaria de Oliveira Brízida
DIRETOR 3º TESOUREIRO: Eng. Henrique Monteiro Alves

CONSELHO FISCAL

Eng. Antonio Octaviano
Eng. Danilo Grimaldi
Eng. Gley Rosa

Eng. Luciano Alberto Gibelli David
Eng. Marcos Augusto Alves Garcia
Eng. Osvaldo Passadore Junior

REPRESENTANTES NA FNE

Eng. Allen Habert
Eng. Antonio Roberto Martins
Eng. Francisco Carlos de Azevedo Oiring
Eng. Ubirajara Tannuri Felix

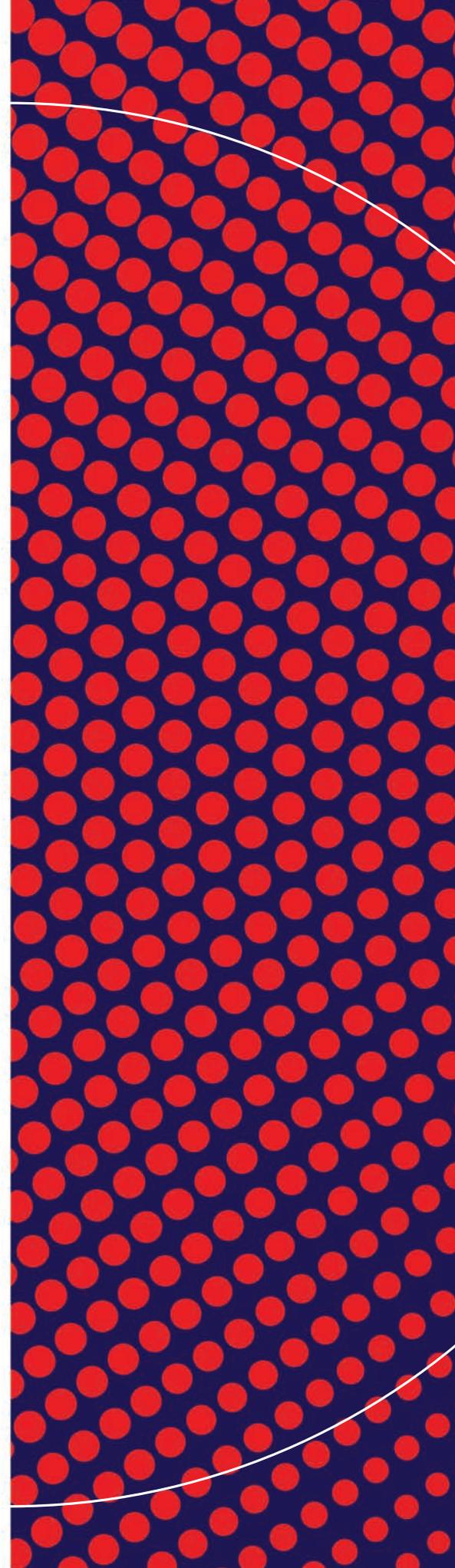
DIRETORES ADJUNTOS

Eng. Alexandre Luiz Cavalcanti Valdez
Eng. Balmes Vega Garcia
Eng. Carlos Costa Neto
Eng. Carlos Eduardo de Lacerda e Silva
Eng. Cesar Augusto Sabino Mariano
Eng. Dalton Edson Messa
Eng. Douglas de Paula D' Amaro
Eng. Emerson Sampieri Burneiko
Eng. Emiliano Stanislau Affonso Neto
Eng. Feres Mohamad Amin
Eng. Francisco de Assis Souza Dantas
Eng. Geraldo Hernandez Domingues
Eng. Henrique Di Santoro Junior
Eng. Jessica Trindade Passos
Eng. Leidiaane Rodrigues Costa
Eng. Leonídio Francisco Ribeiro Filho
Eng. Marcondes de Oliveira Buarque
Eng. Mario Luiz Donato
Eng. Mayrah Felix Moraes
Eng. Nelson Correa Granja
Eng. Nelson Martins da Costa
Eng. Nestor Soares Tupinambá
Eng. Renato Becker
Eng. Tamires Pinheiro da Silva
Eng. Victor Manuel de Almeida Seabra de Vasconcelos



**SE
ESP**

SE SINDICATO DOS ENGENHEIROS
ESP NO ESTADO DE SÃO PAULO





PATROCINADORES



COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ

Pioneiro na construção, administração e operação de sistema de metrô no Brasil, a Companhia do Metropolitano de São Paulo, popularmente chamada de Metrô, é responsável pelo transporte rápido e seguro de 3 milhões de pessoas todos os dias, com a premissa da sustentabilidade, gerando benefícios ambientais e sociais a toda Região Metropolitana de São Paulo.

A empresa se tornou também referência na engenharia nacional. Responsável por grandiosos projetos, linhas e estações, os quais viraram marcos da cidade, como a estação Sé, o Metrô se notabilizou por ser precursor em métodos de construção, como a utilização de tuneladoras e em implosão de edifícios.

Coube ao Metrô de São Paulo a construção das atuais seis linhas de metrô da maior cidade da América do Sul, que ultrapassam 100 quilômetros de extensão, incluindo o monotrilho de maior capacidade de transporte da América. Conectada às necessidades da metrópole, o Metrô não para e segue trabalhando para a ampliação da rede, com três obras de grande vulto que vão acrescentar mais de 20 quilômetros de extensão à rede de transporte sobre trilhos.

+55 (11) 3291-7800
metrosp.docdigital@metrosp.com.br
www.metro.sp.gov.br

Facebook: @metrosp
Instagram: @metrospoficial
LinkedIn: @metro-de-sao-paulo/
YouTube: metrospoficial
X: metrosp_oficial



O Metrô não para de crescer

São Paulo segue crescendo e o Metrô é quem move esse desenvolvimento, realizando obras que vão acrescentar à rede **21,6 km** e **19 novas estações**, nas linhas 2-Verde, 15-Prata e 17-Ouro.

É mais agilidade nos trajetos e facilidade nos deslocamentos por um meio de transporte que evita a emissão de gases do efeito estufa, de poluentes atmosféricos e o consumo de combustíveis. É **qualidade de vida** à população!

Obras da
Futura Estação
Santa Clara
Linha 2-Verde



Secretaria dos
Transportes Metropolitanos



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO SÃO TODOS



EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO (EMTU-SP)

JUNTOS PELA MOBILIDADE URBANA.

Em nome da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU-SP), parabenizamos o Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo (SEESP) pelas nove décadas de atuação exemplar e parte fundamental dos sólidos alicerces que sustentam nosso estado.

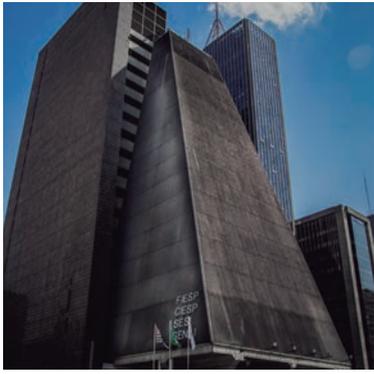
Ao planejar e gerenciar o sistema de transporte por ônibus em cinco regiões metropolitanas, testemunhamos o valor e a competência desses profissionais. Muitos deles têm integrado nosso quadro de colaboradores, contribuindo para empreendimentos públicos de grande porte como o VLT da Baixada Santista; o Corredor Metropolitano Biléo Soares, em Campinas; e o Corredor Itapevi-São Paulo. Essas infraestruturas têm sido cruciais para melhorar a mobilidade da população do estado.

Foram muitos os desafios ao longo do tempo, mas, com a constante parceria do SEESP, surgiram soluções criativas que se tornaram realidade. Estas foram decisivas para ajudar a moldar a EMTU como a empresa moderna e dinâmica que é hoje.

Parabéns ao SEESP por sua notável trajetória.
Francisco Eiji Wakebe - Diretor Presidente interino EMTU-SP

+55 (11) 4341-1433
emtu@emtu.sp.gov.br
www.emtu.sp.gov.br

Facebook: @emtusp.oficial
Instagram: @emtu.oficial
LinkedIn: Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo – EMTU/SP



FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - FIESP

A **Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)** é a maior entidade de classe da indústria brasileira. Representa cerca de 130 mil indústrias de diversos setores, de todos os portes e das mais diferentes cadeias produtivas, distribuídas em 131 sindicatos patronais.

A atual estrutura da Fiesp reflete o pensamento estratégico e o tratamento homogêneo que a entidade confere às várias cadeias produtivas e aos sindicatos, independentemente do porte das empresas ou do segmento a que pertencem.

Entre suas áreas, está o **Conselho Superior da Indústria da Construção (Consic)**, que tem por objetivo debater, realizar estudos e propor políticas para promover a contínua interação das entidades. O Consic traça diretrizes para os trabalhos do **Departamento da Indústria da Construção e Mineração (Deconcic)**.

As atividades do Deconcic estão divididas entre os seguintes eixos de atuação: Produtividade, Qualidade e Sustentabilidade; Burocracia e Tributação; Financiamento; Acompanhamento e Análise Setorial; e Relacionamento e Comunicação. Conheça mais sobre as iniciativas da Fiesp para o setor no site **Observatório da Construção**.

+55 (11) 3291-7800
relacionamento@fiesp.com.br
www.fiesp.com.br/observatoriodaconstrucao

Facebook: @fiesp
Instagram: @fiesp.oficial
LinkedIn: @fiesp



SIGPLUS

DIRETORIA

Jocélio Cabral Mendonça

Engo. Civil UFG – Me. Geotecnia USP ([linkedin.com/in/joceliomendonca](https://www.linkedin.com/in/joceliomendonca))

Kenia Lopes Mendonça

Enga. Civil PUC-GO – Me. Eng. Ambiental UFT

HISTÓRICO

A SIGPLUS é uma empresa de Geotecnia, pioneira no Tocantins e atuante no mercado nacional. Desde 2000, trabalha com o desenvolvimento de soluções geotécnicas aplicadas a desafios de obras de infraestrutura: travessias hidráulicas, barramentos, linhas de transmissão de energia; além de edificações e obras especiais.

Seus sócios, paralelamente, atuaram como professores, consultores e em cargo de liderança em outras empresas e entidades e acumularam experiência prática pela atuação no Brasil Central, convivendo com todos os tipos de desafios geotécnicos.

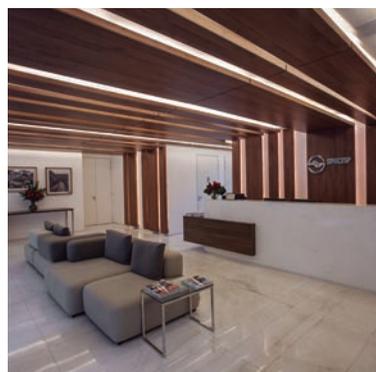
A SIGPLUS tem uma equipe capaz de entender e solucionar as mais diversas demandas que limitam o desenvolvimento de projetos de engenharia nos quesitos geotécnicos e suas interrelações.

SERVIÇOS

Consultoria, projeto e acompanhamento da execução de serviços geotécnicos e gerenciamento de implantação de obras de infraestrutura.

+55 (63) 98405-6262
sigplus@sigplus.partners
www.sigplus.eng.br

LinkedIn: [company/sigplus](https://www.linkedin.com/company/sigplus)



SINICESP – SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO PESADA DO ESTADO DE SÃO PAULO

O Sindicato da Indústria da Construção Pesada do Estado de São Paulo – SINICESP representa as empresas da categoria econômica da construção pesada. Abrange a construção, recuperação, reforço, melhoramento, manutenção, sinalização, conservação e operação de estradas, barragens, hidrelétricas, termoelétricas, metrô, ferrovias, hidrovias, túneis, eclusas, dragagem, drenagem, aeroportos, portos, canais, dutos, montagem industrial, pontes, viadutos, obras de saneamento, aterros sanitários, pavimentação e obras de terraplenagem em geral. Atuando com dinamismo e objetividade desde sua fundação, em 6 de dezembro de 1968, o SINICESP trabalha em favor da economia de mercado e da livre iniciativa, por entender que a construção permeia todos os demais ramos da atividade humana.

Característica marcante da indústria da construção é, sem dúvida, o fato de que a atividade abrange todos os demais ramos de ação do homem. Está presente em inúmeros setores, constituindo-se, muitas vezes, na pedra angular e inicial de qualquer empreendimento. Saúde, educação, transportes, intermodalidade, hidrelétricas, rodovias, ferrovias e estradas vicinais que facilitam o escoamento da produção e geram emprego, sem citar os aglomerados urbanos e suas necessidades de infraestrutura, como mobilidade urbana e saneamento básico.

O SINICESP desenvolve, de maneira permanente, atividades na defesa dos direitos e interesses das empresas representadas junto a órgãos públicos contratantes de obras e serviços, nas esferas federal, estadual e municipal.

+55 (11) 3179-5800 / 5825 / 5812

sinicesp@sinicesp.org.br; gri@sinicesp.org.br; comunicacao@sinicesp.org.br

www.sinicesp.org.br

Facebook: @SINICESP

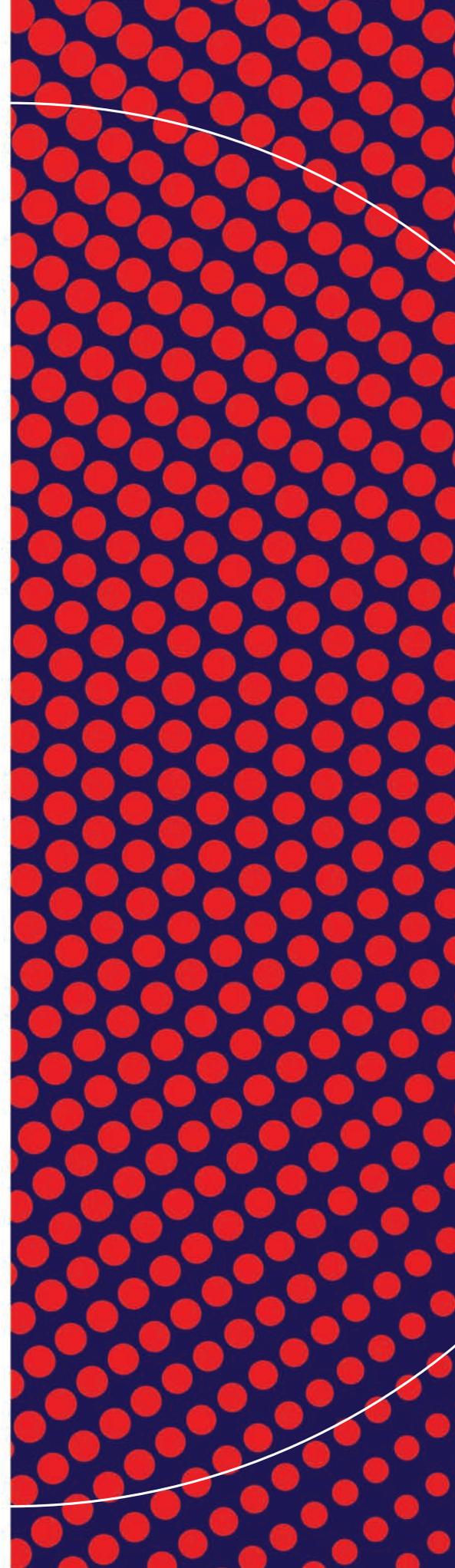
Instagram: @instasinicesp

LinkedIn: @SINICESP



**SE
ESP**

**SE SINDICATO DOS ENGENHEIROS
ESP NO ESTADO DE SÃO PAULO**





EXPEDIENTE

DIRETORIA 2022-2025

Presidente

Murilo Pinheiro

Vice-presidentes

João Carlos Gonçalves Bibbo
Celso Atienza
Carlos Alberto Guimarães Garcez
Marcos Wanderley Ferreira
Fernando Palmezan Neto
Newton Guenaga Filho (in memoriam)

Secretários

Edilson Reis
José Manoel Teixeira
Silvana Guarnieri

Tesoureiros

Esdras Magalhães dos Santos Filho
Flavio José Albergaria de Oliveira Brízida
Henrique Monteiro Alves

Adjuntos

Alexandre Luiz Cavalcanti Valdez
Balmes Vega Garcia
Carlos Costa Neto
Carlos Eduardo de Lacerda e Silva
Cesar Augusto Sabino Mariano
Dalton Edson Messa
Douglas de Paula D' Amaro
Emerson Sampieri Burneiko
Emiliano Stanislau Affonso Neto

Feres Mohamad Amin
Francisco de Assis Souza Dantas
Geraldo Hernandes Domingues (in memoriam)
Henrique Di Santoro Junior
Jessica Trindade Passos
Leidiaane Rodrigues Costa
Leonídio Francisco Ribeiro Filho
Marcondes de Oliveira Buarque
Mario Luiz Donato
Mayrah Felix Moraes
Nelson Correa Granja
Nelson Martins da Costa
Nestor Soares Tupinambá
Renato Becker
Tamires Pinheiro da Silva
Victor Manuel de Almeida Seabra de Vasconcelos

Conselheiros fiscais

Antonio Octaviano
Danilo Grimaldi
Gley Rosa
Luciano Alberto Gibelli David
Marcos Augusto Alves Garcia
Osvaldo Passadore Junior

Representantes junto à Federação Nacional dos Engenheiros (FNE)

Allen Habert
Francisco Carlos de Azevedo Oiring
Ubirajara Tannuri Felix

DELEGACIAS SINDICAIS

Alto Tietê
Baixada Santista
Bauru
Botucatu
Campinas
Grande ABC
Jundiaí
Lins
Marília
Pindamonhangaba
Piracicaba
Presidente Prudente
Rio Claro
São Carlos
São José do Rio Preto
São José dos Campos
Sorocaba
Taubaté

PRESIDENTES DAS DELEGACIAS SINDICAIS

Alto Tietê – Mário Edison Picchi Gallego
Baixada Santista – Álvaro Luiz Dias de Oliveira
Bauru – Verissimo Fernandes Barbeiro Filho
Botucatu – Nivaldo José Cruz
Campinas – Antonio Areias Ferreira
Grande ABC – Helton Alves da Costa
Jundiaí – Luiz Roberto de Oliveira
Lins – Erivelton Bortoli dos Santos
Marília – Carlos Shiniti Saito
Pindamonhangaba – Luiz Alberto Kobbaz Paim
Piracicaba – Walter Antonio Beccaro
Presidente Prudente – Manuel Carlos de Moraes Guerra
Rio Claro – Estevam José Godoy
São Carlos – Fabio de Santi
São José do Rio Preto – Amaury Hernandes
São José dos Campos – Odair Bucci
Sorocaba – Fátima Aparecida Blockwitz
Taubaté – Breno Botelho Ferraz do Amaral Gurgel

Coordenação editorial

Rita Casaro | Assessoria de Comunicação

Revisão

Soraya Misleh

Apoio

Eliel Almeida

Fábio Souza

Jéssica Silva

Pedro Santana

Assessoria da Presidência

Paula Bortolini

Imagens

Acervo SEESP - págs. 4, 32, 45, 53, 88, 92, 94, 97, 98, 104, 106, 107, 110 e 111

Beatriz Arruda - págs. 49, 62 e 107

Imagens Freepik - págs. 11, 13, 15, 21, 35, 37, 41, 71, 73, 77 e 81

Jéssica Silva - pág. 66

Pedro Santana - págs. 69 e 74

Rita Casaro - pág. 52

Rua Genebra, 25 – Bela Vista – São Paulo – SP

Tel./WhatsApp: (11) 3113-2600

E-mail: imprensa@seesp.org.br



EXPEDIENTE

R. Barão do Triunfo, 88
7º andar - conj. 715
Campo Belo - São Paulo - SP
CEP 04602-000

Tel/Phone: +55 (11) 95327-7111

www.bbeditora.com.br
facebook.com/bbeditora

Edição
BB Editora

Diretora Geral
Eliane Alonso

Diretora Comercial
Renata Hernandes

Pesquisa e redação
Tatiana Lanzelotti

Criação
Rafael Sanches

Gerente Comercial
Elaine Isiama
Jéssica Santos
Patrícia Miranda

Financeiro
Antonio Alonso

SE
ESP

SE SINDICATO DOS ENGENHEIROS
ESP NO ESTADO DE SÃO PAULO

